

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Riga Anilsa Borges da Silva

**RUMOR, GÊNERO E POLÍTICA EM CABO VERDE:  
A circulação de rumores e a construção de imagem das mulheres nos processos  
de ascensão/ocupação de altos cargos nas estruturas do Estado.**

Porto Alegre

2019

RIGA ANILSA BORGES DA SILVA

**RUMOR, GÊNERO E POLÍTICA EM CABO VERDE:  
A circulação de rumores e a construção de imagem das mulheres nos processos  
de ascensão/ocupação de altos cargos nas estruturas do Estado.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jussara Reis Prá

Porto Alegre  
2019

### CIP - Catalogação na Publicação

Borges da Silva, Riga Anilsa  
RUMOR, GÊNERO E POLÍTICA EM CABO VERDE: A  
circulação de rumores e a construção de imagem das  
mulheres nos processos de ascensão/ocupação de altos  
cargos nas estruturas do Estado / Riga Anilsa Borges  
da Silva. -- 2019.  
187 f.  
Orientador: Jussara Reis Prá.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Rumor. 2. Feminismo e Mulheres. 3. Imagem  
Política . 4. Luta e Resistência. 5. Cabo Verde . I.  
Reis Prá, Jussara, orient. II. Título.

RIGA ANILSA BORGES DA SILVA

**RUMOR, GÊNERO E POLÍTICA EM CABO VERDE:  
A circulação de rumores e a construção de imagem das mulheres nos  
processos de ascensão/ocupação de altos cargos nas estruturas do  
Estado.**

Esta tese de doutorado foi julgada adequada para a obtenção do título de DOUTORA EM CIÊNCIA POLÍTICA e aprovada em sua forma final pela professora orientadora e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 28 de agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Jussara Reis Prá (Orientadora - UFRGS)

---

Prof. Dr. Luís Gustavo Mello Grohamann (UFRGS)

---

Prof. Dr. José Carlos Gomes do Anjos (UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Cibele Cheron (PUCRS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Miriam Steffen Vieira (UNISINOS)

Esta tese é dedicada à minha mãe Maria de Fátima Borges Frederico e ao meu pai Salvador Mendes da Silva. Em memória: à minha mãe biológica, Ricardina Borges Tavares e as minhas avós, Amália Rodrigues e Faustina Tavares.

## AGRADECIMENTO

À Deus, Pai Criador pelo amor e cuidado, ao qual recorri em momentos de desespero, pedindo ajuda, orientação e sabedoria. Sempre fui amparada.

À Professora Dr<sup>a</sup>. Jussara Reis Prá pela orientação séria, pela paciência, motivação e confiança, pelos ensinamentos e apoios que foram essenciais para a realização dessa pesquisa. Muito obrigada pela confiança e ensinamento.

Aos Professores membros da Banca Examinadora pela disponibilidade em participar da banca e pelas críticas que contribuirão no aprimoramento desse trabalho.

Ao PPGCP pela oportunidade de cursar o doutorado e ao seu corpo docente pelos conhecimentos transmitidos e compartilhados. De modo especial, agradeço ao secretário Lucas pela constante ajuda e atenção.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa e pela concessão das bolsas do estudo no Brasil.

Aos meus Professores, José Carlos dos Anjos, Miriam Vieira, Jaqueline Pólvora, Patrícia Anahory, Andreia Moassab, Eufêmica Rocha, Crisanto Barros, Cláudio Furtado, Daniel Costa, Carmelita Silva, Hélia Rodrigues e Maria do Carmo, pelas infindáveis contribuições na minha formação acadêmica e pessoal.

À minha família, em especial à minha mãe Maria de Fátima pelo amor, educação, oração, e referência e ao meu pai, Salvador da Silva pelo amor e força.

A mi madre de corazón que me ha regalado el destino, mi reina Candy Sanchez (Mamy), por tanta dulzura, cariño, amistad y mucho amor.

Ao Naloan pelo amor, força, paciência, apoios e incentivos. Obrigada pelo equilíbrio e pela base, essenciais para me manter de pé!

Às amigas Mayra, Dina e Anilsa pelo carinho e pelos diferentes momentos compartilhadas durante este percurso. A vossa amizade serviu de terapia nos momentos difíceis e cansativos.

À Zamila, Elisabeth, Nizilda, Hélio, Helder, Nilton, Berenice, Cristiane, Neiva, Sérgio, Benjamin, Irene, Mauricia, Tales, Rô, Neia, Ronise, Gilson, Mira, Denise e Dilma pela amizade e momentos de alegria.

À todas e todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esta pesquisa seja possível, de modo muito especial, às entrevistadas e os informantes. Meus sinceros agradecimentos.

"La supervivencia es aprender a mantenerse firme en la soledad, contra la impopularidad y quizá los insultos, y aprender a hacer causa común con otras que también están fuera del sistema y, entre todas, definir y luchar por un mundo en el que todas podamos florecer. La supervivencia es aprender a asimilar nuestras diferencias y a convertirlas en potencialidades. Porque las herramientas del amo nunca desmontan la casa del amo. Quizá nos permitan obtener una victoria pasajera siguiendo sus reglas del juego, pero nunca nos valdrán para efectuar un auténtico cambio. Y esto sólo resulta amenazador para aquellas mujeres que siguen considerando que la casa del amo es su única fuente de apoyo"

Audre Lorde

## RESUMO

Da Silva, R. A. Rumor, Gênero e Política em Cabo Verde: A circulação de rumores e a construção de imagem das mulheres nos processos de ascensão/ocupação de altos cargos nas estruturas do Estado. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre.

**Resumo:** A ocupação de altos cargos de direções e de deliberação política nos últimos anos pelas mulheres em Cabo Verde vem impulsionando um conjunto de práticas discursivas manifestas em afirmação e negação. Percorrem, por um lado, discursos políticos e oficiais nobilitando o engajamento feminino, enquanto que por outro e, à margem destes, percorrem narrativas em forma de rumores que sinalizam uma leitura à contrapelo. Estes trazem à cena práticas informais relacionadas à forma como as mulheres ascendem politicamente, caso a envolver as que chegam ao poder acusadas de ceder a negociações sexuais. É justamente nessa fronteira de confronto de discursos concorrentes que esta tese analisa os modos de ver, entender e perceber os processos de ocupação/ascensão aos altos cargos nas estruturas do Estado por meio de rumores. O objetivo da tese consiste em compreender a construção da imagem política feminina nesse cenário. Para tanto, se empreendeu uma pesquisa etnográfica na Cidade da Praia – capital de Cabo Verde - a procura dos sentidos e significados dos rumores nas suas diferentes manifestações. O estudo analisa as condições de produção dos rumores, levando em conta as implicações da sua difusão e circulação na produção da imagem das mulheres na política. Com base nos aportes dos estudos subalternos e feministas, a posição assumida na tese é a do pensamento teórico anti-hegemônico. Nesse tom, dialoga-se com as visões de mundo dos sujeitos para captar os significados que atribuem às práticas políticas. O exame dos rumores possibilitou vislumbrar práticas políticas emergentes associadas ao acesso das mulheres a cargos de poder, que não estão ligados às dimensões normativas de recrutamento, mas em disputa com a hegemonia dos sentidos. Os resultados do estudo indicam que os rumores produzem uma imagem negativa das mulheres, na medida em que são representadas com base em conteúdos machistas, sexistas e de discriminação, tendo implicações direta nas suas vidas políticas e profissionais. O levantamento etnográfico evidencia ainda, que os rumores constituem um campo informal de luta de gênero, onde se acumulam em repertórios variados de um imenso discurso de cobrança moral às mulheres. Nesse contexto, as mulheres subvertem lógicas de resistência que dão conta do jogo político/sexual imposto a elas nas disputas por posições importantes no contexto político cabo-verdiano.

**Palavras-chave:** Rumor, Feminismo, Mulheres, Cabo Verde, Imagem Política, Luta, Resistencia.



## ABSTRACT

Da Silva, R. A. Rumor, Gender and Politics in Cabo Verde: The circulation of rumors and the image building of women in the processes of ascension / occupation of high positions in state structures. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre.

**Abstract:** The occupation by women of the significant administrative and political positions in recent years in Cape Verde has been boosting a set of discursive practices manifest in affirmation and denial. On the one hand, political and official speeches make noble the female engagement, while on the other and, they circulate narratives in the form of rumors that signal a counter reading. These bring to the scene informal practices related to the way women rise politically, if they involve those in power accused of indulging in sexual negotiations. It is precisely in this frontier of confrontation of competing discourses that this thesis analyzes the ways of seeing, understanding and perceiving the processes of occupation to the significant positions in state structures through rumors. The aim of the thesis is to understand the construction of the female political image in this scenario. To this purpose, an ethnographic research was undertaken in the city of Praia - capital of Cape Verde - seeking the senses and meanings of rumors in their different manifestations. The study analyzes the conditions of production of rumors, taking into account the implications of their diffusion and circulation in the production of women's image in politics. Based on the contributions of subordinate and feminist studies, the position taken in the thesis is that of anti-hegemonic theoretical thinking. In this tone, it dialogues with the subjects' worldviews to capture the meanings they attribute to political practices. Examination of the rumors made it possible to glimpse emerging political practices associated with women's access to positions of power, not linked to the normative dimensions of recruitment, but in dispute with the hegemony of the senses. The study results indicate that the rumors produce a negative image of women, as they are represented based on chauvinist, sexist and discriminatory content, having direct implications for their political and professional lives. The ethnographic survey also shows that the rumors constitute an informal field of gender struggle, where they accumulate in varied repertoires of a huge discourse of moral demands on women. In this context, women subvert resistance logics that account for the political / sexual game imposed on them in disputes over important positions in the Cape Verdean political context.

**Key words:** Rumor, Feminism, Women, Cape Verde, Political Image, Struggle, Resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do mapa de Cabo Verde- .....	97
Figura 2 – Localização das ilhas .....	111
Figura 3 – Alguns edifícios públicos situados no Plateau – Cidade da Praia.....	112
Figura 4 – Vista da Cidade da Praia. ....	113
Figura 5 – Avenida 5 de julho situada no Plateau / Fonte: (imagem tirada da internet) .....	113
Figura 6 – Café Sofia – Cidade da Praia.....	114
Figura 7 – Praia de Quebra Canela – Cidade da Praia .....	115
Figura 8 – Pessoas treinando na em Quebra Canela .....	116
Figura 9 – Espaço de treino situado em Quebra Canela.....	117

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Mulheres e homens em altos cargos (2010) .....	106
Tabela 2 – Relação de cargos e de entrevistas. ....	123

## **LISTA DE SIGLAS**

AMEPCV - Associação das Mulheres Empresárias de Cabo Verde

AMJ - Associação das Mulheres Juristas

AN - Assembleia Nacional

ANP - Assembleia Nacional Popular

ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduando e pesquisa em Ciências Sociais

AP- Administração Pública

CNDHC -Comissão Nacional dos Direitos Humanos e a Cidadania

EBI - Ensino Básico Integrado

FDIM -Federação Democrática Internacional das Mulheres

ICIEG- Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género RMP-CV

IIAG - Índice Ibrahim de Boa Governação Africana

INE –Instituto Nacional de Estatística

IPU - Inter-Parliamentary Union

MORABI - Associação de Apoio à autopromoção da Mulher no Desenvolvimento

MpD – Movimento para a Democracia

OMCV - Organização das Mulheres em Cabo Verde

ONU- Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários

RMP-CV -Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas

RCV – Radio de Cabo Verde

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCV- Televisão de Cabo Verde

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1. PATRIARCADO E GÊNERO.....	23
1.1. TEORIA DO PATRIARCADO: IDEOLOGIA E INSTITUIÇÃO .....	24
1.1.1. Noção de patriarcado.....	24
1.1.2. As instituições do patriarcado .....	28
1.1.3. Cultura política patriarcal.....	31
1.2. ABORDAGEM DE GÊNERO DESDE A PERSPECTIVA FEMINISTA .....	36
1.2.1. Considerações conceituais de gênero .....	37
1.2.2. Distinção: gênero/mulher x gênero/sexo .....	40
1.2.3. O uso de gênero como categoria de análise .....	42
1.3. NATURALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....	44
1.3.1. Masculino x feminino.....	44
1.3.2. Público e privado.....	47
2. RUMOR E GÊNERO.....	52
2.1. NOÇÃO DE RUMOR.....	52
2.2. ANTECEDENTES E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE .....	54
2.2.1. Dinâmicas do rumor: Produção, propagação, circulação e classificação .....	56
2.2.2. Afinal os rumores são verdadeiros ou falsos? .....	62
2.3. RUMOR COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE .....	69
2.3.1. A perspectiva dos estudos subalternos .....	71
2.3.2. Abordagem feminista pós-colonial e estudos subalternos em diálogo.....	74
3. APORTES METODOLÓGICOS .....	76
3.1. UM OBJETO INCÔMODO.....	76
3.1.1. Epistemologia e metodologia feminista .....	81
3.1.2. Aproximação e delimitação da etnografia política e feminista .....	86
3.1.3. Modelo de análise e de interpretação dos dados .....	94
4. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICO DE CABO VERDE .....	97
4.1. A EDIFICAÇÃO DO ESTADO INDEPENDENTE .....	98
4.1.1. Administração Pública cabo-verdiana.....	102
4.1.2. Notas de trajetória política das mulheres desde a perspectiva de gênero. ....	104
5. APRESENTAÇÃO DO CAMPO .....	111
5.1. O PROCESSO DE INSERÇÃO COMO INVESTIGADORA .....	114

5.1.1. O caminho das mudanças.....	119
5.1.2. Caracterização das sujeitas da pesquisa .....	122
6. RUMOR, GÊNERO E POLÍTICA NA CIDADE DA PRAIA .....	125
6.1. ACESSO A ALTOS CARGOS PÚBLICOS E POLÍTICO PELAS MULHERES PERCEBIDA NOS RUMORES .....	125
6.2. OS BASTIDORES DA POLÍTICA NO DISCURSO DO RUMOR .....	132
6.2.1. A dupla via: esquemas e redes como prática política.....	133
6.2.2. “Meu mérito era na cama e não no trabalho”: Ressonância de sentidos .....	137
6.2.3. O rumor como campo de disputa de gênero.....	142
7. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM POLÍTICA DAS MULHERES .....	149
7.1. A VISÃO DAS MULHERES .....	149
7.2. ENCRUZILHADAS DO CAMPO .....	154
7.2.1. Notas reflexivas.....	157
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	168
APÊNDICE .....	186
ANEXO.....	187

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos Cabo Verde é palco de grandes transformações no âmbito político. Propriamente isso ocorre nos dois últimos governos democráticos – na 8ª legislatura (2011-2015) e na 9ª (2016-2019). A presença de mulheres em altos cargos de chefias e deliberação política ganha destaque especialmente na configuração política. Tal fato tem repercussão internacional e, inclusive, leva o país a ser classificado como o segundo do mundo a ter mais mulheres no governo, conforme relatório da Inter-Parliamentary Union sobre Women in Politics (IPU, 2015)<sup>1</sup>.

Alicerçados em indicadores internacionais de classificação política e em relatórios internacionais<sup>2</sup>, os dirigentes políticos de Cabo Verde e de vários países do mundo<sup>3</sup>, apresentam o arquipélago como exemplo da democracia em África. Os discursos políticos oficiais tendem a enaltecer o prestigioso lugar ocupado pelo país, mostrando o panorama de um Estado equitativo no que concerne a representação de gênero no âmbito da política.

Tal prestígio não é obtido somente em razão do ranking ocupado pelo país, mas, também, pelo fato das pastas chefiadas por mulheres serem aquelas tradicionalmente ocupadas por homens. Além disso, diferentemente de países onde as mulheres em geral ocupam-se mais de temas sociais, não é o que modela o executivo cabo-verdiano. As pastas ministeriais chefiadas pelas mulheres se aproximam mais das que integram o que costuma ser denominado de *hard politics*: Finanças, Administração Interna, Turismo e Desenvolvimento Empresarial, Comunidades, Estado dos Negócios Estrangeiros, entre outros.

A nova conjuntura vem acompanhada de outras ocorrências inusitadas. Se destacam nomeadamente as eleições de 2016, quando pela primeira vez na história uma candidata disputa a chefia do executivo. Esse episódio “sacode” de modo especial a

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.ipu.org/press-e/pressrelease201503101.htm> acesso em 02 de maio de 2017.

<sup>2</sup> Índice Ibrahim de Boa Governança Africana, e Freedom House.

<sup>3</sup> Ressaltando, por exemplo, a visita oficial do ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama em 2014 enfatizando a democracia do arquipélago como “um exemplo para a região, para a África e para o mundo”. Disponível em: <https://www.portalocplp.org/noticias/barack-obama-apresenta-cabo-verde-como-exemplo-de-democracia-para-a-africa-e-o-mundo> Acesso em 15 novembro de 2016. No mesmo sentido, o ex-presidente da França François Hollande, na sua mensagem de felicitações dos 40 anos da independência do país, descreveu que “Cabo Verde é um exemplo de democracia e de crescimento em África”.

dinâmica eleitoral, até então traçada apenas entre os homens. Ademais, a presença feminina gradativamente passa a ser mais perceptível, propriamente em funções deliberativas do Estado, inclusive na Administração Pública em que a maioria dos funcionários são do sexo masculino (FURTADO, 2007).

Essa conjuntura revela discursos políticos e oficiais sobre a participação das mulheres, que reconhecem os esforços dispendidos por elas para o seu engajamento político. No mesmo sentido, as mídias distinguem a liderança feminina e nobilitam as conquistas alcançadas por elas. Ao lado disso, são veiculadas outras narrativas que revelam o modo como as dinâmicas das relações de gênero nos processos de ascensão política funcionam e são percebidas, sinalizando uma leitura a contragosto. Trazem à cena um conjunto de práticas informais relacionadas a forma como as mulheres ascendem politicamente. Desse modo, constrói-se a base de um “certo consenso” local, que se contrapõe aos discursos políticos e oficiais, haja vista estar fundamentado por discursos concorrentes, denominados rumores.

Para esclarecer, o termo rumor se equipara à palavra boato que, em acepção literal, significa disse me disse; notícia cuja fonte não é conhecida, geralmente sem fundamento, sendo publicamente divulgada. Mexerico; dito maldoso que se espalha boca a boca. Balela; mentira ou conversa infundada. Em última instância, diz respeito à propagação de um boato. A noção de rumores é utilizada nesta tese como expressão de narrativas produzidas “*fora do palco* [político] além da observação direta dos detentores do poder”. Quer dizer, uma “transcrição oculta, [pois] trata de discursos, gestos e práticas que confirmam, contradizem ou desviam o que aparece na transcrição pública” (SCOTT, 1990, p.5, grifo nosso)<sup>4</sup>.

A propósito, como explica Orlandi (2012), o uso de rumores serve de estratégia que exige a mudança dos discursos, podendo ser usados como artifício, tanto para a dominação como para a resistência dentro do território da hegemonia dos sentidos. Se trata de duas faces da mesma moeda em disputa de sentido, ou seja, das evidências daquilo que não foi dito/silenciado ou tampouco confirmado pelas vozes “autorizadas e

---

<sup>4</sup> No original: I shall use the term hidden *transcript* to characterize discourse that takes place "offstage," beyond direct observation by powerholders. The hidden transcript is thus derivative in the sense that it consists of those offstage speeches, gestures, and practices that confirm, contradict, or inflect what appears in the public transcript.



legitimadas para dizer a “verdade”. Isso implica em considerar que o rumor configura um contra-discurso – entendido como a negação de um discurso em circulação, ou a construção alternativa deste. Por conta disso, para além da compreensão da emergência de um ponto de vista diferente sobre determinado acontecimento, o rumor nos situa no contexto e permite, assim, entender a prevalência de uma ou outra versão, melhor dizendo, a hegemonia dos discursos (ARROJO E AGUIAR, 2014).

Quanto aos rumores, entende-se que a sua emergência pode ser explicada por múltiplas razões. Para este estudo consideramos que a disseminação e a circulação dos rumores em relação às mulheres decorrem da sua crescente visibilidade política na mídia, nos discursos oficiais e no plano internacional. Sendo assim, um universo de práticas discursivas se manifesta diante de tal visibilidade e reflete um caloroso “debate” que circula fora dos palcos formais (SCOTT, 1990) em comentários de jornais online, posts em redes sociais, *memes* ou em conversas na rua.

Nesse marco, os rumores referentes à sexualidade configuram um campo de luta de gênero, na medida em que a forma como as mulheres são percebidas e representadas é deslocada por forças externas daqueles que tem poder (HALL, 2011). Na verdade, os rumores camuflam a existência de jogos de forças com base em uma multiplicidade de recursos “‘elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código de vivências e interações interpretadas’, a partir de ‘um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente’” (BONETTI, 2002, p. 181).

Países como Cabo Verde, com histórico de disparidades entre os gêneros, especialmente no tocante à ocupação de cargos de poder e decisão, impulsiona-se um universo de situações tanto de afirmação como de negação e tensão sobre a presença das mulheres na política. Nesse sentido, as situações de interações sociais enquanto espaços de sociabilidade constituem lugares onde as relações interpessoais são bastante estreitas. Fruto não só da pequena dimensão do arquipélago, mas, sobretudo, pela forte referência aos laços familiares. A vinculação de parentesco é tão acentuada, que usualmente as relações interpessoais são estabelecidas mediante a menção a algum familiar. Não resulta estranho no meio de uma conversa surgirem perguntas do tipo: “es família de quem? ” Ou “por acaso, es filho(a) do(a) fulano(a)? ”. As relações são próximas de tal maneira que se diz “ em Cabo Verde todo mundo se conhece”.

Diante dessa realidade, as relações potencializadas pelo parentesco misturam-se à costumeira ocupação das ruas pelos cabo-verdianos, no cotidiano. Na rua, os vínculos vão se juntando a afinidades entre grupos de conversas numa acentuada troca social. Alargando aos becos, bares, cafés, restaurantes e lugares de diversão se trata de conteúdo variados. Nos cenários informais, partilham-se desde assuntos pessoais/familiares até questões políticas do país. Neste último aspecto, dependendo do período e dos acontecimentos, a rua se converte em verdadeiro termômetro para aperceber-se as tensões políticas que circundam o pequeno arquipélago - um autêntico ponto de encontro onde as questões públicas e privadas, à primeira vista, parecem cruzar.

Portanto, “estamos diante da montra do país. Por ser um microestado, Cabo Verde possui peculiaridades próprias, onde é possível por meio da comunicação oral trocar ideias, tratar de assuntos de cariz político e sobre a governação do país” (BRITO, 2014, p.27)”. A aparente “informalidade” burocrática, cercada pela circunvizinhança política, oportuniza um campo inesgotável de possibilidades a serem pensadas e, sobretudo, interpretadas. Como aponta Dos Anjos (2009, p.26), em Cabo Verde a “proximidade e a densidade de relações interpessoais entre governantes e governados potencializa o rumor”. O modo como as duas esferas se relacionam (pública e privada) pode ser um terreno fértil para a disseminação e circulação de rumores.

Na medida em que as notícias do país destacam as funções políticas assumidas por mulheres o debate se intensifica e é retomado muitas vezes nessa continuidade. Tal episódio desencadeia narrativas na forma de rumores que percorrem as ruas - espaços informais -, sustentando que o acesso de mulheres a cargos políticos, sobretudo aqueles de nomeação, passa por outras vias que não são as de competências profissionais. Casos a envolver mulheres que chegam à esfera pública por negociações informais, incluindo trocas sexuais. Desse ponto de vista, a visibilidade das mulheres como condição e modo de existência pública e afirmação enquanto sujeito político é negada nos rumores. Ao trazer a sexualidade como elemento determinante para ocupação de cargo, os rumores inviabilizam e desqualificam as lutas políticas das mulheres em Cabo Verde. A vista disso, o percurso político feminino é acompanhado por essa imagem pejorativa. Como consequência, a trajetória política das mulheres é marcada por essa recusa que, a todo momento, incompatibiliza o acesso, o percurso e a permanência das mulheres em espaços de poder. Realidade que, ao nosso ver, expõe rastros de uma cultura política embasada na sexualidade.

Tendo em vista o contexto arrolado, o propósito do presente trabalho é analisar a questão dos rumores com base nos aspectos envolvidos nos discursos relativos a participação das mulheres no cenário político de Cabo Verde. Para tanto, a presente pesquisa propõe analisar as condições de produção dos rumores, tendo em vista as implicações da sua difusão e circulação na produção da imagem das mulheres na política. Em vista disso, a tese aqui defendida é a de que a circulação de rumores sobre as mulheres contribui para criar uma imagem negativa da participação feminina nos processos de ascensão e permanência em espaços de poder e decisão política.

Derivam daí as seguintes questões de pesquisa: Como se estabelecem as relações de gênero no âmbito informal da política em Cabo Verde? Como é construída a imagem política das mulheres em processo de ascensão política e de que modo elas são representadas como atores políticos no contexto de produção e circulação dos rumores a partir da ordem discursiva hegemônica (androcêntrica)? Quais as implicações da circulação dos rumores na construção da imagem política das mulheres? Existe um discurso contra hegemônico capaz de fazer frente à cultura patriarcal no cenário político cabo-verdiano? Dessa perspectiva, se leva em conta os modos de ver, dizer e perceber o processo de ascensão/ocupação das mulheres como sujeito político nos espaços de constituição de rumores.

Ao propor estudar os “Rumores” se direciona a atenção a mulheres que desempenham ou desempenharam cargos por nomeação. Especificamente, isso diz respeito ao Pessoal do Quadro Especial do Governo e ao Pessoal Dirigente da Administração Pública do Estado nas duas legislaturas inicialmente mencionadas. As funções elencadas designam as categorias de Ministras, Diretoras de Gabinete, Diretoras Gerais, Diretoras de Serviços, Presidentes de Instituições Públicas. Ainda dentro desse campo se agrega a categoria denominada de “colaboradores dos altos cargos políticos” as quais correspondem Assessoras e Secretárias, conforme a classificação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

Com base nesse universo, o objetivo geral do estudo é compreender como se constrói a imagem das mulheres nos processos de ascensão/ocupação de altos cargos nas estruturas do Estado por meio de rumores. A partir disso, importa trazer ao debate as lógicas de resistências utilizadas pelas mulheres de Cabo Verde diante do jogo sexual imposto a elas. Interessa, também, buscar elementos que possam contribuir para a

elaboração de ações e programas governamentais capazes de incidir sobre as práticas de subordinação política das mulheres. Para tanto, a análise será guiada por orientações específicas que consistem em: a) investigar de que maneira se constrói a masculinidade e a feminilidade no contexto cabo-verdiano; b) analisar comportamentos, valores e atitudes em relação à presença das mulheres na esfera pública; c) examinar as dinâmicas dos rumores, nomeadamente a sua produção e circulação, tendo em vista a configuração das relações de gênero no contexto do país em estudo; d) pesquisar a trajetória política e profissional das mulheres e o modo do seu recrutamento para cargos políticos; e) explorar as condições de produções de sentido dos rumores e restabelecer os deslocamentos na construção da imagem política feminina a partir da voz das mulheres.

Face ao exposto, uma das hipóteses aqui defendida é a de que os rumores constituem um campo de lutas que produz deslocamentos significativos nas relações de gênero no espaço político cabo-verdiano, sobretudo pela tensão que estabelece no processo de ascensão política das mulheres. Consideramos também que as mulheres ascendem politicamente, por uma série de razões das quais a mais importante está relacionada a sua competência; por outra perspectiva aventa-se a possibilidade de que em uma sociedade como a cabo-verdiana o saber jogar, saber fazer um certo jogo sexual faz parte do próprio processo de constituição das “competências” profissionais.

A fim de contemplar as questões da pesquisa, os objetivos propostos e as hipóteses de trabalho nos baseamos nos aportes dos estudos feministas e de gênero em perspectiva interdisciplinar da Ciência Política e da Antropologia. A composição da parte teórica do estudo leva em conta o debate sobre questões relativas ao patriarcado, à dicotomia público e privado, à divisão sexual do trabalho e à relação entre rumor e gênero. A partir desse desenho de abordagem procuramos captar as falas das próprias mulheres e garantir o espaço de enunciação do seu discurso e do seu lugar enquanto sujeitos políticos. Em outras palavras, como assinala Spivak (2010), o rumor nos dá acesso a uma micrologia do funcionamento em escala diminuída de um mundo filosófico subalterno, permitindo a presença daquelas que são silenciadas por diversas formas de obliteração.

Desde a perspectiva arrolada, o delineamento metodológico do estudo é de natureza qualitativa e de orientação etnográfica, do ponto de vista político e feminista. No estudo empírico, a estratégia adotada compreendeu: a) conversas informais, primando, sobretudo, pelo fortalecimento de relações de confiança para dar continuidade

a investigação; b) entrevistas semiestruturadas com o propósito de dar a liberdade das falas dos interlocutores entrevistados em profundidade. As entrevistas foram submetidas à técnica de análise de discurso com o propósito de abordar o rumor, tanto no significado literal do enunciado quanto na sua materialidade através do contexto, do lugar da sua enunciação e das condições em que foi produzido. Complementarmente, foram consultados relatórios institucionais, boletins oficiais, sites governamentais ao lado do PCCS da Administração Pública do Estado de Cabo Verde.

Antes de concluir esta introdução, é de salientar que embora os rumores já venham sendo tratados a algum tempo no meio acadêmico, esta temática ainda é incipiente no contexto cabo-verdiano. Nesse quesito, até o momento se conhecem poucos trabalhos a exemplo do estudo de Brito (2014) intitulado “Rumores e Política”, que analisa como os diferentes elementos da vivência política cabo-verdiana são percebidas por meio de rumor, compreendendo este como importante meio de comunicação, que é frequentemente usado no cenário político do país. Contudo a ênfase da autora no rumor não é posta para estudar as mulheres na política.

Portanto, abordar esse tema é pertinente por se tratar de um campo de investigação incipiente nos estudos sobre Mulheres e Política em Cabo Verde. Nesse aspecto, os rumores servem como um campo estratégico para o jogo político. Por esse ângulo, se estima contribuir para o debate sobre o tema, trazendo o rumor como um campo de luta, no qual os papéis de homens e mulheres direcionam as dinâmicas das relações de gênero nos espaços políticos, expondo um campo informal e latente da política. Pelo exposto, acredita-se que esta proposta é inovadora por trazer ao debate a questão dos rumores políticos em relação as mulheres. Sendo assim, o estudo dos rumores e o de sua construção, enquanto objeto de estudo, é instigante pelo conjunto de particularidades imanentes a essa realidade, que comporta a proximidade das relações interpessoais no cotidiano das pessoas e na “informalidade” burocrática. Nesses termos, considera-se ser esta uma realidade conveniente e apropriada para explorar empiricamente.

### **Estrutura da tese**

A tese encontra-se organizada em sete capítulos, além desta introdução e das considerações finais do estudo. O primeiro capítulo, denominado “Patriarcado e Gênero”, trata sobre questões gerais em relação aos aportes teóricos da tese e define conceitos-

chaves, tais como: patriarcado, gênero, masculino x feminino e público e privado. O segundo capítulo se intitula “Gênero e Rumor” e centra-se nas dinâmicas dos rumores, nomeadamente na sua produção e circulação, a fim de buscar elementos para examinar a configuração das relações de gênero no contexto cabo-verdiano. O terceiro capítulo é dedicado à apresentação dos “Aportes Metodológicos” e abrange a metodologia da pesquisa, expondo o modo como a investigação foi conduzida, as técnicas de pesquisa utilizadas e o modelo de análise adotado. No quarto capítulo, elabora-se uma breve contextualização sobre a história política de Cabo Verde, tendo como foco a forma como se organizam o Estado e a administração pública do país. Conclui-se o segmento com algumas notas sobre a trajetória das mulheres no contexto arrolado. O quinto capítulo exhibe as questões envolvidas na realização do trabalho de campo. Para tanto, traz informações sobre o local escolhido para a pesquisa, incluído a sistemática usada para ter acesso às pessoas investigadas e as mudanças que se fizeram necessárias para concretizar o estudo empírico. Ao que se soma uma caracterização das mulheres ouvidas na pesquisa. No capítulo sexto, titulado “Rumor, gênero e política na Cidade da Praia”, são abordadas questões relativas ao acesso das mulheres a cargos políticos de alto escalão no governo cabo-verdiano e à forma como elas são percebidas através dos rumores. Somado a isso, direciona-se a atenção para os bastidores da política e o discurso do rumor, tendo em vista as condições de sua produção e o seu impacto na construção da imagem política feminina. Para tal, se tem em conta a voz das próprias mulheres e o rumor como campo de disputa de gênero. O sétimo capítulo, trata da construção da imagem política das mulheres, trazendo a visão das entrevistadas sobre a participação feminina em cargos de alto escalão e em relação ao seu percurso no espaço político. Para concluir o capítulo se faz referência às subjetividades e aos limites do campo, e na sequência retomam-se as experiências vivenciadas na pesquisa.

## 1. PATRIARCADO E GÊNERO

Iniciamos este capítulo tecendo os caminhos da conceptualização dos principais termos que vamos tratar. Tendo em vista que o propósito da tese é investigar a questão dos rumores com base nos aspectos envolvidos nos discursos relativos a participação das mulheres no cenário político de Cabo Verde, abordaremos esta questão desde uma perspectiva de gênero feminista. Estudar as mulheres a partir desses lócus significa questionar uma série de ocorrências que resultam em hierarquias sociais e em formas de discriminação decorrentes do processo histórico da humanidade.

Partindo explicitamente do cenário político que se constitui enquanto uma área predominantemente masculina, na qual a distribuição de recursos e de poder entre homens e mulheres é desproporcional, procuramos compreender essas assimetrias nas relações sociais. Isto inclui a atenção a formas indiretas de discriminação, que muitas vezes se tornam imperceptíveis em diversas práticas políticas, impondo desigualdades e violências às mulheres. Para compreender essas práticas torna-se necessário enquadrá-las nas relações entre masculino e feminino. Isso requer entender o processo pelo qual foram instituídas as relações de gênero, isto é, o modo como as diferenças entre homens e mulheres são edificadas e naturalizadas.

Isso implica, simultaneamente, no entendimento da construção do masculino e do feminino, dos papéis e dos valores atribuídos a cada gênero, bem como do impacto dessa visão dualista para a ocupação dos espaços sociais – público ou privado. Assim, a partir do patriarcado e das suas instituições é explicado o processo pelo qual são instituídas as bases da estrutura social e das relações de gênero, redimensionando os espaços de atuação historicamente designados a cada sexo. Nesse marco, a noção de patriarcado torna-se imprescindível para analisar a situação das mulheres a luz dos limites impostos a elas para a atuação no espaço público.

Isso posto, o marco teórico deste capítulo é organizado da seguinte maneira: a primeira parte aborda a teoria do patriarcado e as suas principais instituições; a segunda segue o aporte da teoria feminista, enquanto a terceira parte consiste na discussão da ocupação dos espaços público e privado e, nas contribuições sobre a construção do masculino e do feminino.

## 1.1. TEORIA DO PATRIARCADO: IDEOLOGIA E INSTITUIÇÃO

### 1.1.1. Noção de patriarcado

O tema do patriarcado vem sendo debatido em diferentes períodos ao longo da história. Durante esse percurso, o termo foi definido de diferentes formas. Engels (2017) referenciou o patriarcado como o sistema de dominação mais antigo do mundo. Contudo, foi com os estudos feministas que o conceito assumiu um sentido mais profundo, tornando-se pressuposto para explicar a subordinação feminina, a construção social do que é ser mulher e o caráter político implícito a essa construção (PISCITELLI, 2004).

Ainda nos anos 1970, a busca pela causa da opressão feminina deu origem a um amplo debate entre diversas correntes do movimento feminista. Tais correntes, identificadas historicamente com tendências liberal, socialista e radical, encontram no patriarcado o fundamento daquela opressão. A obra “Sexual Politics”, de Kate Millett (1969), tida como percussora desse debate, aborda profundamente a institucionalização do conceito. A autora atribui ao caráter político das relações entre os sexos a forma pela qual os homens dominam e exploram as mulheres. De modo específico, sugere que para se chegar ao entendimento das relações de poder estabelecidas entre os sexos, é preciso, antes de tudo, ter um olhar cuidadoso sobre a história do sistema patriarcal.

As feministas referem-se ao patriarcado como um sistema de dominação masculina em todas as esferas importantes da sociedade, podendo igualmente ser usado como sinônimo de poder dos homens. Nessa acepção da palavra, são conectadas duas denominações: a primeira refere à dominação dos homens e a segunda versa sobre a opressão das mulheres. Desse modo, o patriarcado passa a ser utilizado como categoria explicativa das relações de dominação masculina, como esclarece Delphy (2009). Mais do que justificar as causas da opressão, o legado é mostrar que as opressões vivenciadas pelas mulheres são frutos de relações políticas que se expressam através do patriarcado.

Na base das explicações das teorias do patriarcado, as feministas radicais sustentam que a opressão ocorre pelo simples fato da mulher ser mulher, e assim todas as mulheres são oprimidas independente da sua condição de classe, posto ser esta condição inerente à experiência feminina (FIRESTONE, 1972; REED, 1969; KOEDT, LEVINE, RAPONE, 1973; MILLETT, 1969, 1970, 1971; JONÁSDOTTIR 1993). As teóricas radicais acrescentam ainda que a opressão está relacionada à condição biológica,



traduzida no caráter reprodutivo das mulheres. Nesses termos, Firestone (1970 apud SCOTT, 1986) enfatizou que a reprodução é a amarga armadilha para as mulheres. No mesmo sentido, Heidi Hartmann (1981) explica o surgimento da opressão como resultado de uma relação de interdependência, que assegura o domínio dos homens sobre as mulheres.

Entretanto, o patriarcado passa por profundos questionamentos quanto ao seu caráter analítico. Por um lado, a partir do entendimento de que as justificativas da subordinação universalizam a opressão e a forma de dominação masculina (DELPHY, 2009, p. 177). Por outro lado, desde o pressuposto de que todas as mulheres aceitam essa condição, o que acaba por reforçar e perpetuar o poder dos homens. Esse fato leva ao afastamento do conceito enquanto modelo explicativo nos estudos sobre as mulheres. Mais tarde, as próprias feministas retomam o tema de modo contextualizado, levando em conta a historização nas suas análises. No entanto, como esclarece Delphy (2009, p. 177):

Alguns autores precisam o tempo e a localização de seu uso (Delphy, 1998), mas o uso atemporal também é legítimo, se não conceder poder explicativo ao termo e “patriarcado” for empregado de maneira descritiva. Assim, numa obra voltada aos feminismos não ocidentais, Chandra Mohanty, Ann Russo, Lourdes Torres (1991) utilizam-no vinte vezes.

Dessa perspectiva, Saffioti (2004) argumenta que mesmo tratando de diferentes contextos, o sistema patriarcal ainda funciona de modo igual, embora com diferentes nuances. No entanto, o importante é historicizar as formas da dominação masculina de modo a compreender as diversas formas de violências e as suas consequências dentro da ordem patriarcal. A partir do cenário político-econômico brasileiro, a autora versa sobre o assunto, questionando o uso político e as normatizações das diferenças fundamentadas em determinismo biológico, desvelando o processo de diferenciação sexuada na política e em todo corpo social. Ela ressalta a vigência do regime patriarcal com tendência de permanente transformação. Continuando, a autora, afirma que o patriarcado é um sistema que instrui e hierarquiza as relações entre homens e mulheres enquanto expressão do poder político a partir do pensamento essencialista, machista, misógino e sexista. Isso resulta numa estrutura de poder baseada na ideologia e na violência. Para que este sistema funcione, instituiu-se um conjunto de reformas que mantem a mulher como a principal “serva” deste sistema. Em Lerner (1990) encontramos o seguinte esclarecimento:

O sistema patriarcal só pode funcionar graças à cooperação das mulheres. Essa cooperação é endossada de várias maneiras: a inculcação de gêneros; a privação da educação; a proibição das mulheres de conhecerem sua própria

história; a divisão entre elas na definição de "respeitabilidade" e o "desvio" de suas atividades sexuais; através da repressão e coerção total; por meio da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político; e recompensando privilégios de classe para mulheres que se conformam (LENER, 1990, n.p.)<sup>5</sup>.

Conforme Lerner (1986), a história do patriarcado surge juntamente com a formação das elites religiosas, que construíram os primeiros Estados arcaicos. Lerner (1990) acrescenta que o patriarcado enquanto construção social surge com os povos do Oriente Médio, na Ásia central há mais de 3.500 anos, e leva quase 2.500 anos para ser concluído. Na época o patriarcado tinha sentido religioso e estava relacionado às primeiras famílias existentes antes e depois do dilúvio. O patriarcado seria “a manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e crianças da família e a extensão desse domínio sobre as mulheres na sociedade em geral” (LERNER, 1990, p.115). Ainda segundo o autor, a família é a unidade básica da organização do patriarcado, pois gera as condutas atribuídas a cada sexo ao lado de valores, costumes, leis e funções sociais que levam ao domínio masculino e à subordinação feminina na família.

Além da família, há pelo menos duas instituições imprescindíveis ao patriarcado. A primeira é o pacto sobre o corpo das mulheres firmado apenas entre os homens, no qual as funções do corpo feminino são codificadas simbolicamente pelas culturas. A segunda é a imposição da heterossexualidade por meio da reprodução, o que torna o corpo feminino acessível para os homens e garante a continuidade do patriarcado (PATEMAN, 1993; GARRETAS, 1993). No mesmo tema, Fontenla (2008) revisita alguns percursos do patriarcado e lembra que historicamente o termo faz referência a um formato de organização social na qual a autoridade e a chefia da família expressam o poder do pai. A partir de uma retrospectiva histórica, enumera que desde tempos remotos, o “pai”, além de ser o dono do patrimônio, mantinha seu domínio sobre escravos, filhos e esposa, o que garantia a ele o poder de vida e morte sobre seus tutelados até o momento desse poder ser transferido ao Estado. Ainda assim, tais mudanças não desestabilizam a dominação

---

<sup>5</sup> No original: El sistema patriarcal solo puede funcionar gracias a la cooperación de las mujeres. Esta cooperación le viene avalada de varias maneras: la inculcación de los géneros; la privación de la enseñanza; la prohibición a las mujeres a que conozcan su propia historia; la división entre ellas al definir la «respetabilidad» y la «desviación» a partir de sus actividades sexuales; mediante la represión y la coerción total; por medio de la discriminación en el acceso a los recursos económicos y el poder político; y al recompensar con privilegios de clase a las mujeres que se conforman.

masculina. Como esclarece Fontenla, em qualquer dos modelos mencionados, seja o da família seja o do Estado, prevalece o domínio dos homens sobre as mulheres.

Para Facio e Fries (2009), independentemente do tipo de sistema patriarcal, todos eles se caracterizam por um conjunto de elementos descritos da seguinte forma: a ocultação do registro das histórias vividas pelas mulheres; o domínio do homem através de um conjunto de violência contra o corpo feminino; a subordinação feminina e a superioridade dos homens sobre as mulheres. Como lembram as autoras, essa ideologia penetra ainda no tecido social e estabelece em todas as estruturas o sistema de dominação masculina.

Em resumo, o patriarcado, enquanto um sistema de relações sociais político-sexuais implantado pelos homens individual ou coletivamente, estabelece o domínio sobre as mulheres pela apropriação de seus corpos e ou por meio do uso da violência contra elas. Todos esses traços continuam vigentes e se manifestam em diferentes situações de desigualdades, computando déficits da participação feminina na política e no mercado de trabalho ao lado do controle do corpo das mulheres e da sua sexualidade. Realidade na qual estão envolvidas a criminalização do aborto, a exploração sexual, a instituição da prostituição ou a feminização da pobreza, entre outras situações (SOUSA, 2014).

Embora o patriarcado não seja o único denominador comum na explicação das assimetrias das relações sociais de gênero, ele é o único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem do sexo masculino. Portanto, se o problema não for nomeado isso pode significar [...] a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada” (PATEMAN, 1988, p.39). Assim sendo, a abordagem do patriarcado permite perceber as desigualdades entre homens e mulheres a partir dos mecanismos que dão base às estruturas que reproduzem a opressão. Estruturas ainda inscritas em diversas instituições públicas e privadas de distintas sociedades (SAFFIOTI, 2004; FACIO; FRIES 2005, FONTENLA, 2008) e, de modo particular, em contextos sócio-políticos como o cabo-verdiano, alvo do presente trabalho.

### 1.1.2. As instituições do patriarcado

O termo instituição refere às práticas, relações ou organizações estabelecidas em uma sociedade cuja existência é constante e contundente. A instituição patriarcal é também conceitualizada como um conjunto de comportamentos e práticas que atuam com outras instituições na difusão de desigualdade entre os sexos, de modo especial, na desvalorização das mulheres, contribuindo para a reprodução dos mecanismos de dominação masculina que oprimem as mulheres (FACIO; FRIES, 2005). Facio e Freire aprofundam o debate sobre as instituições do patriarcado e destacam entre elas: a família [patriarcal]; a educação [androcêntrica]; a erotização [dominação]; a história [roubada]; a linguagem [ginope]; e f) o direito [masculinizado]

A família é a base civilizatória onde emerge o patriarcado. Conforme Sarraceno (1997), a família é o material primário e privilegiado com o qual se constroem os padrões sociais. A instituição da família patriarcal ocidental agrupou papéis e funções próprios para homens e mulheres. O homem é tido como provedor e chefe da família, dos bens da família, dos filhos e da mulher. Enquanto a responsabilidade desta é cuidar dos filhos, dos afazeres doméstico e obedecer ao seu responsável – o marido. É dentro da família que se enraíza a dicotomia de ocupação dos espaços sociais em público e privado. Do ponto de vista político, a mulher não precisaria se representar uma vez que o homem enquanto chefe de família patriarcal se responsabiliza por ela.

A manutenção desses padrões foi garantida através da educação. Desde criança, as meninas são instruídas a serem doces, generosas, obedientes, boas esposas e boas mães, enquanto os rapazes são ensinados a serem fortes, independentes e racionais. A educação começa particularmente no seio familiar e tem a sua continuidade através das escolas, religiões e instâncias de socialização primária e secundária, e mais tarde, engloba a vida adulta de ambos os sexos. É desse modo, que a educação androcêntrica explica, em grande parte, o mecanismo que sustenta a dominação masculina à medida que reforça as visões sexista e androcêntrica do mundo.

Nesse processo, de modo particular, as mulheres são instruídas a internalização de inúmeras violências, em particular a da servidão sexual por meio de recursos que as fazem assumir e aceitar esse tipo de abuso. Trata-se da distorção da sexualidade feminina (e também masculina) através da denominada erotização da dominação que caracteriza a cultura patriarcal. É relação entre a dor e o prazer que tem como recurso, outras

instituições do patriarcado. Nomeadamente, a religião, as leis e as ciências reprimem e condenam qualquer ato de independência sexual das mulheres. Entretanto, como explica Facio (1999), se por um lado é necessário distinguir a aceitação desse domínio sobre as mulheres de modo a perceber os mecanismos e as negociações que elas próprias fazem para manter esse sistema, por outro lado, é necessário analisar as suas funcionalidades no patriarcado.

Durante séculos, as múltiplas violências sofridas pelas mulheres não foram registradas na História. Tampouco as suas experiências foram reconhecidas, apesar de desde sempre elas serem agentes ativas na história (LERNER, 1986). A História, celebrada sobre os eventos da humanidade, parte do ponto de vista da interpretação dos homens, ignorando qualquer contribuição das mulheres. Assim sendo, a história do passado humano que se conhece é uma história roubada na medida em que omite e distorce a realidade da metade da humanidade – as mulheres.

Sem dúvida, a linguagem que não registra a existência das mulheres, subentende que ela não existe. E mais, se não há registro de existência do sujeito feminino, não se pode considerá-la como sujeito de determinada cultura ((PRUNOTTO, 2012). Meana (2004, n.p)<sup>6</sup> explica que os efeitos produzidos na linguagem pelo sexismo e o androcêntrismo poderiam ser agrupados em dois fenômenos. Primeiro, o do silêncio sobre a existência das mulheres, a invisibilidade, o ocultamento e a exclusão. Segundo, a expressão do desprezo, do ódio, do conceito sobre as mulheres como subalternas, como sujeitas de segunda categoria, como subordinadas ou dependentes dos homens. Este fenômeno é conhecido como o da linguagem ginope, expressão que alude à desigualdade que se manifesta através de um código de comunicação expresso no discurso, com a centralidade no gênero masculino, excluindo intencionalmente o gênero feminino (GARCÍA PRINCE, 1996). Por conseguinte, a linguagem que dispensa o sujeito feminino consolida e projeta para o futuro uma sociedade em que a mulher não vale o mesmo que o homem (FACIO, 1999). Dessa maneira, se pereniza a valorização do masculino e a inferioridade de feminino.

Tais aspectos ainda se refletem na sociedade contemporânea, apesar de lutas em defesa do uso não sexista da linguagem. Dicionários, livros didáticos, histórias infantis entre outros, são a prova dessa centralidade masculina. Por isso, é necessária uma

---

<sup>6</sup> Documento electrónico não paginado.

linguagem inclusiva através de políticas linguísticas de modo a tornar as mulheres visíveis em todos os tipos de documentos, e discursos escritos e verbais.

Se a linguagem é uma das principais formas de comunicação - através dela, os hábitos culturais são transmitidos de geração em geração - não é de surpreender que as mulheres e o feminino estejamos invisibilizadas ou marginalizadas de fazer humano, pois a mesma língua que usamos para comunicar esses hábitos culturais, é responsável por nos esconder atrás do gênero masculino, ou pelo menos minimizar, relativizar ou ridicularizar-nos contra o sexo "forte". A linguagem não apenas reflete e comunica os hábitos e valores de uma determinada cultura, mas também molda e define esses hábitos e valores. Como homens / meninos tiveram o poder de definir as coisas, quase tudo o que é definido é da perspectiva deles. Como os homens tiveram o poder de definir coisas e valores, quase apenas as coisas e valores que eles definiram são aceitos como válidos em nossa cultura e, portanto, essa cultura é masculina ou, pelo menos, predominantemente masculina. As mulheres, como seres humanos plenos e autônomos, não existem nessa cultura masculina (FACIO; FRIES, 2005, p.284)<sup>7</sup>.

Nesse percurso, encontramos também a própria lei que dá base as instituições acima referidas. Por isso, a legislação torna-se mais forte do que qualquer uma das instituições acima referidas. Alicerçada pelas normas morais e culturais, a legislação mantém o disciplinamento de gênero. Mediante a ameaça e o temor, esse disciplinamento acontece de forma diferenciada e desigual na medida em que assegura a supremacia dos seus criadores – homens, fortalecendo ainda mais o sistema patriarcal. Como reitera a literatura pertinente, historicamente é possível observar que na maioria das vezes as leis favorecem os homens em detrimento das mulheres,

Em uma primeira etapa histórico, a lei concedeu explicitamente o poder quase absoluto aos homens sobre as mulheres no campo das relações sexuais, sociais e econômicas. O acesso sexual exclusivo do proprietário ao seu objeto sexual, a mulher, a severa criminalização do adultério da mulher, a punição pela recusa em procriação e aborto, a mutilação dos órgãos genitais femininos, a proibição de livre circulação ou movimento para mulheres, monogamia unilateral, a obrigação de seguir o dono / dono onde quer que ele fosse, a perda do sobrenome quando se torna propriedade de um homem, a incapacidade de administrar ou representar seus próprios interesses ou de terceiros, etc. Foi mantida graças a um alto sistema de violência institucionalizada que aprisionou as mulheres por sua independência pessoal, além de social, econômica ou sexual. Essa violência foi projetada para todas as esferas da coexistência, enquanto os privilégios de dominação precisavam ser mantidos,

---

<sup>7</sup> No original: Si el lenguaje es una de las principales formas de comunicación --por medio de él se transmiten de generación en generación los hábitos culturales-- no es de extrañar que las mujeres y lo femenino estemos invisibilizadas o marginadas del quehacer humano ya que el mismo lenguaje que utilizamos para comunicar esos hábitos culturales, se encarga de ocultarnos tras el género masculino, o por lo menos minimizarnos, relativizarnos o ridiculizarnos frente al sexo "fuerte". El lenguaje no sólo refleja y comunica los hábitos y valores de una determinada cultura sino que conforma y fija esos hábitos y valores. Como los hombres/varones han tenido el poder de definir las cosas, casi todo lo que está definido lo está desde su perspectiva. Como los hombres han tenido el poder de definir las cosas y los valores, casi sólo las cosas y valores que ellos han definido están aceptados como válidos en nuestra cultura y por ende, esta cultura es masculina o al menos, predominantemente masculina. Las mujeres, como seres humanas plenas y autónomas, no existimos en esta cultura masculina.

o que foi expresso na esfera pública com guerras, torturas e execuções (FACIO; FRIES, 2005, p.291, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Atualmente, ainda que as mulheres sejam reconhecidas como sujeitos de direito, a legislação expressa tendências que respondem às necessidades dos homens. O descaso com a violência doméstica e com a violação da integridade dos corpos das mulheres são apenas alguns exemplos dessa tendência. Outro modo de identifica-la é quando se verifica que a mulher é levada em conta somente por sua função reprodutiva. Com efeito, além da legislação ser masculinizada ela segue apresentando traços patriarcais (FACIO; FRIES, 2005).

Portanto, é de se observar que o patriarcado atravessa praticamente todas as estruturas sociais, reproduzindo mecanismos diversos que oprimem e marginalizam, inviabilizam e desqualificam as mulheres. Contudo, é importante frisar que as instituições referenciadas não são as únicas que dão assistência a este sistema, pois o patriarcado vai se renovando e se adaptando em diferentes contextos e cenários da vida social. Este sistema permeia as instituições, ademais de enraizar a ideologia de inferioridade feminina na própria cultura.

### **1.1.3. Cultura política patriarcal**

De acordo com Facio e Fries (2005), qualquer cultura, independente da sociedade a que pertence, compartilha quatro traços que se reproduzem e mantêm as mulheres em desvantagem com relação aos homens. O primeiro deles diz respeito às expressões de linguagem que desvalorizam os papéis e os trabalhos das mulheres, creditando a elas menos prestígio ou poder do que o conferido aos homens. O segundo traço comporta visões negativas sobre as mulheres apoiadas em simbologias ou mitos nem sempre evidentes. O terceiro traço refere-se ao processo estrutural de exclusão política das mulheres dos espaços de participação ou de instâncias do mais alto nível de poder político.

---

<sup>8</sup> No original: En una primera etapa histórica el derecho otorgaba explícitamente el poder casi absoluto a los varones sobre las mujeres en el campo de las relaciones sexuales, sociales y económicas. El acceso sexual exclusivo del amo/dueño a su objeto sexual, la mujer, la penalización severa del adulterio de la mujer, el castigo a la negativa a la procreación y el aborto, la mutilación de genitales femeninos, la prohibición de circulación o desplazamiento a las mujeres, la monogamia unilateral, la obligación de seguir a su amo/dueño a donde éste fuera, la pérdida del apellido cuando pasa a ser propiedad de un varón, la imposibilidad de administrar o representar intereses propios o de terceros, etc. fue mantenido gracias a un alto sistema de violencia institucionalizada que imprimió duros castigos a las mujeres por su independencia personal, fuera social, económica o sexual. Este ámbito de violencia se proyectó hacia todas las esferas de la convivencia en tanto había que mantener los privilegios de la dominación, lo que se expresó en el ámbito público con guerras, torturas y ejecuciones.

O quarto e último traço, reflete a predominância de um “pensamento dicotômico, hierárquizado e sexualizado” (FACIO; FRIES, 2005, p.259) que prescreve uma relação assimétrica. Para tanto, toma o homem como modelo de humanidade e realça a inferioridade da mulher em razão do seu sexo.

Com efeito, a cultura, enquanto memória coletiva, capaz de forjar práticas e representações sociais encontra em pautas sexistas e misóginas modelos de relações sociais e institucionais que têm reflexos no pensamento político e no funcionamento das sociedades (TARRES, 2004). Como consequência, os estereótipos patriarcais impedem o reconhecimento e o empoderamento político das mulheres (INGLEHART; NORRIS, 2003). Nessa direção, Oliveira (2016) elucida que a sub-representação feminina na política, além de ser impactada por questões institucionais sofre os efeitos de processos históricos e culturais que dificultam o êxito das mulheres no cenário político. Problema esse, em parte resultante de uma memória cultural, cujos padrões de conduta reforçam as hierarquias e a desigualdade entre os gêneros

Apesar das conquistas obtidas pelas mulheres, da existência de mecanismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres, de programas de promoção da igualdade entre os gêneros, do reconhecimento político formal dos direitos das mulheres e de todos os avanços da condição feminina, nem sempre isso é suficiente na prática. Por conta disso, as mulheres seguem em desvantagem tanto no acesso à participação e à permanência no cenário político, quanto na produção de uma mudança substancial na relação mulher e política.

Diante disso, Oliveira (2016, p. 11) sugere uma abordagem mais subjetivada da situação que leva em conta as relações constitutivas entre a política e a cultura<sup>9</sup> de modo a compreender a “configuração de significativas barreiras que impendem ou limitam a presença das mulheres em distintas esferas do poder”. Seguindo essa lógica, entende-se que ao discutir de que modo o posicionamento de gênero no campo político é atravessado

---

<sup>9</sup> A perspectiva culturista da política foi fundada com a de publicação de *The Civic Culture* (1963), de Almond e Verba. O estudo centrava basicamente em explicar as condições de estabilização de regimes democráticos apoiada dimensão racional das escolhas. Não obstante, os estudos a estudos posteriores que revistaram os fundadores têm levantado um leque de limites. Derivado disso, surgiram modelos mais elaborados de análises voltada aos aspetos culturais de uma nação. Nos últimos anos, tem surgido estudos que relacionam cultura política e representação de mulheres principalmente na América latina (Lodola e Selignton, 2013; Poncela, 2011; Oliveira, 2015 Castro, 2011, Poncela, 2011 Selignton,2013), República Dominicana (Espinal, 2013), Uruguai (Perez, 2006), Brasil (Ribeiro e Oliveira, 2013, Oliveira, 2105).



pela cultura política, vem à tona as crenças sobre os papéis típicos que homens e mulheres devem desempenhar dentro de uma sociedade (PÉREZ, 2016 e ARAUJO 2016). Por cultura política se entende, “[...] conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 2).

Desse ponto de vista, uma abordagem subjetiva permitiria “pesquisar as crenças, identidades e valores dos indivíduos, destacando a forma como os valores culturais são componentes endógenos da tomada de decisão” (BORBA, 2005, p. 151). Como caracteriza Tarres (2014), a cultura política democrática é construída a partir de percepções de valores vinculados a defesa da liberdade, justiça e tolerância entre os cidadãos com o intuito de promover e participar do interesse público.

Para tal, são necessárias instituições que colaborem de modo coerente para orientar ações políticas que promovam a igualdade política. E para que essa mudança seja efetiva, é imprescindível a incorporação de ideias democráticas, como a da igualdade política, em todas as instituições, e de modo particular, na própria cultura (INGLEHART; NORRIS, 2003; DAHL, 2008; TOURRAINE, 1996). Nesse patamar, o universo simbólico cultural constitui uma das principais esferas de transmissão dos sentimentos característicos dos gêneros que modelam as suas ações de acordo com os valores e crenças que dão sentido à realidade.

Autores como Inglehart e Norris (2003), Ribeiro e Oliveira (2013), Oliveira (2015; 2016), demonstram que a cultura tem uma ligação direta com os aspectos da igualdade política entre os gêneros. Advertem, no entanto, que em sentido inverso as normas culturais podem levar ao desempoderamento político das mulheres. Explicam, por exemplo, que a presença de traços patriarcais na cultura política leva a conceber e a passar uma imagem negativa da presença feminina em postos de tomada de decisões. Como consequência, as mulheres têm acesso limitado à política. Desse jeito, para entender a desigualdade entre os gêneros deve-se levar em conta os posicionamentos subjetivos em relação aos valores hierárquicos em diferentes contextos políticos. Isto é, a forma como os indivíduos constroem suas visões de política com base nas suas percepções do mundo político.

Do ponto de vista da análise deste estudo, mostra-se oportuno conhecer tais posicionamentos para entender as práticas e obstáculos inerentes ao acesso, ocupação e permanência das mulheres em altos cargos do Estado em Cabo Verde. Isso possibilita apreender as dinâmicas da inserção de gênero no espaço político e como elas são transformadas em potenciais armas de arremesso político (ARAÚJO, 2016). Ao mesmo tempo, é possível capturar as representações simbólicas e decodificar comportamentos de uma cultura política patriarcal.

Por cultura política patriarcal, se entende a visão do mundo político assente em um conjunto de valores, atributos e linguagem ligados a estereótipos de gênero que mantêm as mulheres marginalizadas, invisíveis e silenciadas no cenário político. Também se inserem nessa definição, as percepções dos papéis apropriados a cada sexo. Nessa leitura, discussões recentes sobre o tema (BIROLI, 2010; ARAÚJO, 2016) demonstram como os estereótipos patriarcais e de gênero, instalados em várias instituições, condicionam a inserção das mulheres no cenário político, tanto a nível de participação formal quanto a nível do percurso profissional e desempenho das funções.

A título de exemplo, cita-se o estudo de Biroli (2010, p.28), que incide sobre as representações de gênero presentes nas notícias das principais revistas semanais brasileiras. Ela mostra que “a presença feminina nos noticiários políticos oscila entre a invisibilidade e uma alteridade marcada por estereótipos”. Uma nota importante, apontada pela autora neste aspecto, é que a visibilidade feminina quando aparece, empenha em identificar as mulheres como dissonantes de um corpo fora do lugar e de forma negativa. A autora concluiu que há uma formação estereotipada em relação a qualquer tipo de participação das mulheres no campo da política que é retroalimentada constantemente. Por detrás da posição marginal ou da reduzida presença das mulheres na política, estão os estereótipos de gênero que intentam naturalizar a exclusão das mulheres da esfera pública e do modo mais sutil possível.

Caso semelhante foi exposto na análise de Araújo (2016) sobre a relação entre desigualdade de gênero em espaços sociais e políticos. Um dos seus objetivos consistiu em buscar as razões da fraca presença feminina em cargos eletivos. Entre vários casos contraditórios, a autora evidenciou padrões associados à divisão sexual de espaços, sendo o espaço privado um dos motivos que impede as mulheres de participar. Isso deve ser compreendido num contexto mais amplo que opera antes mesmo dos processos políticos

decorrentes dos valores que dividem espaços e atuam na seletividade. Reforçando, Araújo (2016, p.42) afirma que o fato dos partidos políticos serem dominados por uma cultura política de tipo patriarcal “determinaria e responderia pelo problema da seleção de candidaturas [...], assim como dos recursos investidos em mulheres candidatas, e tenderia a responder pela quase totalidade das limitações à eficácia das cotas”.

Com base nessas considerações, evidencia-se como os estereótipos patriarcais intentam perpetuar os padrões tradicionais que discriminam e mantêm as mulheres “voltadas, para o que lhes seria mais caro: a vida privada, a esfera doméstica, a maternidade” (BIROLI, 2010, p.48). E quando essa última imagem é quebrada, rompendo a tradição e incluindo atividades fora de casa relacionadas ao interesse político, as mulheres se deparam com práticas e valores patriarcais, como por exemplo: os rumores. Isso faz sentido no contexto da nossa proposta de análise, quando se percebe uma tensão causada pelas informações de cunho sexual, veiculadas por meio de rumores, envolvendo mulheres que chegam à esfera pública.

Os estereótipos patriarcais, inscritos na cultura política, podem ser reconhecidos de diferentes modos. Dentre esses, nos comportamentos políticos, sociais, culturais e educacionais expressos por meio de normas, mensagens, discursos, símbolos, imagens ou qualquer outro meio de expressão. Sendo que esses meios sustentam a desigualdade de gênero, perpetuando a inferioridade e a superioridade de um dos gêneros; promovem ou mantêm funções estereotipadas atribuídas a homens e mulheres, tanto em relação a tarefas produtivas quanto reprodutivas. Ainda, desvalorizam ou superestimam as tarefas desempenhadas principalmente por um dos gêneros; usam imagens que desvalorizam as mulheres, de natureza humilhante ou discriminatória; referem-se às mulheres como objetos e estimulam a violência contra elas (URRUTIA, 2018, p.46).

Em razão do exposto, corrobora-se a ideia de que não se podem tomar como espontâneo, o desinteresse, a inatividade e o silêncio feminino em relação à atuação pública (SCHLOZMAN, VERBA; BRADY, 2012). Ainda que o distanciamento da política seja justificado como preferência pelas próprias mulheres, deve-se buscar entender as lógicas por detrás dessa opinião, vez que ela pode variar em relação aos homens, ou mesmo entre mulheres a depender dos níveis de subordinação ou individualização. Enquanto há uma hegemonia, os outros atores obedecem, resistem ou lutam para transformá-la. Sendo assim, qualquer análise cultural da política deve

considerar a pluralidade que existe nas preferências individuais (TARRES, 2004). A análise dessas preferências, desde uma perspectiva teórica que privilegie as relações de gênero para explicar a subordinação ou individualização das mulheres, é um caminho aberto para identificar outra faceta da diversidade presente na cultura. Com efeito, evidenciar comportamentos de uma cultura política patriarcal é apenas um desses caminhos a explorar.

É neste sentido que o gênero se torna categoria imprescindível no debate em curso. Debate que além de acadêmico envolve o desejo de mudança e preconiza o surgimento de uma ordem social e cultural na qual o desenvolvimento do potencial humano esteja aberto a ambos – mulheres e homens. Nesse tom, a perspectiva de gênero feminista serve para desvendar um conjunto de situações que levam à exclusão das mulheres nos diferentes âmbitos da vida social.

## 1.2. ABORDAGEM DE GÊNERO DESDE A PERSPECTIVA FEMINISTA

O estudo de gênero a partir da perspectiva feminista permite tornar visíveis as experiências, as narrativas e as vivências do gênero feminino ignoradas por séculos de androcêntrismo. É trazer o olhar das mulheres na ressignificação da História da qual foram banidas. Isto não significa priorizar a história das mulheres em detrimento da dos homens, pelo contrário, ela trata justamente de relatar a relação social entre os gêneros, tendo no centro da análise as relações do poder. A perspectiva feminista introduz a experiência de subordinação das mulheres para torná-las visíveis, ao desvelar mecanismos e sistemas que assumem uma posição dominante. Apesar da complexidade do tema e das diversas abordagens dos feminismos, o esforço das diversas correntes desse pensamento é precisamente lutar contra a forma androcêntrica de ver o mundo e romper o sistema de dominação masculina.

O feminismo é um movimento que luta pelos direitos das mulheres e questiona todas as estruturas do poder, com o objetivo político de transformar a situação de subordinação, opressão e discriminação das mulheres por um coletivo masculino. Para Castells (1996), o feminismo compreende todos os grupos ou pessoas, com reflexões e atuações que orientam a acabar com a subordinação, a desigualdade, e a opressão contra as mulheres. Isso visa alcançar a emancipação feminina e a construção de uma sociedade sem discriminações em razão do sexo e do gênero. O feminismo se edifica a partir da

tomada de consciência das mulheres subordinadas e se pauta a lutar contra o patriarcado, o sexismo e o androcentrismo.

De acordo com Scott (1990, p.13) “a história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção da hierarquia entre masculino e feminino em seus contextos específicos”. É a partir da reinterpretação da história pelas teorias feministas, que as mulheres deixam de ocupar lugares de vítimas para tornarem-se sujeitos ativos na construção da história. Assim, com o aporte do pensamento feminista é possível conhecer melhor as implicações das construções sociais de gênero na realidade vivida pelas mulheres em qualquer parte do mundo (FACIO; FRIES, 2005).

### **1.2.1. Considerações conceituais de gênero**

Segundo Rubin (1975), o conceito de gênero surge nos anos 1970 e é introduzido nas ciências sociais a partir da escrita do tratado “Sexo, Gênero e Sociedade” de Ann Oakley, em 1972. Desde então, as teóricas feministas, buscando compreender e explicar a condição de subordinação das mulheres, lançam mão ao gênero em suas propostas de investigação e contribuem para propor uma nova metodologia a fim de dar novo significado aos critérios científicos sobre os estudos das mulheres.

De acordo com Scott (1995), as feministas norte americanas foram as primeiras a conceitualizar o gênero. Nesse âmbito, o gênero serve para romper com o uso da noção de sexo e diferença sexual ou de outras categorias biológicas a ela associadas, e para centrar a atenção nas relações sociais. Assim, o gênero é usado pelas feministas como forma de referir-se à organização social das relações entre os sexos. Com isso, elas procuravam distanciar as suas conceptualizações das noções do sexo, evitando as oposições binárias e naturalizadas.

Ainda assim, como esclarece Scott (1995), as primeiras abordagens de gênero fazem usos descritivos do conceito e priorizam apenas questões relativas a mulheres, crianças e famílias, isto é, associadas ao mundo feminino. Por conta disso, surge a ideia de que aspectos pertinentes à guerra, à diplomacia ou à política não têm relação com as questões de gênero. Portanto, tal direcionamento aparece “em oposição ao que realmente importa à história, que é o domínio público da existência” (TORRÃO FILHO, 2004, p.131). Em decorrência, a identificação da história das mulheres com assunto de mulher

ou a aspetos relacionados aos espaços domésticos, da família e da sexualidade (domínio privado) contribui para a marginalização desses estudos.

Como esclarece Scott, naquela altura os estudos feministas estariam à procura do que se pode considerar de legitimidade acadêmica para mapear um novo terreno para os estudos sobre as mulheres. O gênero neste contexto, indica apenas a sua posição política na história das mulheres. Assim, o gênero torna-se um território legítimo e específico para os estudos feministas. Embora a participação das mulheres na história seja reconhecida, boa parte dos historiadores não a levaram em consideração e nem manifestam o seu interesse pela causa. Com efeito, apesar dos estudos de gênero tratarem das relações sociais, eles deixam em aberto, sem explicação, como estas relações são edificadas e de que maneira operam. Tal visão coloca um desafio teórico aos estudos feministas, qual seja, o de dotar a noção de gênero de força analítica suficiente para transformar os paradigmas históricos dos estudos sobre as mulheres.

Conscientes desse problema, historiadoras feministas articularam modelos explicativos para validar a teoria de gênero a partir de três pontos de vista. O primeiro, considera a origem do patriarcado como sistema de dominação masculina que subordina as mulheres, no entanto, não mostra como as desigualdades de gênero estruturam outras desigualdades. O segundo, parte da análise de tradição marxista numa relação crítica, mas centra-se, exclusivamente, na casualidade econômica, sem esclarecer como o patriarcado opera no capitalismo. O terceiro se desdobra do pós-estruturalismo francês e das teorias orientadas pelas escolas de psicanálise para explicar a reprodução da identidade de gênero do sujeito, circunscrevendo-o no âmbito familiar doméstico.

Do ponto de vista de Scott (1990), apesar desses esforços, tais perspectivas sustentam-se em analogias de oposição feminino e masculino, apoiadas em quadros tradicionais das ciências sociais que sugerem explicações causais e generalizadas. Esses posicionamentos constituem obstáculos para adaptar e constituir o gênero como categoria de análise explicativa de mudança da história.

“Aprendemos”, escreviam três historiadoras feministas, “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história”. A maneira como esta nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das

mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise (SCOTT, 1990, p.3-4).

Entretanto, Scott propõe o uso do gênero com o propósito de entender as relações sociais em múltiplas formas de interação humana, o que requer decodificar os sentidos de tal interação e compreender a sua complexidade. Nas palavras da autora:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1990, p. 7).

Entre as contribuições teóricas de Scott sobre o uso da categoria gênero está a de conceituar o termo em duas partes interligadas e distintas analiticamente. Dessa perspectiva, a autora estabelece uma conexão total entre “duas proposições”, a saber: “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.21).

Na primeira proposição, que compete às relações sociais, estão presentes quatro elementos constituintes do gênero: os símbolos culturais que nomeiam, tipificam e representam os sexos; os conceitos normativos, que interpretam o significado desses símbolos; os universos de interação das relações de gênero em âmbitos como o da organização política ou da economia; e, a identidade subjetiva, responsável por construir relações sociais pautadas na oposição binária feminino/masculino.

A segunda proposição, concernente às relações de poder, destaca que as relações de gênero não se concebem sem compreender onde as diferenças construídas entre mulheres e homens são apresentadas. Como lembra Lima e Mello (2012, p.191), parafraseando Scott (1990) “o gênero é o primeiro campo pelo qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” o que não significa que o gênero seja o único campo de existência do poder, embora ele se articule nessas relações. Sendo assim:

[...] talvez o adequado não seja simplesmente dizer que gênero esteja relacionado à noção de poder, mas sim que gênero é fundado nesta relação: gênero deve ser concebido como uma relação de poder e não uma posição fixa atribuída às pessoas. E ainda ressaltamos que ser mulher, do mesmo modo que ser homem, não são modos de viver universais, nem mesmo quando se toma como exemplo uma única pessoa: esta pessoa vive de modos variados o que supõe ser a sua vida. [...]. Assim, como dissemos, as vidas são singulares, sendo as nossas práticas de viver, ao mesmo tempo, a arte de viver. Uma arte

que se inventa a cada momento que a produzimos (LIMA MELLO, 2012, p.191).

Como reporta Scott (1990, p. 27), “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado”. De forma resumida, a conexão entre poder e gênero realçada pela autora refere-se à organização social das relações entre os sexos do ponto de vista político - estratégico. Inscrevem-se nesse âmbito as desigualdades de poder organizadas segundo classe, raça e gênero, bem como as relações sociais entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens que demarcam a construção dos sujeitos sociais (COSTA; SILVEIRA; MADEIRA, 2012). Construção está abordada detalhadamente em trabalhos endereçados a desconstruir e desnaturalizar às oposições binárias das primeiras teorizações sobre gênero.

### **1.2.2. Distinção: gênero/mulher x gênero/sexo**

Embora exista a tendência de o termo gênero ser tomado como sinônimo de mulher, convém lembrar que se tratam de conceitos com significados diferentes. Na opinião de Scott (1990), essa percepção talvez se deva ao fato de que o uso desses conceitos foi acolhido inicialmente por estudiosas feministas. É evidente que assim o seja, uma vez que o gênero surgiu para explicar e definir as estruturas que subordinam ou oprimem mulheres de todas as classes, raças, etnias, idades etc. De acordo com Facio (1999), essa ambivalência vai além da academia. A título de exemplo, a autora refere-se às políticas públicas supostamente referentes ao gênero. Segundo ela, muitas dessas políticas são mais voltadas para as mulheres do que propriamente para as questões de gênero, visto que não têm nenhuma relação com as estruturas do gênero. Como explica a autora,

[...] muitos projetos voltados para as mulheres visavam melhorar seu status econômico, mas não levavam em conta sua condição de subordinação em relação aos homens em suas vidas ou os papéis que eles tinham que desempenhar dentro de suas famílias ou comunidades por serem mulheres. Além disso, eles não levaram em conta a menor valorização que esses papéis têm em nossas sociedades, o efeito sobre a auto-estima das mulheres e na sociedade que possui essa menor valorização, nem os problemas que a supervalorização dos papéis masculinos traz à família, a comunidade e a sociedade em geral. Portanto, gênero não é sinônimo de mulher, embora a maioria dos estudos, políticas e leis que se relacionem ou levem em conta gênero, sejam estudos sobre mulheres, políticas voltadas para mulheres ou



leis relacionadas ao problema das mulheres (FACIO, 1999, n.p, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Dessa perspectiva, uma política de gênero deve considerar tanto a realidade das mulheres como a dos homens. Como assinala Scott (1990) a categoria de gênero é relacional, portanto o seu uso não implica em dispensar um tratamento exclusivo às mulheres. A propósito disso, Aires (1973) assinala que não existe a mulher ou o homem, mas uma pluralidade de mulheres e homens afeitos à influência de diferentes marcadores sociais, a exemplo dos de raça, classe ou orientação sexual. Além disso, a maneira como são instruídos meninas e meninos e todas as práticas simbólicas com os quais convivem vão determinar a constituição do masculino e do feminino (BARBIERI, 1993). Portanto, se pode “inferir que não existe uma única definição do ser mulher, e qualquer pretensão nesse sentido torna-se quase impossível” (Conceição, 2019, p.739).

Quanto à distinção entre sexo e gênero, cabe um breve esclarecimento sobre os dois conceitos. O gênero pode ser definido como uma construção social, categoria mutante e histórica que varia de uma cultura a outra (FACIO, 1999). O sexo, por seu turno, refere-se à anatomia humana, determinada biologicamente para classificar o indivíduo como macho ou fêmea (GILBERT; HALLET; ELLDRIDGE, 1994). Nesses termos, enquanto o sexo é tido como dado, natural e imutável, o gênero é referido como uma construção social.

Em contrapartida, ao elaborar a teoria sobre o sistema de sexo-gênero, Rubin (1975) ressalta que o que se entende por sexo também é culturalmente construído. Pois, concebendo-o como natural e imutável, ele seria então ahistórico identificado num corpo também ahistórico. Os estudos de Foucault (1986) mostram que as concepções do corpo não são estáticas. O sexo não existira fora de um discurso sobre o corpo. Portanto, a noção de sexo deve ser pensada a partir das leituras culturais de gênero, o que desconstrói o determinismo anatômico de ser homens e mulheres no mundo. Assim sendo, o sexo é também construído socialmente. Diante do exposto, é oportuno ter presente que:

---

<sup>10</sup> No original: muchos proyectos dirigidos a mujeres tenían como objetivo mejorar su condición económica, pero no tomaban para nada en cuenta su condición de subordinación en relación a los hombres en sus vidas ni los roles que tenían que desempeñar dentro de sus familias o comunidades por ser mujeres. Es más, no tomaban en cuenta la menor valoración que esos roles tienen en nuestras sociedades, el efecto en la auto estima de las mujeres y en la sociedad que tiene esa menor valoración, ni los problemas que la sobrevaloración de los roles masculinos le trae a la familia, la comunidad y la sociedad en general. Género, por lo tanto no es sinónimo de mujer aunque la mayoría de los estudios, políticas y leyes que se relacionan o que toman en cuenta el género, sean estudios sobre la mujer, políticas hacia la mujer o leyes relacionadas con la problemática de la mujer.

[...] o sexo (como uma estrutura biológica que permite tendências, predisposições genéticas e potencialidades) tem sido e é a referência básica para o estabelecimento de diferenças sexuais; O sexo torna-se gênero em um processo de construção sócio-constitutiva simbólica da organização das relações sociais em geral. Enquanto o sexo se refere - em sua instância básica - à divisão primária das diferenças sexuais - progressiva e inevitavelmente socializada - se torna gênero no exercício de um poder de vertebrado diferenciado das relações sociais de dominação (FACIO, 1999, n.p, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Nos termos arrolados, pode-se argumentar que apesar da proximidade entre os dois conceitos, isso não significa a possibilidade de substituir um pelo outro. Explicando, o gênero não é o mesmo que o sexo. É justamente o debate sobre esses conceitos que permite compreender o empenho das feministas em adotar a concepção literal do vocábulo gênero e utilizá-la para fazer referência “à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 2).

### **1.2.3. O uso de gênero como categoria de análise**

A utilização do gênero como categoria de análise é controversa na medida em que não há concordância no que diz respeito ao seu estatuto cognitivo. Há quem defenda o gênero como categoria empírica uma vez que ele manifesta a existência da realidade social. Outros alegam o seu uso como categoria analítica. Existe ainda o entendimento de que ele pode ser usado como categoria em história porque expressa as relações sociais entre os sexos através dos tempos.

Uma das contribuições a esse debate é a da antropóloga Marilyn Strathern (1988). Segundo a autora, o gênero não passa do modo como determinadas práticas e ideias em relação aos sexos e aos objetos sexuais se organizam. Dessa perspectiva, o gênero não constitui uma categoria analítica, mas sim uma categoria empírica, posto que o gênero diz respeito à cisão entre corpos, objetos ou eventos de determinada ordem simbólica.

De modo oposto, a historiadora francesa Louise Tilly (1994) argumenta que se bem conceitualizado o gênero pode ser usado como categoria de análise. Nesse tom, ressalta a importância dessa categoria nos estudos sobre a história das mulheres, como

---

<sup>11</sup> No original: el sexo (como estructura biológica que posibilita tendencias, predisposiciones genéticas y potencialidades) ha sido y es el referente básico para establecer las diferencias sexuales; el sexo deviene género en un proceso de construcción socio simbólico constitutivo de la organización de las relaciones sociales en general. Mientras el sexo alude -en su instancia básica- a la división primaria de las diferencias sexuales -progresiva e ineludiblemente socializado- deviene género en el ejercicio de un diferencial de poder vertebrado a las relaciones sociales de dominación.

potente ferramenta analítica que permite interrogar a supremacia dos principais conceitos da disciplina histórica. Na percepção dessa autora, a utilização de gênero é imprescindível nas análises feministas.

Para Saffiotti (1997) o gênero pode ser usado como categoria empírica e como categoria analítica. A autora completa esse argumento sustentando que o gênero também pode ser identificado como categoria histórica. Nesse patamar, antes de o gênero ser empregado cientificamente (analítica), ele já operava na realidade (empiricamente) e historicamente. Portanto, estamos diante de uma categoria analítica, empírica e histórica que se aprende e constrói nas relações sociais de gênero. Essa categoria pode ser usada de múltiplas formas e serve para enfatizar o gênero como elemento importante da análise política e social. Prá (2016) ressalta a importância de utilizar o termo para abordar a política, vez que gênero e mulher tendem a ser entendidos como categorias contrárias as verdadeiras tarefas da política.

Na mesma linha de raciocínio, Scott (1990), como dito antes, concebe o gênero como categoria útil de análise histórica. Por esse caminho, ela não só procura entender e tornar visíveis as desigualdades entre os sexos, como propõe desconstruir as assimetrias de poder que estão na base das estruturas sociais. Isso inclui levar em conta a imposição das diferenças entre homens e mulheres como um dos dispositivos de dominação masculina da civilização ocidental.

Em suma, tendo em conta as posições acima apresentadas e concordando com as colocações das autoras, cabe lembrar que a noção de gênero emerge em razão da necessidade de criar uma categoria analítica com o potencial de questionar os sujeitos – “como sujeitos da cultura, como sujeitos sociais, como sujeitos históricos, como sujeitos políticos e como sujeitos de direitos” (GOMES, 2018, p.2). De acordo com Kleba e Wendausen (2009), este processo promove experiências de participação efetiva, e codifica os sentidos de modo a amenizar os conflitos e ressignificar espaços e relações sociais na produção da vida cotidiana. Tal processo possibilita entender e colocar em questão as formas de constituição do sujeito, isto é, como este é construído para depois analisar as relações de gênero.

Portanto, usar o gênero como categoria de análise, antes deste ser confundido ou entendido como instrumento para explicar as relações entre homens e mulher, implica considerar que tal qual o gênero, “homem e mulher são conceitos social, corporal e

historicamente inscritos” (GOMES, 2018, p.69). Com efeito, se o gênero é tratado como uma construção social, também a mulher, o homem, o corpo e o sexo são conceitos elaborados. Isto provoca uma reflexão ainda maior que, discursivamente, cria espaço para debates sobre a importância das questões de gênero na história, na política e na cultura. Lugones (2014), Espinosa (2014) e Gomes (2018) contribuem para essa discussão, acrescentando que tudo isso não bastará se o gênero não for articulado a outros marcadores sociais de diferença, a exemplo da noção de raça. Esta considerada categoria imprescindível nos estudos decoloniais. Argumento complementado por Mohanty (1984) e Spivak (2010) desde a perspectiva pós-colonial, adiante detalhada.

### 1.3. NATURALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

#### 1.3.1. Masculino x feminino

Os papéis atribuídos a mulheres e homens na sociedade encontram relação com aspectos referentes à anatomia de cada sexo. Desde a nascença, são atribuídas características diferentes aos bebês com genital feminino em comparação aos que possuem genital masculino (FACIO, 1999). De acordo com Facio (1999, p. 12), a designação dessas características, somada à definição de comportamentos e papéis para cada sexo, inclui “elementos descritivos e normativos” por meio dos quais é instituído o que se espera de ambos os sexos.

Como esclarece Guacira Louro (2018), o processo contínuo de formação de sujeitos determina os seus comportamentos, as suas escolhas e a maneira como eles se apresentam na sociedade. Não obstante, para garantir a eficácia do papel social atribuído aos sexos é preciso contar com um conjunto de instituições que tenham a missão pedagógica de promover o disciplinamento contínuo. Por exemplo, escolas e instituições de saúde produzem a masculinidade e a feminilidade através de um processo permanente de disciplinamento dos corpos, fazendo-o parecer cada vez mais natural do que culturalmente arbitrário (LOURO, 2018). Também as igrejas, as leis e os costumes contribuem continuamente para alimentar esse processo.

Sobre o mesmo tema, Bourdieu (2013) usa a ideia forças simbólicas para esclarecer que estas instituem hábitos imperceptíveis nos indivíduos a partir da educação diferenciada entre meninas e meninos, incluindo a família, a escola e a sociedade. A partir

disso, defende ser necessário desmontar as estruturas de dominação que produzem as consciências a fim de transformar a “produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes” (BOURDIEU, 2003, p.54).

Nesse processo, os comportamentos e os papéis atribuídos ao masculino são tomados como padrão e, simultaneamente, como modelo da humanidade, enquanto o feminino é desprovido de qualquer valor social e se torna o “outro”. Segundo Facio (1999), a consequência de persistir nessas atribuições cria relações de poder na medida em que os sujeitos são posicionados em extremidades desiguais, dicotômicas e hierarquizadas. Isso é notório pela maneira androcêntrica de identificar a humanidade, onde as mulheres são tornadas como incapazes pela não participação ativa na vida social. Na medida em que essas forças atribuem a elas papéis secundários, retiram-lhes a voz, e legitimam a discriminação feminina pela atribuição de todo poder aos homens.

Lígia Amâncio (1998) analisou vários estudos sobre as imagens do masculino e do feminino no trabalho intitulado “masculino feminino: a construção social da diferença”. Segundo a autora, os modos de ser homem e mulher e a sua respectiva hierarquização são extensivamente transmitidos no conteúdo de estereótipos sexuais ao senso comum. Esse é um dos fatores a contribuir para a categorização sexual por meio da construção de imagens distorcidas sobre as mulheres e da formação de juízos de valor categorizados segundo o sexo.

A autora cita os estudos de Ashmore e DelBoca (1979) e Locksley *et al.* (1890) que afirmam que em termos de acessibilidade, e na ausência de qualquer informação ou interação sobre características individuais, o conhecimento de que a pessoa é homem ou mulher é suficiente para se criarem impressões baseadas em traços e estereótipos. Nesse processo, a comparação entre os sexos parece ser claramente desfavorável às mulheres, uma vez que a sua categoria reúne os polos negativos das dimensões comuns a categoria masculina, exceção da dimensão da expressividade afetiva.

A construção da identidade social é orientada pela procura da instintividade positiva, para si próprio e para o seu grupo. Amâncio (1998) explica que a procura pela identidade social positiva – a necessidade de distinguir-se ou de ser melhor – não é algo que emane naturalmente dos indivíduos. Por um lado, nela está incutida a ideologia que orienta as pessoas a diferenciarem-se positivamente, tendo um significado determinado

pela ideologia. Por outro lado, isso tem a ver com a universalização da acentuação das diferenças intercategorias.

Esses pressupostos foram levantados também por Deschamps (1983) que propôs uma análise extensiva das relações intergrupos, considerando que o conteúdo definidor das categorias sociais tem origem em um universo simbólico comum. Conforme explica o autor, citado por Amâncio, a distribuição dos recursos simbólicos não é igual a todos os grupos sociais.

Enquanto que determinados grupos sociais são definidos por conteúdos que distinguem seus membros enquanto pessoas, o que os torna dominantes no plano simbólico da individualidade (Lorenzi Cioldi, 1988), os grupos dominados são definidos por conteúdos que os distinguem enquanto membros de categorias. Isto não põe em causa o processo da categorização, em si mesmo, mas mostra que as diferentes formas que ele pode assumir revelam já uma estratificação entre os grupos, cuja origem é ideológica (DESCHAMPS, apud AMÂNCIO, 1998, p. 53).

No quadro desta perspectiva, Amâncio (1983) explica como os estereótipos masculinos e femininos funcionam a partir de duas hipóteses, tendo como base a sociedade portuguesa. A primeira é que a identidade social negativa, relacionada às mulheres, é resultado da internalização da especificidade e valorização da forma de ser feminino, diante da desejabilidade e diversidade dos modos de ser masculino. A segunda é que pela sua supremacia e universalização, aparece simbolicamente como referência emblemática. Isso implica, na prática, a diferenciação entre as categorias sexuais em termos de papéis sociais. Esses papéis são construções sobre as orientações comportamentais de categorias sexuais, que se articulam com os estereótipos dessas categorias e constituem a dimensão comportamental das representações, largamente partilhadas sobre o modo de ser homens e mulheres (AMÂNCIO, 1998).

Tal diferenciação estabelece uma estrutura no plano cognitivo, de duas categorias sociais diversamente avaliadas e socialmente construídas com os mesmos recursos e símbolos. Essa aprendizagem começa no início da socialização primária e se estabiliza no fim do período escolar, sendo que a ampla difusão nos meios de comunicação e as famílias contribuem para a sobrevalorização do masculino enquanto modelo de adulto. A aprendizagem dos estereótipos sexuais entre as categorias sexuais dá lugar a diferenciação do que devem ser homens e mulheres em termos de papéis. Conceitualmente, os papéis sociais referem-se às normas de comportamento que no seio da família se traduzem tradicionalmente numa distribuição de tarefas. A divisão

“universal” desses papéis, entre os sexos, no seio da família, parece contribuir para a estruturação dos espaços que esses corpos ocupam, de acordo com as atribuições anatômicas. Aos corpos feminizados são atribuídos a esfera privada/doméstica, enquanto que os masculinizados são atribuídos a esfera pública/política.

### **1.3.2. Público e privado**

A referência ao público e privado aludem a diferentes processos de organização social, que marcam sistematicamente as relações. Historicamente, os primeiros tratados sobre as esferas pública e privada remontam à Grécia antiga, sendo destacado Aristóteles como o percussor desse debate. No entanto, a discussão dos dois termos implica diferentes modelos de análise sobre a edificação da sociedade (WEINTRAUB, 1997).

Um desses modelos é apresentado pelos teóricos do contrato social, que sustentam a edificação da sociedade a partir de um pacto. A teoria do contrato (ROSSEAU, 1983; LOCK, 1983; HOBBS, 2003), explica que antes da ordem social, os homens viviam no estado de natureza onde todos eram livres. Nesse estado, os homens viviam debaixo do poder da força, uma luta entre fortes e fracos. Devido a essas inseguranças eles decidem passar para o estado civil. Nessa transição, abrem mãos de uma parte das suas liberdades naturais para adquirirem liberdades civis, universais e igualitárias entre todos. O contrato social traduz a primeira expansão para regular a ordem social, o que se expressa em uma figura jurídica que regula os interesses privados (CHAUÍ, 2000).

Para Carole Pateman (1993), existem duas implicações subjacentes a esse contrato. Em primeiro lugar, considera que não é explicada a forma como é exercida a liberdade proposta no pacto, isto é, se oculta uma parte da história. Apesar de o contrato social pressupor condições de igualdade em direitos, semelhante acordo não se inscreve às mulheres, começando pela própria regularização do contrato da qual as mulheres foram restringidas de participar. Como explica a autora, o fundamento normativo da sociedade formatada por esse pacto origina-se a partir da subordinação feminina aos homens, negando-se às mulheres o reconhecimento civil.

O contrato social trata apenas da liberdade dos homens. Liberdade que se solidifica, sobrepondo “uma parte integrante da opção racional pelo conhecido acordo original” (PATEMAN, 1993, p.11). Se por um lado, o contrato social refere-se a supostas condições de igualdade e liberdade universal, por outro lado, ele não esclarece de que

forma é exercida essa liberdade. Esta refere a história que nunca foi mencionada pelos contratualistas. Uma história de sujeição, do acesso livre e regular ao corpo da mulher – o contrato sexual - este seria a primeira implicação. Portanto, a gênese do direito da constituição histórica da sociedade civil e patriarcal transcorre do contrato sexual.

A verdadeira origem do direito político é deixada de lado nessa interpretação; nenhuma história foi contada sobre sua gênese. O direito político origina-se no direito sexual ou conjugal. O direito paterno é somente uma dimensão do poder patriarcal e não a fundamental. O poder de um homem enquanto pai é posterior ao exercício do poder patriarcal de um homem (marido) sobre a mulher (esposa). Os teóricos do contrato não tinham a intenção de contestar o direito patriarcal original em seu ataque violento ao direito paterno. Em vez disso, eles incorporaram o direito conjugal em suas teorias e, ao fazê-lo, deram ao preceito do direito sexual masculino sua forma contratual moderna [...]. O patriarcado deixou de ser paternal há muito tempo. A sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais; no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens *enquanto homens*, ou enquanto fraternidade. O contrato original é feito depois da derrota política do pai e cria o *patriarcado fraternal* moderno (PATEMAN, 1993, p.17-18).

A segunda implicação estaria relacionada às intenções por detrás do contrato, que também foram omitidas. Ao transformarem a liberdade natural da mulher na segurança da liberdade civil, a mulher não foi reconhecida como sujeito dos contratos social e sexual. Porém, ela é o próprio objeto a ser contratado. Em outras palavras, o homem passa a ser o proprietário legal da mulher. Essa exclusão deliberada não é genuína. Já que as mulheres não desempenham nenhum papel relevante, os homens encontraram legitimidade em expressões sociais e legais para limitar os direitos das mulheres de se integrarem à sociedade (CARRIERE, 2018). Isso revela todo o jogo por detrás do acordo social. Pois, é partir de então, que se funda a concepção do mundo rigidamente separado entre homens e mulheres, ligada à divisão do espaço social em duas esferas da sociedade civil patriarcal: o público e o privado.

Nesse modelo, a esfera pública relacionada à liberdade civil foi outorgada aos homens e a esfera privada reservada às mulheres. A separação das duas esferas, triunfa juntamente com a naturalização de que as mulheres têm a vocação para cuidar da casa, dos filhos e de manter a reprodução. Assim, lhes é retirada a voz política já que o domínio privado é desprovido de qualquer prestígio ou negociação política<sup>12</sup>. Entretanto, os homens transitam entre as duas esferas. Portanto, é justamente dessa forma desigual,

---

<sup>12</sup> Nesse ponto Pateman (1993) lembra que para os clássicos do contrato social, o domínio privado é desprovido de qualquer prestígio ou negociação política. No entanto, argumenta que a esfera privada faz parte da sociedade civil, e uma vez que a última foi instaurada pelo contrato original, significa que a esfera privada não pode ser suprimida, pois é parte integrante de todo esse processo.



negando as mulheres a condição de sujeito e qualquer possibilidade de participarem no espaço público, que elas são incorporadas na sociedade civil.

O contrato sexual, deve-se enfatizar, não está associado apenas à esfera privada. O patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada. O contrato original cria a sociedade civil patriarcal em sua totalidade. Os homens passam de um lado para outro, entre a esfera privada e a pública, e o mandato da lei do direito sexual masculino rege os dois domínios. A sociedade civil é bifurcada, mas a unidade da ordem social é mantida, em grande parte através da estrutura das relações patriarcais (PATEMAN, 1993, p. 29).

As dicotomias dos espaços tomam a dupla forma: público/privado e civil/natural, e marcam a divisão social dos espaços entre homens e mulheres. Nesse contexto, “a família torna-se: o paradigma privado, o espaço da vida doméstica, das relações interpessoais, o lugar do feminino e da subjetividade” (Idem). Em contrapartida, “tem-se o domínio do público, dos interesses impessoais, portanto civis e universais, lugar da política e dos negócios, arena exclusiva dos homens” (CARLOTO; MARIANO 2010, p. 453). Enquanto a esfera privada implica uma relação de dependência, a esfera pública é marcada por pressupostos igualitários que caracterizam a relação de cidadãos independentes entre si. Em função dessa divisão, se estabelecem todas as relações sociais baseada no sexo. E é aqui que a construção da diferença entre os sexos entra em cena, na medida em que estrutura todas as relações sociais incorporadas à concepção patriarcal da diferenciação sexual, persistentes até hoje.

A emergência dos princípios liberais de “igualdade, liberdade e fraternidade” da Revolução Francesa, trouxe a subversão das concepções políticas com ideias da separação entre Estado e Sociedade, “tendo como propósito a separação entre o público e o privado, no sentido de reduzir a intervenção do Estado na vida privada” (NOVAES, 2015, p.54). Apesar da proposta ética da igualdade, na prática, ampara-se em uma série de ideias éticas e políticas que definem as atividades específicas do indivíduo (especialmente econômicas), de maneira desigual, segregando espaços sexuais ao dividir e definir lugares para cada sexo. Com o desenvolvimento da sociedade industrial, o mundo do trabalho, compreendido como atividade produtiva e remunerada, também passa a constituir a esfera pública. Nessa perspectiva, se estabelecem as democracias ocidentais com base da concepção da oposição do público e privado, articulando a esta, os papéis sexuais. (CARLOTO; MARIANO 2010; NOVAES, 2015).

A “dicotomia” que separou a sociedade em duas esferas constitui o centro da discussão no pensamento político da modernidade ocidental, especialmente no que tange

a fronteira entre essas esferas. A forma tradicional de estabelecer a distinção entre o privado e o público é retomada de modo crítico, sobretudo pelas feministas (BOBBIO, 1995). Nesse debate, a literatura feminista contemporânea levanta interrogações sobre as distinções prévias entre as esferas pública e privada, e denuncia o processo codificador da ordem de gênero que está por detrás dessa divisão. Além disso, incorporam uma nova questão nessa discussão – o gênero.

Inúmeros são os estudos feministas que apontam os efeitos perversos da separação rigorosa entre público e privado, separação esta que se associa a várias outras dicotomias, como, por exemplo, masculino e feminino, político e doméstico, produção e reprodução, cultura e natureza, independência e dependência, sempre de modo a se reforçar mutuamente e a estabelecer uma hierarquia entre os polos opostos que resulta na associação da mulher como o polo inferior da relação. Para essa tradição dicotômica e binária, a mulher está para o mundo privado e doméstico assim como o homem está para o mundo público e político (CARLOTO; MARIANO 2010, p.453).

Nessa direção, Almeida (1997) destaca que as categorias público e privado não são dicotômicas ainda que tenham as suas especificidades. Argumenta que por detrás dessa divisão encontra-se a influência liberal que estabelece fronteiras sexuadas dos espaços que formam a base do patriarcado. Portanto, opor as duas esferas é cair na cilada de determinação de forma desigual de lugares específicos para homens e mulheres. Na mesma lógica, Lamoureux (2009) afere também que este tipo de discurso distribui papéis sociais segundo a filiação sexual, nutrindo a diferença “natural” com o objetivo maior de interditar as mulheres ao universo político, bem como de introduzir um duplo padrão ao mercado de trabalho.

Okin (2008) afirma que grande parte da corrente predominante da teoria política ainda usa os conceitos de público e privado sem problematizá-los, reproduzindo o discurso de dominação, legitimador da opressão das mulheres no âmbito privado. Em consequência, acaba por reforçar a ideia da separação das esferas, ao persistir em não levar em conta o gênero, ignorando a condição das mulheres tanto dentro da família como em situações em que os homens detêm o poder (COSTA, 1995).

O slogan do feminismo – o privado é político e/ou o pessoal é político, deriva desse debate que visa enunciar que toda relação de poder, dominação e opressão é de fato política, e que a esfera privada é amplamente marcada pelo político, sobretudo na era do Estado-Providência e do surgimento do social (ARENDRT, 1958).

O que, então, outras feministas, assim como as mais radicais, querem dizer com “o pessoal é político”? Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é

imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (OKIN, 2008, p. 314).

Sennet (1999) alega que ambos homens e mulheres participavam das duas esferas, só que de maneira não explícita ou ostensiva, mas a partir de relações assimétricas. Por isso, tomar os dois domínios de forma separada não faz sentido, uma vez que eles se articulam de maneira relacional. Pateman (1993) já havia argumentado que a dicotomia não é forma mais eficaz de analisar estas duas esferas. A esfera privada não pode ser suprimida de importância, tendo em conta que nela estão presentes as relações de poder, atravessadas por mecanismos de regulação derivados do domínio político/ público.

De maneira evidente, se nota uma débil separação, dada a multiplicidade de seu significado (OKIN, 2008). Ainda que não exista consenso ou unanimidade a esse respeito, a impermeabilidade é questionável quanto ao sentimento das relações entre as esferas, dependendo do contexto e da época (LAMOUREUX, 2009). María Lugones (2008) segue esse debate com base na realidade da América Latina. Dessa perspectiva, ressalta que a condição da mulher pode ser entendida a partir de uma análise histórica da situação de dependência e domínio derivado da colonização europeia e vivenciado nesse território.

Ainda sobre a dicotomia público e privado vale notar a existência de um certo delineamento nessa separação em duas esferas. O governo tem sido associado ao domínio público, e o espaço doméstico associado à esfera privada. Não obstante, é de destacar que não tem cessado os reveses dessa dicotomia a medida que se tem rompido com estes delineamentos. As mulheres rompem essa fronteira conquistando espaços, e desempenhando cargos de prestígio e relevância social que outrora lhes eram idealmente restringidos. Os trabalhos feministas desenvolvidos após o século XIX, contribuíram para fomentar e registrar as rupturas desse confinamento, lutando pelo “acesso seguro à esfera pública por meio da formulação de reivindicações em áreas tão diversas como a da igualdade jurídica, do acesso à educação e ao emprego remunerado” (LAMOUREUX, 2009, p.211). Ao que se somam as conquistas no tocante ao direito de votar e ser votada, que situam noutra patamar a relação das mulheres com o espaço público e com a política.

## 2. RUMOR E GÊNERO

Este capítulo trata da conceptualização do rumor e das principais temáticas relacionadas a este fenômeno comunicativo – emergência, produção, dissipação, circulação, e entre outros. Também são estabelecidos alguns parâmetros que servem de eixos conceituais tendo em conta o objetivo deste trabalho.

Posteriormente, dado que o foco central desta análise é posto no rumor como projeto para abordar as percepções no processo de ascensão e ocupação de cargos políticos pelas mulheres foram estabelecidos alguns parâmetros para subsidiar o desenvolvimento do estudo. Para colocar em diálogo “rumor e gênero” embasamo-nos em aportes dos estudos subalternos, especificadamente nas reflexões da escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) para enfocar a mulher subalterna. Spivak (2010) afirma que o rumor nos dá acesso a uma micrologia do funcionamento em escala diminuída de um mundo filosófico subalterno, permitindo a presença daquelas que são silenciadas por diversas formas de obliteração. Ou seja, tal perspectiva permite “ouvir e inscrever as vozes de populações ainda não inscritas no cânone” acadêmico, na medida em que “são justamente esses fragmentos que falam da condição de subjetividade, que inscrevem as relações hierárquicas de poder que configuram a nossa realidade” (CARVALHO, 2013, p. 11).

Pela lente da teoria feminista pós-colonial sustentamos uma posição de pensamento teórico anti-hegemônico, sem situá-lo “no sentido cronológico linear”, mas, tomando esta perspectiva como “uma reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas são significadas” (COSTA, 2006, p. 84). A partir desse desenho procuramos captar as falas das próprias mulheres a fim de garantir o espaço de enunciação do seu discurso e o seu lugar enquanto sujeitos políticos, com atenção aos rumores direcionados a elas.

### 2.1. NOÇÃO DE RUMOR

De acordo com o dicionário da língua portuguesa do Porto Editora (2007), a palavra rumor é de origem latina, e significa “ruído confuso de vozes; figurando notícia que corre de boca em boca; boato”. Em alternativa, compara-se rumor ao rebuliço, alvoroço, agitação, sussurro, murmúrio. Partindo destas noções generalizadas, apresenta-

se a seguir os teóricos do conceito de rumor de modo a proporcionar maior entendimento do tema.

Segundo Knapp (1944, p.22), rumor constitui uma preposição para se acreditar em algo disseminado sem averiguação oficial. Trata-se de um tipo de comunicação social informal, caracterizado sobretudo pela forma que é difundido – de boca em boca. Na mesma linha, para Allport e Postman (1947, p.12) o rumor “consiste na distorção de fatos fidedignos, resultante da incapacidade dos indivíduos de registrar, recordar e transmitir os fatos reais, alterando desse modo as informações devido à subjetividade individual”. Vinculada a essa concepção, Warren e Gist (1951) definem rumor como uma informação de interesse público, declarada para ser acreditada sem qualquer averiguação oficial.

Na avaliação de Shibutani (1966), longe da distorção da verdade, rumor é uma alternativa para compreensão de grandes mudanças na vida social ou de situações que exigem atenção. Segundo o autor, rumor é a forma de comunicação recorrida por um grupo de pessoas, colocando comumente seus recursos intelectuais para interpretar situações confusas.

Sob essa ótica, Kepefer (1987) afirma que rumor é uma versão extraoficial dos fatos rejeitados pelas autoridades da comunicação oficial. Corroborando esse argumento, Andrade (1993) ressalta que rumor é consequência da circulação de diversas versões de um mesmo assunto, isto é, quando há falhas no sistema de comunicação. Para DiFonzo (2009), rumor nada mais é do que a fabricação coletiva de sentidos, na medida em que os indivíduos procuram dar sentido a uma situação que precisa de compreensão. Rosnow (2005) enquadra rumor na mesma linha ao defini-lo como forma de fazer sentido ajudando-nos a enfrentar as nossas ansiedades e incertezas.

Não existe uma única definição para o termo rumor entre os autores dedicados ao estudo do tema. Ainda assim, em boa parte da literatura pertinente, o rumor é tratado como um tipo de manifestação que resulta de informações partilhadas sem base evidente e sem verificação da fonte, envolvendo muitas pessoas. Nesse plano, a veracidade do fato não constitui uma das condições para a divulgação de rumores, pelo contrário, a incerteza e a ausência de fonte tornam o processo mais sedutor e dinâmico. Tendo isso em vista, a noção de rumor é utilizada nesta tese como expressão de narrativas difundidas fora do palco político, longe da observação direta dos detentores do poder, como forma de

transcrição oculta (James SCOTT, 1990). Trata-se de discursos, gestos e práticas com a intenção de confirmar, contradizer ou distorcer conteúdos de transcrição pública.

## 2.2. ANTECEDENTES E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Muito antes da invenção da escrita e da expansão dos meios de comunicação, o “boca a boca” constituía a única via de transmissão de informações. A forma elementar da comunicação, também conhecida por rumor, protagonizou muitos acontecimentos – transmitindo notícias, fazendo e desfazendo reputações, gerando distúrbios e guerra (KAPFERER, 1987, p.10).

Na história da comunicação, as premissas do rumor surgiram na Roma antiga, concretamente na Praça Pública (ALMEIDA; OJEDA, 2009). Nessa Praça, considerada lugar de atividade comercial social e política, se discutia o futuro político e as leis. Ali, havia uns que eram responsáveis por fazer circular a comunicação oficial, e outros que ganhavam a vida vendendo informações subterrâneas aos interessados. Na altura, a comunicação oficial era controlada pelo Estado. Sob a égide de controle, o Estado cria mecanismos repressivos para estabelecer a ordem social. Durante a Idade Média, a intervenção da Igreja católica, na época tida como guardião da verdade, o rumor é vigorosamente combatido.

As primeiras análises sobre rumores emergem nos Estados Unidos motivadas pelos acontecimentos da II Guerra Mundial (1939-1945). Os rumores são examinados em sua capacidade de colocar a segurança nacional em risco, tendo em conta que as forças armadas das nações em guerra tinham grande preocupação com o efeito da difusão de notícias falsas. De acordo com Knapp (1944, p.22), tal preocupação resulta de dois motivos: primeiro, em condições de guerra há necessidade de sigilo em relação às estratégias e manobras militares; segundo, nesse mesmo contexto informações verídicas tornam-se mais valiosas e mais escassas.

Em pesquisa sobre o tema, Knapp (1944) examinou um total de 1089 casos de rumores colecionados minuciosamente pelo Comitê de Segurança Pública de Massachusetts em setembro de 1942. Após a análise desses casos, o autor qualificou a maioria dos rumores como alarmistas. Em razão disso, os relatórios mensais de inteligência passaram a dedicar uma seção exclusiva para os rumores da época. Outra contribuição na produção dos relatórios foi prestada por Caplow (1947), que analisou a

frequência, a precisão e a veracidade dos conteúdos destacados e difundidos em cada regimento do exército norte americano. O tema era de grande relevância, visto que as forças armadas das nações em guerra tinham preocupação com o efeito da desinformação causada pelos rumores.

O fenômeno foi tratado por Allport e Postman (1947) como um problema que perturbava a segurança em períodos de guerra, o que levou à criação de medidas voltadas a controlar a difusão do rumor. As análises desses autores basearam-se na dualidade rumor versus notícia. A notícia foi associada à comunicação formal veiculada por rádio ou jornais e classificada como irrepreensível, verdadeira e fidedigna, sob o argumento da neutralidade dos meios de comunicação. Já o rumor foi vinculado à deturpação da realidade, à mentira e à falsidade. Na perspectiva destes autores, o rumor conduz ao erro, pois no processo de transmitir a informação o fato real é distorcido. Isso acontece devido a própria subjetividade dos indivíduos, caracterizada por um conjunto de necessidades emocionais, de projeções fantasiosas (mentira/manipulação) e de limitada memória. Desse modo, a autenticidade da informação prestada é perdida por efeito do que eles denominam de “deformação da informação”.

Partilhando dessa percepção, vários estudiosos consideraram o rumor problemático para a sociedade (CAPLOW, 1947; BACK *et al.*, 1950; HACHTER; BURDICK, 1955; WARREN; GIST, 1951). Grande parte dos estudos da época centram-se na avaliação dos rumores de guerra, focando basicamente os aspectos psicológicos envolvidos na sua origem e transmissão. Um exemplo dessa ênfase é a classificação de Morin (1969), para quem o rumor é como uma doença do corpo social, sem fundamento nenhum e contagioso para a opinião pública.

A partir dos anos 1960, os estudos sobre o tema, questionam, sobretudo, a metodologia adotada em trabalhos anteriores. Nesse sentido, como aponta Ritter (2000), eram recorrentes as críticas aos procedimentos artificiais (pesquisas de laboratório) utilizados no tratamento e análise dos rumores, vez que isso contrariava o seu processo natural de produção no cotidiano da sociedade. Também eram questionados o contraste entre a cadeia arbitrária de seus emissores/receptores e o fluxo espontâneo de rumores reais, bem como a dificuldade de investigar o tema em razão da natureza complexa desse objeto de estudo. No mesmo tom, seguia a crítica ao fato de o perfil dos pesquisadores

clássicos deste tema, psicólogos na sua maioria, gerar estudos focados essencialmente no indivíduo, sem ponderar o coletivo.

Nesse contexto, emergem pesquisas que aprofundam as formas de abordar o rumor, inaugurando novas perspectivas de análise. Um desses teóricos é Shibutani (1966), que analisou, na obra intitulada “*Improvised News, a Sociological Study of Rumors*”, sessenta situações que desencadearam quatrocentos e setenta e um rumores, centrando-se no efeito social do rumor. Desse modo, são dadas as primeiras orientações para concepção do rumor a partir das práticas sociais do quotidiano, inaugurando a abordagem sociológica desses estudos. Outros teóricos, como Kerner *et al.* (1968), e Milgram e Toch (1969) começam a analisar o rumor, centrando o olhar nas ações coletivas, ao invés de se basear no indivíduo como estava sendo feito pelos clássicos. Inclusive, os efeitos da difusão de rumores nas empresas foram avaliados no âmbito dos estudos organizacionais por autores como Davies (1953); Koenig (1985) e Mishra (1990).

Os aportes supramencionados ilustram duas grandes abordagens que acompanham o estudo do rumor, especificamente, a da psicologia e da sociologia. Ao lado disso, vale notar que a veiculação de rumores é considerada tão antiga quanto à humanidade e continua sendo um dos meios de comunicação bastante usado até os dias de hoje (LEFEBVRE, 1979; DARNTON, 2000). Com efeito, embora incontáveis esforços e mecanismos tenham sido despendidos para combater o rumor, não se verificam grandes avanços nesse sentido. E não apenas isso, com a expansão dos meios de comunicação massa e o advento das novas tecnologias de informação, os canais para a difusão do rumor se ampliam e se diversificam, adotando dinâmicas próprias em cada sociedade.

### **2.2.1. Dinâmicas do rumor: Produção, propagação, circulação e classificação**

#### **A emergência do rumor**

A emergência de rumor, como pondera Kapferer (1987), não pode ser captada com exatidão, vez que não há um claro marco na sua origem ou na trajetória das informações propagadas. Não se sabe onde o rumor começa e tampouco onde ele termina, caracterizando-o assim como um evento mistério e quase mágico, tanto que o conceito desaparece quando pensamos que o identificamos. Ainda que surja um sentimento forte



quanto a existência de um rumor, não há consenso sobre o momento exato do seu início ou termino. Assim nos explica o autor,

Uma primeira razão reside na dificuldade desta tarefa. É fácil trabalhar em rádio, prensa ou televisão, porque as mensagens são conservadas. Todos podem recorrer a coleções completas de revistas e jornais. Do mesmo modo, as gravadoras e as vídeo-gravadoras permitiram ouvi-lo-ás outra vez ou rever as emissões passadas. Diferentemente de um rumor. Salvo exceção, o pesquisador aprende geralmente muito tarde a existência: o rumor está terminando, ou está em sua fase final. Ele só pode então proceder a entrevistas sobre as recordações de aqueles rumores, sujeito a esquecimentos, a racionalização e a distorção. É fascinante, os pesquisadores não estudam mais os rumores, mas as recordações que ele deixa. Deste modo, o objeto é difícil de ser observado [KAPFERER 1987, p.11].

Na maioria dos casos de propagação de um rumor, a ausência da certeza sobre o seu surgimento é o que funda o núcleo desse meio de comunicação. Ele cresce e se desenvolve nas imprecisões dos dados, mas certamente isso pode proporcionar uma melhor forma de entender os fenômenos sociais. Desse jeito, uma melhor versão da compressão dos fatos surge como a necessidade de informação, racionalização e explicação de um determinado fato, sobre algo que está acontecendo, e com a sorte de dar sentido a ele, ainda que isso seja imaginário (OROZCO, 2001). Normalmente, comunga-se da ideia de que períodos de grande instabilidade e de mudança social, ocasião em que as incongruências das informações flutuam, constituem momentos propícios para o surgimento de rumores<sup>13</sup>. As situações de crises, desastres, tensões ou de epidemias, constituem épocas propícias para o surgimento de rumores. A ambiguidade é um dos principais motores da emergência dos rumores (MULLEN, 1994).

Conforme explica Aluizis (2002), diante de uma inquietude social sobre um fato perturbador e associada a falta de informações a respeito, se interpreta uma série de elementos na tentativa de compreender tal angustia. Nesse ambiente de incerteza de informação, se produz um “mercado negro de informação” que se ocupa de explicar o angustioso clima social. Pode-se ainda dizer que os rumores nascem sem planificação prévia e de forma espontânea. Em alguns casos, como ressalta a autora, rumores surgem do nada e concebem fatos.

---

<sup>13</sup> Tomamos como exemplo, a própria conjuntura da eclosão dos primeiros estudos sobre o rumor apresentados pelo Knapp 1944; Allport e Postman 1947.

Não obstante, Aluizis (2002) adverte que é necessário levar em conta que o surgimento do rumor não se determina somente pela ausência de informações. Há indivíduos que fazem correr os rumores, dependendo dos interesses em jogo. Assim, a autora designa dois requisitos essenciais para o surgimento e a propagação do rumor. O primeiro corresponde à necessidade informativa de ter explicação lógica ou racional e o segundo refere-se às necessidades psicológicas no sentido de compreender e sentir o mundo emocional. Tais reflexões seguem a mesma perspectiva apresentada por Ponchela (2012), que realça que as “informações bem difundidas e fidedignas”, em épocas turbulentas podem abrir espaço ao surgimento de rumores devido às emoções, fantasias, desejos e medo que movem as nossas mentes. Acrescenta ainda que nessas circunstâncias, as pessoas têm medo e entram em um estado de choque pelas experiências vividas ou pelas emoções.

O rumor vem de pessoas que não têm voz, de grupos interessados em gerar informações a seu favor ou prejudicar os oponentes. O rumor nasce como uma estratégia de comunicação política. Nasce, cresce e se desenvolve em um ambiente insuficiente de informações. Esse meio de comunicação tem como principal terreno fértil uma sociedade desinformada; Ele ganha força com um governo que retém, oculta ou manipula informações. Brota de meios não oficiais: é a voz do que a sociedade às vezes gostaria que acontecesse. É a suspeita do oculto; é o desejo silencioso dos governados; é a reivindicação de informações mais completas e a dúvida das informações oficiais, para enfrentar um governo que está passando por uma crise de credibilidade (CONTRERAS, 2001, p.1, tradução nossa)<sup>14</sup>.

Efetivamente, não há uma exatidão a rigor da gênese dos rumores, sendo que eles “são fenômenos comunicativos que precedem, parodiam, subvertem e realimentam a novidade da notícia” (LASBECK, 2000, p.1). Até chegar as situações contrárias, o rumor atravessa um grande trilho, crescendo, alterando e agregando novos elementos, de modo a se constituir num enigma problemático, complexo e de difícil localização (KAPFERER: 1987, MARTIN: 1997). Em suma, não se sabe quem é o seu mentor, onde ele começa, quais caminhos segue ou quando acaba. Destarte, como assevera Ponchela (2012, p. 202), o rumor “aparece inevitavelmente como criação afetiva, cultural e comunicacional”.

---

<sup>14</sup> No original: El rumor nace de las personas que no tienen voz, de los grupos interesados en generar información a favor de ellos o para detractar a los contrarios. Nace el rumor como una estrategia de comunicación política. Nace, crece y se desarrolla en un ambiente insuficiente de información. Este medio de comunicación tiene como principal caldo de cultivo una sociedad desinformada; toma fuerza con un gobierno que retiene, oculta o manipula información. Brota de medios no oficiales: es la voz de lo que en ocasiones quisiera la sociedad que sucediera. Es la sospecha de lo oculto; es el deseo callado de los gobernados; es el reclamo de más información completa y es la duda de la información oficial, para echarle en cara a un gobierno de que tiene crisis de credibilidad.

Complementando, DiFonzo, Bordia e Rosnow (1994) apresentam outras razões para o desenvolvimento dos rumores, situando-as em três fases: geração, avaliação e disseminação. A geração se caracteriza pela recepção de informações provenientes de acontecimentos obscuros. A avaliação é condição importante sobre a decisão de transmitir ou não o rumor. A disseminação de rumores consiste na sua divulgação e repetição, aumentando assim a crença dos mesmos. Nesse processo, o tempo aparece como um dos elementos determinantes para a disseminação, tendo em conta que esta pode ser interrompida caso a cadeia do rumor tenha uma ruptura no tempo certo.

### **A forma como o rumor se propaga e circula**

Com relação à forma como os rumores se propagam, Allport e Postman (1947) afirmam que importância e ambiguidade são dois requisitos imprescindíveis para que uma dada informação transformada em rumor passe a circular. Em relação ao primeiro requisito, a importância, eles explicam que a informação partilhada requer uma certa pertinência tanto para pessoa que o transmite como para quem a escuta. Essa importância é desencadeada por dois tipos de motivações. Primeiro, aqueles que circulam rumor motivados pela descarga da tensão emocional, buscando alívio e justificando o seu estado de ânimo e posicionamento emocional. Isto é, o desejo de compreender racionalmente o mundo. A segunda motivação tem a ver com aqueles que circulam o rumor por motivos secundários/externos, podendo não ter nenhum compromisso emocional. Dessa maneira, estabeleceram a lei básica do rumor:  $R = I \times A$  (Rumor é igual a Importância vezes Ambiguidade). Tanto a importância como a ambiguidade podem ser valorizadas numa escala de 0 a 10. A classificação zero significa sem importância e de número dez está relacionada à máxima importância. Na ausência de uma delas, não existe o rumor, ou seja, nem a importância nem a ambiguidade por si sós são capazes de constituir o rumor.

Entretanto, Rosnow (1991) considera a importância e a ambiguidade insuficientes para dar conta em absoluto da propagação de rumor. Para este autor, a determinação daquilo que é importante é algo complexo para ser operacionalizado pelos pesquisadores. A isso acrescenta que os clássicos negligenciaram o contexto do rumor, isto é, a conjuntura do ambiente em que o rumor circulava. Desse modo, o autor apresenta quatro variáveis importantes para instigar a disseminação e circulação de rumores. Na sua análise, o que os teóricos denominam de ambiguidade, ele caracteriza de incerteza

generalizada. A importância para ele deu lugar ao envolvimento relevante. As outras duas variáveis agregadas são ansiedade pessoal e credulidade. A ansiedade pessoal tem a ver com o estado afetivo desencadeado pelo rumor, e a credulidade trata da confiança no rumor, vez que somos propensos a partilhar informações dos quais acreditamos.

De um modo geral, essas condições devem ser entendidas em um determinado contexto cultural (espaço, grupo e tendências para reprodução ou alteração) sobre uma determinada ocorrência. A esse respeito, acrescenta-se as contribuições de Pochela (2002) que sintetizam de melhor forma essas circunstâncias, conforme o trecho abaixo:

Consideramos dois tipos de circunstâncias e necessidades primárias para a existência e disseminação de rumores: por um lado, as necessidades informativas e de explicações lógicas ou racionais da mente e da cognição; e, por outro, as necessidades psicológicas de todos os tipos, talvez ligadas ao ato de compreender, em qualquer caso, do sentimento e do mundo emocional. Sem ignorar que ambos têm a ver com o contexto cultural em geral; tempo, espaço e grupo, e com as tendências à reprodução quase sempre, e às vezes ao mesmo tempo, [...] destacamos o que consideramos aqui as duas necessidades básicas na abordagem de todos os fenômenos, desde experiência cotidiana do conhecimento intelectual: explicação e compreensão (Morin, 1999), a satisfação cognitiva e emocional – em interação. O mesmo que aplicamos ao fenômeno do rumor (FERNANDEZ PONCELA, 2012, p.200, tradução nossa)<sup>15</sup>.

Portanto, rumor informa, comunica e cobre as necessidades explicativas face à descoordenação do sistema, permitindo regular as expectativas e comportamentos coletivos (SHIBUTANI, 1966), bem como as necessidades individuais (ALLPORT e POSTMAN, 1947). Dessa forma, é evidente que ele circula dada a necessidade cognitiva de dar sentido as situações de ambiguidade, dúvidas e incertezas em relação a uma determinada ocorrência considerada importante, fazendo com que propagação do rumor seja mais rápida quando existem vazios de informações (KNAPP, 1944).

### **Classificação do rumor**

---

<sup>15</sup> No original: Consideramos dos tipos de circunstancias y necesidades primarias para la existencia y propagación de los rumores: por un lado, las necesidades informativas y de explicación lógica o racional desde la mente y la cognición; y, por el otro, las necesidades psicológicas de todo tipo, quizá ligadas con el acto de comprender, en todo caso desde el sentir y el mundo emocional. Sin por ello desconocer que ambas tienen que ver con el contexto cultural en general; tiempo, espacio y grupo, y con las tendencias hacia la reproducción casi siempre, y en ocasiones al cambio, del mismo [...] subrayamos lo que aquí consideramos las dos necesidades básicas en el acercamiento a todo fenómeno, desde la experiencia cotidiana hasta el conocimiento intelectual: la explicación y la comprensión (Morin, 1999), la satisfacción cognitiva y la emocional –por supuesto en interacción. [Las] mismas que aplicamos al fenómeno del rumor.

No que tange à classificação de rumor, Knapp (1944) aponta a existência de duas modalidades de rumor – técnicos e não técnicos. Os rumores técnicos referem aos rumores intencionais e agressivos com a intenção de causar danos, enquanto que os não técnicos são não agressivos e não planejados. Este último se divide em rumor “espantalho” – medo que algo aconteça, e em rumor “em sonho” – desejo que ocorra. Outras explicações sobre as modalidades de rumores são apresentadas por Rosnow, Yost e Esposito (1986), e DiFonzo e Bordia (2000). Contudo, a tendência é que os rumores tomados como credíveis tendam a ser mais difundidos pelos indivíduos, e menos propensos a monitoria lógica ou verossimilidade na sua transição (ROSNOW; FOSTER 2005).

Outro aspecto a considerar é o de que cada rumor possui um público. Isso significa dizer que “não se trata de um grupo organizado, nem tampouco de um agregado de indivíduos” (SHIBUTANI, 1966. p.38). Em circunstâncias de grande euforia, onde o fluxo das informações flutua em diversos ambientes, o recurso ao rumor tem sido recorrente como forma de compreender os fatos.

Na vida política, foco do presente trabalho, os períodos mais agitados como o de uma campanha eleitoral, os de debates parlamentares ou de instabilidade política, são momentos propícios para ocasionar rumores. De acordo com Loaeza (1976, p.575), o rumor na política é um “elemento de racionalização e uma forma de explicar fatos que, por sua ambiguidade parecem incompreensíveis”, e que devido a sua importância social exigem interpretações. Sendo assim, mais do que difundir a informação, o rumor “projeta um estado de ânimo totalmente objetivo”.

No campo político, ele poderá se constituir em uma arma de arremesso político, haja vista que “o rumor apresenta um duplo caráter de ser um barômetro da tensão social, ao mesmo tempo em que atua como catalisador de determinadas situações de pânico ou rebelião” (LOAEZA:1976, p.573). Nesses termos, como assevera Soledad Loaeza, o rumor “tem um conteúdo de risco bastante elevado” (Idem). Exemplificando esse argumento, a autora refere-se ao caso mexicano para realçar a influência do rumor como fonte de informação política. Em suas palavras:

No México, o sistema de informação política parece ser governado pelo princípio de que o segredo é um instrumento básico de poder, de modo que a explicação dos fenômenos e das decisões políticas é largamente deixada à livre interpretação da opinião pública que também possui poucos elementos fundamentados de julgamento. De fato, a anedota, a fofoca e o

rumor são fontes importantes de informação que dispões o mexicano. Isso significa que existe, e em geral, mesmo que uma espécie se qualifique como essas pessoas tendem a conceder o benefício da dúvida, um pouco com a ideia de que "se o rio soa é o que água carrega" (LOAEZA, 1976, p.575)<sup>16</sup>.

Vista a relação do rumor com a realidade política, interessa ressaltar na sequência desta exposição o debate sobre a veracidade ou a falsidade que cerca a criação, a difusão e a circulação de rumores.

### **2.2.2. Afinal os rumores são verdadeiros ou falsos?**

O debate em torno da fidedignidade do rumor é bastante controverso. Aliás, o argumento em volta da exatidão das informações que esse meio transporta quiçá seja uma das indagações mais instigantes nos estudos dessa temática. Embora a sua veracidade seja um tanto polémica e apesar da sua má fama, o rumor constitui um dos mecanismos que alicerça a obtenção de informação. Ao mesmo tempo, ele tende a ser colocado como um dos recursos poderosos da comunicação social.

De acordo com Orozco (2009), a preocupação em controlar a circulação de rumor, instiga a possibilidade de que a mensagem contenha algo de verdade. Do contrário, essa preocupação seria inútil se os rumores fossem exclusivamente desvio de verdade, pois, não faria sentido contestá-lo e nem sequer haveria interesse em desmenti-lo. Para o autor, por detrás dos rumores há uma "dose da verdade" misturada a ingredientes diversos que ao longo do seu percurso vão se constituindo, tornando-se difícil enfrenta-lo e desfaze-lo. Em razão disso, ele causa incômodo justamente porque a sua mensagem poderá conter fragmentos de verdade. Fragmentos capazes de perturbar e desfiar o poder justamente por se encontrarem fora da alçada das autoridades (controle). Como enfatiza o mesmo autor, a prova desta constatação pode ser encontrada na sugestão apresentada em estudos clássicos sobre o tema para a criação de clínicas de controlo dos rumores. Realidade que não se concretiza, afinal nenhuma destas recomendações obteve êxito.

---

<sup>16</sup> No original: En México el sistema de información política parece regirse por el principio de que el secreto es un instrumento básico de poder, de tal manera que la explicación de los fenómenos y las decisiones políticas se dejan en gran medida a la libre interpretación de la opinión pública que además cuenta con pocos elementos fundamentados de juicio. De hecho, la anécdota, el chisme y el rumor son fuente importante de la información que dispone el mexicano. Esto ha significado que exista, y en general, aun cuando una especie se califique de tal la gente tienda a concederle el beneficio de la duda, un poco con la idea de que "si el río suena es que agua lleva".

Vinculando-se à concepção de que os rumores têm fundamentos de verdade, Vélaz (2009) explicita que não faltam casos em que estes se confirmam na prática. Ademais, considera que a possibilidade de controle sobre a informação dos fatos constitui uma prova de que os rumores podem se basear em verdades. Segundo o autor, alguns deles são fieis desde a sua origem, conforme o seguinte esclarecimento:

O rumor, enquanto fenômeno comunicativo, necessariamente não falsifica a mensagem que transmite, apenas a torna furtiva, independente por natureza do controle central. Também não é verdade que, inevitavelmente, desfigura o significado, passando-o de uma pessoa para outra. Alguns rumores, em sua brevidade, são extraordinariamente fiéis à sua formulação do começo ao fim. Por exemplo, tanto as fofocas que acusam o McDonald's de usar vermes na fabricação de seus populares hambúrgueres quanto as que, sem pensar, garantem que "os cigarros de Camel ntêm ópio" permaneceram inalteradas ao longo do tempo (VÉLAZ: 2009, p.4, tradução nossa)<sup>17</sup>.

O mesmo autor averte que a habitual concepção de rumor como um fenômeno negativo e irracional pode não ser a mais correta, posto que a frequente visão negativa do rumor pode ser entendida como uma visão parcial de uma interpretação limitada. Segundo ele, “não há nada de tão desqualificado para uma notícia do qual é dito dela que ‘é apenas um boato’, rigorosamente se exige ao profissional de informação que se preocupa a averiguar a veracidade do que dizem” (VÉLAZ, 2009, p.1).

Sobre esse assunto, Difonzo (2009) explica que rotular um enunciado de rumor não quer dizer necessariamente que seja falso, porém é duvidoso. Normalmente a notícia é suportada por padrões seguros de evidências os quais não amparam o rumor. Ao contrário da notícia, a credibilidade do rumor provém das pessoas consideradas confiáveis e bem informadas. E ele convence precisamente porque vem através de pessoas dignos da nossa confiança, alguns inclusive alegam fonte autorizada. Difonso elucida ainda que o rumor se torna persuasivo pela proporção das pessoas que o transmitem devido à heurística de familiaridade, isto é, a crença vem pela frequência com que se escuta. E nessa dinâmica, os rumores que não são negados tem mais possibilidade de serem acreditados daqueles que são refutados.

---

<sup>17</sup> No original: El rumor, en cuanto que fenómeno comunicativo no falsifica necesariamente el mensaje que transporta, sólo lo hace furtivo, independiente por naturaleza del control central. Tampoco es cierto que desfigure de manera inevitable el significado al hacerlo pasar de una persona a otra. Algunos rumores, en su brevedad, son extraordinariamente fieles a su formulación desde el principio al final. Así por ejemplo, tanto el chisme que acusa a McDonald's de utilizar gusanos en la confección de sus populares hamburguesas, como el que irreflexivamente asegura que "los cigarrillos Camel contienen opio", se han mantenido inalterables a lo largo del tiempo.

A propósito, é frequente no nosso quotidiano sustentar algumas informações como credíveis sem qualquer questionamento e averiguação. Aliás, a autenticidade nem sempre segue como protocolo a interação com a comunicação de certas notícias. Como assinala Vélaz (2009), isso acontece pelo simples fato de se confiar na pessoa que transmite a informação, tal porque protagonizou, testemunhou ou então por ter contato com alguém que testemunhou o acontecido/sucedido, isto é, se crê na informação, por que se fia convictamente no portador.

Efetivamente, esse processo - de não verificação - é comum as todas as formas de comunicação que usam a oralidade como testemunho (boato, lenda, anedotas). Isso reflete um processo complexo e enigmático que nem sempre“ é evidente para quem forma suas opiniões com base em rumor”. Destarte, a racionalização permite ao indivíduo sustentar os seus argumentos como “explicação real do fato” (ALMEIDA; OJEDA 2009, p. 2). Somado a isso, uma das diferenças do conteúdo do rumor para o de outros tipos de comunicação oral, é que ele se encontra em constante transformação e sem precisão da sua origem e do seu autor. Sem contar, que o rumor não oferece condições para que sejam confrontadas as informações propagadas por ele.

Neste ponto, nos parece oportuno avocar duas indagações que Alauzis (2002) pondera: porque ninguém o averigua? E porque as pessoas seguem comentando mesmo que tenham dúvidas? A autora notifica que a resposta está no valor social do rumor. Segundo ela, cada rumor tem o seu público. Embora haja alguém que corte ou tente cortar o canal do seu percurso, o rumor sempre vai encontrar aquele que lhe dará seguimento. Nas palavras da autora:

As ideias são geralmente compartilhadas por um grupo; a unidade do grupo de membros emerge da sua adesão. No processo de comunicação, o cientista usa expressões e ideias baseadas na ordem da lógica; no entanto, na maioria da população, o social e o emocional geralmente têm um peso maior. Enquanto o rumor trabalha com ideias, a credibilidade se refere mais à pessoa do que à mensagem. "A identificação do 'proselitista' e sua mensagem é tão intensa que rejeitá-lo é equivalente a rejeitar o seu ou a sua portadora", diz Jean-Noël Kapferer. Visto dessa maneira, trata-se de acreditar ao em vez de checar; desconfiar de um boato aceito pelo grupo nos torna um potencial dissidente. Esse mecanismo social é tão forte que permite sustentar histórias improváveis em círculos religiosos, de profissionais, grupos de trabalho etc. O rumor é um instrumento muito eficaz de coesão social. Participar do rumor também é um ato de participação no grupo (ALAUZIS, 2002, p.87, tradução nossa)<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> No original: Las ideas generalmente son compartidas por un grupo; de la adhesión de las mismas surge la unidad del grupo de pertenencia. El científico utiliza en el proceso de comunicación expresiones e ideas que se sustentan en el orden de la lógica; sin embargo, en la mayoría de la población, lo social y afectivo



Em vista disso, é evidente que a força do rumor reside na quantidade de pessoas que o comentam. Sendo assim, o que faz o rumor não é a sua fonte, mas sim o grupo (KAPFERER, 1987). Esse grupo, por sua vez, integra um contexto orientado por determinadas normas, hábitos e condutas. Justamente nesse ponto, se toca num dos elementos cruciais a levar em consideração na compreensão daquilo que se considera verdadeiro em uma sociedade - o contexto. Dito de outro modo, a crença nos rumores só é possível dentro de determinadas conjunturas onde todos participam com base em regras pré-estabelecidas

A fim de compreender como tais elementos podem estar relacionados com a credibilidade do rumor segue-se Margarita Zire (1995), quem elucida vigorosamente esse assunto. Do ponto de vista da autora, os estudos de rumor estiveram por muito tempo sob a vista da ciência. E esta, dotada de legitimidade para distinguir o falso do verdadeiro, outorga a credibilidade a certas fontes de informações por um lado, e por outro, refuta os demais canais de comunicação. Dessa maneira, sob a égide da veracidade da informação, o rumor como tal foi desclassificado como indigno da verdade. Assim, tal confrontação dualista, como antes mencionado, edifica as pesquisas sobre o rumor.

Como explica Zire, estudar o fenômeno do rumor requer compreender a distorção da realidade provocada por ele. Segundo a autora, o estudo do rumor tende a se centrar na produção discursiva, isto é, no que já se encontra formulado. E em consequência, deixa de lado as múltiplas convenções que estruturam o discurso oral. Com efeito, para refletir sobre esse fator é imprescindível compreender como se constrói uma “verdade” a partir do contexto, das práticas sociais e, sobretudo, das pautas culturais estabelecidas em cada sociedade. Na avaliação de Zire, os clássicos ressaltaram as motivações psicológicas que levam os indivíduos a serem manipulados e, conseqüentemente, a participarem da transmissão dos rumores nocivos. Dessa perspectiva, as fontes de informações (imprensa e rádio) aparecem como soluções para salvaguardar os indivíduos dessas manipulações e de possível distorção da realidade. Em outras palavras, é “como se a realidade fosse um todo ou uma entidade discreta, claramente recortável, a espera de um repórter honesto, de

---

tienen generalmente un peso mayor. Si bien el rumor trabaja con ideas, la credibilidad se refiere más a la persona que al mensaje. ‘Es tan intensa la identificación del proselitista y su mensaje, que rechazarlo equivale a rechazar a su portadora su portador’, advierte Jean-Noël Kapferer. Visto así, se trata de creer antes que de comprobar; desconfiar de un rumor aceptado por el grupo nos convierte en un potencial disidente. Es tan fuerte este mecanismo social que permite sostener historias inverosímiles en círculos religiosos, de profesionales, grupos de trabajo, etc. El rumor es un instrumento muy eficaz de cohesión social. Participar en el rumor es también un acto de participación en el grupo.

uma câmara fotográfica ou de um gravador fiel, como se a notícia dissesse respeito a essa ‘realidade’” (ZIRE, 1995, p.161, grifo nosso).

Ao contestar a perspectiva dualista falso/verdadeiro, veiculada por certos canais de comunicação, Zire (1995) chama a atenção para o fato de o rumor suscitar a mesma insegurança transmitida pelos meios convencionais de informação. Nesse ponto, a autora retoma estudos clássicos sobre o tema e contesta a legitimidade conferida por eles a matérias da grande mídia transmitidas como verdade, sem a efetiva confiabilidade da fonte. Vejamos o seguinte esclarecimento da autora:

[...] Allport e Postman apontam para casos em que a imprensa e o rádio "falham", por exemplo: porque os jornalistas, não estando no local, precisavam recolher relatos em segunda ou terceira mão; ou porque estão sujeitos aos mesmos processos de deformação da realidade no momento de registrá-la e transmiti-la; ou porque a divulgação de certas notícias responde a interesses econômicos ou políticos específicos dos diretores de um jornal, bem como a políticas de informações governamentais que recorrem a todas as instâncias do aparato de informações, como foi o caso da Alemanha, Itália e Japão (Allport e Postman 1947: 182-183). À luz desses exemplos, pode-se afirmar que manipulação, deformação e a mentira não são mais características do rumor, nem privilégios da comunicação oral. Os meios de comunicação de massa não são o verdadeiro reflexo da realidade, nem estão livres do registro limitado e subjetivo de jornalistas, nem dos interesses econômicos e políticos que os atravessam. A neutralidade dos dispositivos e aparatos organizacionais de informação deixa dúvida [...]. O que garante que as notícias, como paradigma da verdade, uma vez recebidas pelos leitores ou rádio que você ouviu aterrorizem sua rota por aí, parem de transmitir ou apenas ser transmitido literalmente e, portanto, não deformado? Por acaso, muitos rumores não tiveram, como esses e outros autores apontam, sua origem precisamente na divulgação de uma história? (Zaire, 1995, p.160, tradução nossa)<sup>19</sup>.

Diante disso, a autora considera que deslegitimar o rumor associando-o ao falso e duvidoso não é argumento eficaz para desconsiderá-lo, vez que a sua qualidade de fenômeno comunicativo o equipara a outros canais de informação (formais e informais). Embora o termo rumor seja utilizado comumente para contestar a credibilidade de relatos

---

<sup>19</sup> No original: Allport y Postman señalan casos en que la prensa y la radio "fallan", por ejemplo: porque los periodistas al no haber estado en el lugar de los hechos, tuvieron que recoger relatos de segunda o tercera mano; o porque ellos estén sometidos a los mismos procesos de deformación de la realidad en el momento de registrarla y transmitirla; o porque la difusión de ciertas noticias responda a intereses económicos o políticos específicos de los directores de un periódico, así como a políticas gubernamentales de información que recorren todas las instancias del aparato informativo, como fue el caso de Alemania, Italia y Japón (Allport y Postman 1947: 182-183). A la luz de estos ejemplos, se puede afirmar que la manipulación, la deformación y la mentira, ya no son por lo tanto características del rumor, ni privilegios de la comunicación oral. Los medios de comunicación masiva no constituyen el fiel reflejo de la realidad, ni se encuentran liberados del registro limitado y subjetivo de los periodistas, ni de los intereses económicos y políticos que los atraviesan. La neutralidad de los dispositivos y aparatos organizativos de información, se pone en duda [...]. ¿Qué garantiza que la noticia, como paradigma de la verdad, una vez recibida por los lectores o radio escuchaste termine ahí su recorrido, se deje de transmitir o sólo se transmita literalmente y por lo tanto no se deforme? ¿Acaso muchos rumores no han tenido, como señalan estos y otros autores, su origen precisamente en la difusión de una noticia?

ou saberes que se criam e circulam nas periferias das instituições, fora dos sistemas comunicativos centralizados, ele é válido tanto quanto aquilo que se diz “verdade”.

O que se aceita como verdade não se restringe unicamente à censura, pelo contrário, traduz um conjunto de convenções não explícitas. Convenções estabelecidas desde as produções de relatos do saber, donde provem o que se pode dizer e a forma como se pode fazê-lo. Quer isto dizer, que a construção do rumor não é mais do que um processo de confirmação e reprodução de ideias pré-estabelecido. Por certo, não é qualquer rumor que se torna “verdadeiro/credível” e circular. Pois, tais convenções têm um papel diferente na criação, transformação e circulação dos múltiplos rumores que podem ocorrer em diferentes contextos. Sendo assim, o rumor, tanto como outros relatos (inclusive o saber científico), é afetado por convenções sociais, por estereótipos e por múltiplas normas culturais.

Certamente, o conjunto de regras e convenções constitui uma história ou histórias culturais que não são escritas em nenhum tratado, mas que governam e moldam os corpos dos relatos, que fornecem em determinados espaços e tempos e não deixam ser manipuladas pela força de uma vontade individual. No entanto, as regras não são estáticas e manifestam uma naturalização mais ou menos variável, que permite não apenas a continuidade, mas também a reestruturação e alteração figurativa permanente dessas histórias. O verdadeiro se transformado. Além disso, não há uma única verdade. A heterogeneidade cultural de nossas sociedades contemporâneas nos leva a pensar que existem múltiplas veracidade ou diferentes regimes de veracidade. As regras que regem os vários grupos e coletividades e os diferentes espaços sociais são múltiplas e não raramente contraditórias. (Zire: 1995, p.167, tradução nossa)<sup>20</sup>.

O processo da construção do verdadeiro não é universal em todas as sociedades. Daí a existência de diferentes regimes de verdade. A multiplicidade do verdadeiro depende do momento histórico onde participam, de determinadas regras normas e hábitos e de condutas pré-estabelecidos. A dinâmica de variação dos rumores (seu processo de transformação: o status social dos grupos e o espaço onde este surge, quem afirma a veracidade, com base em que) são elementos que “podem mostrar, desde outra

---

<sup>20</sup> No original: Seguramente, el conjunto de reglas y convenciones constituyen una historia o historias culturales que no están escritas en ningún tratado, pero que rigen y moldean los cuerpos de los relatos, que los disponen en ciertos espacios y tiempos y no se dejan manipular por la fuerza de una voluntad individual. Sin embargo, las reglas no son estáticas, y manifiestan una naturaliza más o menos cambiante que permiten no sólo la continuidad, sino también la reestructuración y alteración figurativa permanente de dichos relatos. Lo verosímil se transforma. Además no existe un verosímil. La heterogeneidad cultural de nuestras sociedades contemporáneas lleva más bien a pensar que hay múltiples verosímiles o distintos regímenes de verosimilitud. Las reglas que rigen a los diversos grupos y colectividades y a los diferentes espacios sociales, son múltiples y no pocas veces contradictorias.

perspectiva, uma verdade múltipla, um saber diversificado e diferentes lógicas de produção que se afastam da lógica de produção científica, assim como da lógica de produção da notícia” (Zire:1995, p.168). Nesse sentido, o rumor nada mais é do que “um exercício, uma construção e uma criação coletiva onde se colocam em jogo e aprovam as pautas culturais” (Idem, p.164).

Ciente de que se deve considerar o rumor por vezes pouco confiável, consintamos que o rumor quase sempre esteja transmitindo um fato. Em vista disso, encarar as mensagens que ele transporta como falso, irracional e distorcido dá margem a um entendimento de que a única forma de comunicação digna de confiança e credibilidade seja a oficial. Destarte, a realidade social tem evidenciando que inevitavelmente está não seja a melhor interpretação, na medida em que as informações que este componente comunicativo transporta necessariamente são contrafeitas.

Aliás, do contrário, a verdade universal representa uma restrição cultural e arbitrária das possibilidades reais onde nem tudo se pode dizer. Sob tal perspectiva se elimina qualquer possibilidade de comunicação livre, a não ser aquela que é controlada e veiculada de cima para baixo, conforme o que propôs Knnapp (1944) ao elaborar cinco conselhos para eliminar a difusão de rumor. In(di)retamente se está impondo que a única fonte de informação respeitável e credível sejam a oficial– o governo, as Entidades oficiais. Com efeito, isso torna qualquer outro meio de informação inundável, deslegitimado, e o rumor como tal, falso!

Entrementes, fica em aberto a possibilidade de encontrar argumento definitivo que demonstre a falsidade ou veracidade de uma preposição que comece com “se diz” ou “disse me disse” (VÉLAZ, 2009). Não existe um mentor concreto e dificilmente se sabe quem é que diz, podendo essa fala ser atribuída a uma personagem cujo dito seja “legítimo”. Portanto, o anonimato irrefutável, sem evidências de transmissão e convincente, caracteriza aquilo que costumamos denominar de rumor.

Até agora, o estudo dos rumores foi marcado pelo preconceito de que são necessariamente falsos, distorcidos e irracionais. Tentamos ver que essa concepção é insustentável. Sua convivência com a mídia mostra que eles não são simplesmente um substituto das informações oficiais e controladas, que circulam de cima para baixo, desde os que sabem até aqueles ignoram. Eles são um meio complementar, informal, amplamente utilizado e provavelmente o meio mais antigo do mundo. A concepção negativa que associa o rumor à falsidade pretende que a única comunicação que existe é controlada. Os próprios rumores

apresentam outra versão: não há mais informações do que aquelas provenientes de uma comunicação livre. Agora, se os rumores falsos são o preço que temos que pagar por rumores fundamentados, será necessário despertar mecanismos de controle pessoal ao julgá-los (VÉLAZ, 2009, tradução nossa)<sup>21</sup>.

Longe de substituir a comunicação formal, o rumor é um meio de comunicação informal, complementar, que nos apresenta outra versão da notícia, isto é, “trata da transmissão de informação entre pessoas, realizada mediante signos que se utilizam com o interesse de causar um efeito mais ou menos previsível” (VÉLAZ: 2009, p.3). Como esclarece Vélaz, o rumor torna-se importante por ser uma forma de difusão de informação que propicia a circulação de determinadas mensagens possíveis de veicular apenas por esse meio. E como qualquer outro meio de comunicação ele está apto para ser usado com boa ou má intenção. Isso significa dizer que “apesar da sua má fama, em algum momento o rumor abre espaço à liberdade, garante verdades e suporta qualquer mentira que venha do poder, desde que não caia em ciladas” (Idem).

Em síntese, qualquer rumor evidentemente é um fato relacionado a determinada situação ou realidade, apto a ser credível dado que o ‘verdadeiro’ depende do seu contexto emergente. Nesses termos, a sua produção se dá por intermédio de diferentes conveniências a partir de um contexto, de práticas discursivas e, sobretudo, das pautas culturais de cada sociedade. Derivam daí alguns dos elementos para subsidiar o conceito como categoria de análise social e política.

### 2.3. RUMOR COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE

Pensar no rumor como categoria de análise, fora da vida social, se constitui em uma série de desafios analíticos e empíricos. O primeiro desafio refere-se ao fato do rumor ser um tema sensível e de difícil abordagem, além de ser marcado pela visão pejorativa que acompanha o estudo do fenômeno. O segundo desafio reside na difícil tarefa de tratar

---

<sup>21</sup>. No original: Hasta la actualidad el estudio de los rumores ha estado marcado por el prejuicio de que son necesariamente falsos, distorsionantes e irracionales. Hemos tratado de ver que esta concepción es insostenible. Su convivencia con los medios de comunicación muestra que no son simplemente un sustituto de la información oficial y controlada, que circula de arriba abajo, de los que saben a los que ignoran. No, más bien son un medio complementario, informal, muy utilizado y probablemente el más antiguo del mundo. La concepción negativa que asocia a los rumores con la falsedad pretende que la única comunicación que existe es la controlada. Los rumores mismos presentan otra versión: no hay más información que la que procede de una comunicación libre. Ahora bien, si los rumores falsos son el precio que hemos de pagar por los rumores fundamentados, será necesario despertar los mecanismos personales de control a la hora de juzgarlos.

empiricamente o rumor devido à complexidade de acompanhar a sua propagação. Um terceiro desafio, envolve a cautela decorrente das questões éticas relativas à sua análise, dado que estamos diante de um fenômeno comunicativo que ainda constitui uma terra sem dono (KAPFERER, 1987).

Apesar desses desafios, o rumor constitui uma categoria importante na compreensão de inúmeras práticas e fenômenos sociais. Estudos recentes evidenciam a versatilidade do uso analítico desse termo para a compreensão dos diversos aspectos da vida social e política. Por exemplo, Silveira (2015) tematizou o funcionamento discursivo de *hashtags* e arquivos políticos no Twitter utilizando o rumor como dispositivo de análise. Ela ponderou sobre os deslocamentos que o efeito de rumor produz na construção da imagem da figura política de Nicolas Sarkozy, alvo da chamada “zueira” do Twitter. Com base nessa análise, a autora considera o rumor uma das formas de (re) apropriação que os sujeitos ordinários fazem do espetáculo político-midiático, produzindo deslocamentos nos modos de leitura do arquivo político.

Menezes (2014), por sua vez, examinou as implicações e os impactos gerados pelo processo de 'pacificação', das Unidades de Polícia Pacificadora / UPPs, na rotina e na sociabilidade das favelas cariocas de Santa Marta, da Cidade de Deus e do Parque Proletário. A autora buscou não só captar os discursos públicos sobre a UPPs e as críticas dirigidas ao projeto, mas também levou em conta os rumores como forma de apreciação de pontos de vista incomuns. Uma das suas conclusões é a de que os rumores aparecem como o principal e mais seguro recurso utilizado pelos moradores dessas localidades para debater o “novo” contexto” de pacificação das suas comunidades.

Estudos de Rodriguez (2004), Aldrin (2010), Tejeda (2013) e Pocela (2012; 2014) recorrem ao rumor como recurso de análise para abordar diferentes problemas sociais e políticos. Nesse diapasão, o rumor, visto como um dos importantes fenômenos protagonizado no palco de grandes histórias da civilização, continua sendo um tema atual e de interesse a múltiplas perspectivas de estudo, como destacam Lefebvre (1979), Farge (1994) e Darnton (2000).

Enquanto processo comunicativo, o rumor atende a uma pluralidade de interesses. Isso possibilita a sua escuta ao mesmo tempo em que ocorre a sua circulação de forma semelhante à de outros meios de comunicação. Porém, ele possui as suas particularidades. Dado que a sua origem não é outorgada a ninguém ele se torna ainda mais atraente, ou

seja, em razão das suas características de anonimato, ilegitimidade ou da sua natureza indefinida, anônima e transitiva, qualquer um pode manipulá-lo e complementá-lo de acordo com a sua consciência. Como esclarece Spivak (1985)<sup>22</sup>, este fenômeno não pertence a uma consciência de voz única.

Nesse sentido, o rumor é tomado como uma categoria analítica, não no sentido de provar a veracidade (falsa/verdadeira) das mensagens que ele carrega, mas sim, de decodificar os sentidos do seu processo de produção, circulação e apropriação, seguindo os trabalhos de Verón (1980) e Orlandi (2012).

Conforme Spivak (1985), o poder do rumor resulta da sua participação na estrutura de “escritura” ilegítima. Ele nos dá acesso a uma micrologia, ou operação em pequena escala, do mundo filosófico do subalterno na medida em que aponta para uma contradição que nos permite ler “a contrapelo” em contexto subalterno. O subalterno se define pelo vazio da representação e pelo silêncio entre as vozes da história, dos discursos oficiais, das narrativas hegemônicas “autorizadas”. Isto não deve ser entendido como a mudez, tendo em conta que o subalterno é aquele que não dispõe de meios para falar e nem de produzir discursos para que seja ouvido e, portanto, permanece sem representação. Dentro de um conjunto de veículos de comunicação, o rumor faz parte da natureza de interlocução do subalterno.

É com base nas propostas articuladas a partir das perspectivas dos estudos subalternos, pela lente da teoria política feminista pós-colonial, que buscamos resgatar o espaço de enunciação de discursos interceptados ou testemunhais sobre os quais se constroem contra-narrativas de rumores a luz de “desajustes”. Por esse prisma, a abordagem da subalternidade “trata do conhecimento suplementar que preenche vácuos, omissões e a ignorância de toda experiência da resistência [...], integrando parte dos silêncios lacunosos das narrativas” (SAID, 2002, p. 24).

### **2.3.1. A perspectiva dos estudos subalternos**

Quanto aos estudos subalternos, estes são relacionados a um grupo de intelectuais indianos, que na década de 1980, iniciaram a reescrever criticamente a história colonial

---

<sup>22</sup> SPIVAK, Gayatri. Estudios de la subalternidad: deconstruyendo la historiografía. **Debates post coloniales: una introducción a los estudios de la subalternidad**. La Paz, Bolivia: Ediciones Aruwiyiri, 1985.

da Índia. As autoras Guha (1982), Chakrabarty (1992), Chatterjee (1983) e Spivak (2010), conhecidas como teóricas dos estudos subalternos, empenharam os seus esforços em resgatar a voz silenciada dos nativos, visando extrair novas perspectivas historiográficas e políticas tanto do passado como do presente da sociedade indiana. Segundo Figueiredo (2010), estes estudos surgem e se desenvolvem como uma prática acadêmica num mundo contemporâneo, onde a globalização produz novos padrões de dominação e exploração, fortalecendo outros, antes estabelecidos.

O trecho narrado abaixo – condição do/a subalterno em Spivak (2010) – relata a história de uma mulher indiana que em ato de resistência se suicidou. Contudo, a versão narrada nunca foi admitida e nem reconhecida pela história do país, apagando desse modo o seu nome na história da família e do País, caracterizando o silêncio.

Uma jovem de 16 ou 17 anos, Bhuvanewari Bhaduri, enforcou-se no modesto apartamento de seu pai no norte de Calcutá, em 1926. O suicídio se tornou um enigma, já que, como Bhuvanewari estava menstruada na época, claramente não se tratava de um caso de gravidez ilícita. Quase uma década depois, foi descoberto que ela era membro de um dos muitos grupos envolvidos na luta armada pela independência da Índia. Ela tinha finalmente sido incumbida de realizar um assassinato político. Incapaz de realizar a tarefa e, não obstante, consciente da necessidade prática de confiança, ela se matou. Bhuvanewari sabia que sua morte seria diagnosticada como o resultado de uma paixão ilegítima. Ela, então, esperou pelo início da menstruação.

Spivack (2010), tendo conhecido Bhuvanewari em vida e tomando conhecimento do episódio, decide recontar a história desse misterioso suicídio, prepondo uma reinterpretação da narrativa a partir de outro um lugar de enunciação (fundamentado) e o faz sob a seguinte interrogação: “pode o subalterno falar?”

Essa indagação surge da insatisfação da autora ao perceber que a representação do subalterno está condicionada ao interesse dos que tem o poder para representar os demais, e que a compreensão equivocada do subalterno é também intencional. Conforme explica a autora, existem dois meios de representação, a *Vertretung* – que significa agir no lugar da outra pessoa e se semelha à representação política, e a *Darstellung* – conotado como o que apresenta o ato da atuação, isto é, ocupar o espaço entre o ato e a encenação. Resumidamente, “são agrupados: a representação como ‘falar por’, como ocorre na política, e representação como ‘re-representação’, como aparece na arte ou na filosofia”, ou ainda se pode associar a *Vertretung* a uma procuração e a *Darstellung* a uma descrição (SPIVAK, 2010, p. 31).



Entretanto, há uma relação entre os dois termos de representação na medida em que tanto o “falar por” e o “re-presentar” se manifestam pelo ato de fala, subentendendo a existência de um emissor e um receptor. E isso traz evidências que “reforçam a ideia de que a comunicação abrange não apenas o ato da “fala”, como também o da recepção, da audição e da interpretação (BAHRI, 2013, p. 660)”. Diante de tais considerações Spivak (2010) levanta uma série questionamentos sobre, quem pode falar? Sobre que protocolos se pode falar? Quem é o receptor dessas falas?

Essa interação de diálogo se dá por meio de um espaço ao qual o subalterno não tem acesso, pois ele se encontra desprovido de qualquer meio de agenciamento para falar. Como explica Spivak, o subalterno, é aquele que se encontra na condição de mudez. Dito de outro modo, o subalterno é aquele cuja voz não é ouvida, que não tem voz política e não encontra vias para efetivar a sua fala. Trata, especificamente, das “camadas mais baixas da sociedade constituídas pela exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (2010, p.12). Ainda segundo Spivak (2010, p.85), a “questão da ‘mulher’ parece ser a mais problemática nesse contexto” haja vista que:

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há "evidência". É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se no contexto da produção colonial o sujeito subalterno não tem história e não pode falar o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. (SPIVAK, 2010, p.66).

Spivak (2010), labora um fazer crítico que parte da necessidade de desconstruir, em sentido político-epistemológico imperialista, os discursos hegemônicos ocidentais, mostrando novos ângulos para capturar espaços de enunciação que possam garantir, discursivamente, o lugar de si mesmo como sujeito. Dessa forma, a autora busca contemplar o sujeito subalterno no debate para reconstituir o lugar do sujeito pós-colonial. Para isso, propõe uma leitura alternativa dos construtos culturais e históricos, tendo em vista as distorções promovidas por eles nos debates sobre a representação dos subalternos.

Essa contundente e necessária observação parte igualmente da própria identidade híbrida da autora - mulher e colonizada. Nesse sentido, pensando a partir do contexto geopolítico e cultural cabo-verdiano, a presente abordagem visa importunar o espaço reflexivo sobre instrumentos de poder e possibilidades de agenciamento, contemplando o

sujeito subalterno e procurando compreender as narrativas construídas por meio dos construtos culturais, históricos e situacionais. Com isso se busca novos ângulos para reconstituir o lugar do sujeito pós-colonial no debate acadêmico. Sendo assim,

Uma perspectiva feminista pós-colonial exige que se aprenda a ler representações literárias de mulheres levando em conta tanto o sujeito quanto o meio de representação. Exige também um letramento crítico geral, isto é, a capacidade de ler o mundo (especificamente, nesse contexto, as relações de gênero) com um olhar crítico. Assim, o suicídio de Bhaduri, descrito por Spivak pelo tropo da “fala”, funciona como uma carta do passado que pode ser lida e interpretada diversamente por diferentes “leitores” com várias motivações em diferentes lugares e em diversas épocas (BAHRI 2013, p.660).

Com esse pano de fundo, direciona-se a atenção para as contribuições do feminismo pós-colonial e para o seu diálogo com os estudos subalternos a fim de revisitar o debate acadêmico com o aporte de novos ângulos de análise. Para tanto, se tem em conta a crítica feminista à forma como o pensamento ocidental representa o feminino colonizado.

### **2.3.2. Abordagem feminista pós-colonial e estudos subalternos em diálogo**

Com relação à abordagem feminista pós-colonial, ela também se volta aos sujeitos excluídos das narrativas oficiais e ampara-se nesses “não lugares” para refletir sobre aqueles que são representados por quem têm a legitimidade de ocupar o lugar de fala (ROSA, *et al.*, 2012, p.398). A reivindicação por lugar, para falar, não se circunscreve somente as ex-colônias, mas também se refere às populações que vivem em situação de insuficiência representativa, em que os sujeitos não podem expor os seus conhecimentos, não podem falar e tampouco serem ouvidos.

Portanto, as abordagens pós-coloniais compartilham semelhanças com os estudos feministas na medida em que ambos estão preocupados com a marginalização e a construção do subalterno (ASCCROFTA, 1989). Tal preocupação se pauta tanto pelo viés do colonialismo quanto pelo de gênero. Sendo assim, ambas as abordagens buscam entender a maneira como as mulheres ou os sujeitos colonizados são levados a construir as suas individualidades mediante imposições coloniais e patriarcais ou em razão de outras formas de opressão.

Por conta disso, o pensamento pós-colonial segue revisando, questionando e complementando as teorias feministas. Este pensamento centra-se de modo mais

específico na problematização do feminismo ocidental e das visões eurocêntricas e em suas suposições universalistas da mulher. Ademais, ele reivindica a autenticidade das narrativas elaboradas pelo feminismo ocidental que não levam em conta a possibilidade de heterogeneidade entre as mulheres. A vista disso, são rebatidas avaliações da condição feminina referenciadas em normas culturais europeias e na hierarquia entre as mulheres europeias e as do resto do mundo.

Nesse cenário, Mohant (1984) posiciona-se criticamente diante da produção do que é chamado das mulheres do “Terceiro Mundo”. A autora analisa várias publicações ocidentais e conclui que todas definem essas mulheres em termos de pobreza, ignorância, vitimização, vida doméstica e orientadas para a família, como se todas elas precisassem de uma representação pelo fato de não terem uma voz própria contra o patriarcado. Segundo Suleri (1992) essa postura de apropriação das experiências pelas feministas ocidentais, traduz-se no que ela denomina de ocupação dos espaços de enunciação do subalterno.

A condição de subalternidade torna-se agravada, se pensarmos a condição feminina associada a contextos ex-coloniais. Isso envolve além dos efeitos do patriarcado sobre as mulheres e a sua condição do gênero os da colonização, responsáveis por situá-las nos lugares menos relevantes da hierarquia social. Assim, “historicamente, a condição do subalterno é a condição do silêncio, visto que a sua legitimidade tem sido dada por outra pessoa que assume e seu lugar no espaço público, representando-a” (ROSA et al., 2012, p.398). É nesse sentido que “as questões de gênero são inseparáveis do projeto da crítica pós-colonial (BAHARIA, p. 661). Dito isso, passa-se a discorrer sobre a metodologia empregada para desenvolver o trabalho proposto.

### 3. APORTES METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia desenvolvida para a pesquisa empírica e os procedimentos de coleta de dados. Em primeiro lugar, registra algumas reflexões concernentes às experiências vivenciadas no campo. Depois, faz-se uma aproximação reflexiva sobre os caminhos seguidos para a construção da metodologia utilizada no trabalho.

#### 3.1. UM OBJETO INCÔMODO

Vais estudar rumor? Sério!!!? Tens que trabalhar temas sérios e de verdade. Rumor é perda de tempo. É não ter o que pesquisar e ficar bisbilhotando a “fofoca” dos que não sabem nada. Sinceramente... é não ter o que pesquisar! (Colega de faculdade, 2016).

E aí? Segues ainda com “aquele” tema de pesquisa? Aquele sobre mulheres [risos]? (Colega de doutorado, 2018).

Desvelamos através do trecho acima exposto as angústias que logo à partida nos fizeram entender que o nosso desafio, além da árdua dedicação que comporta o processo de pesquisa, incumbia-nos a pensar sobre o ato de pesquisar, isto é, sobre o que é legítimo pesquisar? Uma vez que a metodologia “não é, senão uma reflexão sobre a atividade científica desenvolvida para obter, em um determinado momento, um retrato dessa atividade – retrato esse que diferirá de acordo com a ciência sobre a qual estamos refletindo” (DENCKER; VIÁ 2001, p. 49). Assim, trouxemos algumas reflexões sobre a prática científica, para depois centrarmos no modo como esta pesquisa se procedeu.

Quando se tem o compromisso de compreender determinado fenômeno, é requerida, em primeiro lugar, à reflexão da própria condição humana do/a investigador/a, enquanto o *homocomplexus* (MORIN, 1979). E isso se verifica sobretudo nas Ciências Sociais, campo no qual o/a pesquisador/a estuda e participa, concomitantemente. A despeito dessa percepção, Bourdieu (1989) estabelece pertinentes reflexões sobre o jeito de aprender o mundo social, levando em consideração o dilema da neutralidade científica imposto às ciências.

Para abordar esse dilema é oportuno referenciar o espaço onde ocorre esse debate - o campo científico. No dizer de Bourdieu (1989), o campo científico nada mais é do que um palco de concorrência pautado por um conjunto de regras, métodos e protocolos de observação que constituem o código da conduta científica e funcionam como um

*modus operandi*, isto é, o *habitus*<sup>23</sup> científico. Este campo<sup>24</sup> envolve a “definição de objetos de disputas e de interesses específicos que são irredutíveis aos interesses próprios de outros campos” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Associado a isso, faz-se necessário que as pessoas interessadas em disputar o jogo sejam dotadas de *habitus*, o que requer “o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo” (Idem).

No campo científico o capital em jogo é a autoridade científica, “compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com a autoridade que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1976, p.1). A hierarquia dos agentes e das próprias disciplinas se constitui pela posse de uma parcela de legitimidade científica, que é adquirida pelo reconhecimento de investimentos e de obtenção de sucesso.

Sobre esse assunto, García (1996) traz o trabalho de Martin (1988), elucidando essa hierarquia na sua análise sobre a posição subordinada e de pouca autonomia dos agentes e do próprio campo de Ciências Sociais. Martin (1988), em seu artigo “A propos d'une rencontre entre chercheurs”, descreve essa hierarquia no campo das Ciências Sociais brasileiras. Para tal, a partir da avaliação dos assuntos tratados nos grupos de trabalho na X Reunião Anual da ANPOCS, a autora pondera que enquanto algumas temáticas (democracia, política e partidos) são mais prestigiadas no evento, as que abordam temas sociais (cultura, racismo, religião e educação) têm menos notoriedade.

Os grupos de trabalho que, na reunião de ANPOCS, tratam do Estado e da democracia, ou da política e dos partidos, ocupam posições de honra; os grupos que tratam da cultura, da religião, da educação, da história indígena e da população negra ocupam as posições relativamente dominadas. Assim, as participantes dos trabalhos do grupo “Educação e Sociedade” me parecem de uma origem mais modesta que as participantes do grupo “Elites políticas” que estão vestidas de modo mais “chic” e esmerado, são mais “femininas” e sem dúvida, também de origem social mais elevada (Martin, 1988, p.129, apud GARCÍA, 1996, p. 69).

---

<sup>23</sup> O *habitus* corresponde às estruturas que ultrapassam o nível da consciência e fazem a medição entre as estruturas sociais e as práticas individuais. Pode se caracterizar como a forma pela qual entendemos e agimos no mundo e são incorporados longo da vida orientando as nossas ações e dando significados elas.

<sup>24</sup> Lembra o autor que qualquer campo (científico, político, cultural), revela uma forma dominante de capital que determina as posições nas suas relações entre os agentes no seu interior. Por um lado, existem aqueles que possuindo capital adotam estratégias para manter e preservar as suas posições dominantes. Por outro lado, encontram-se os demais que desprovidos ou possuindo o capital em menor quantidade subvertem lógicas, imprimindo assim uma nova concepção de legitimidade. Estes últimos se designam de denominados. Isso significa dizer que a própria ciência está sujeita às regras da teoria dos campos e, dependendo de cada campo, estas regras manifestam-se de forma específica.

Repara-se que essa mediação também se dá em função de fatores como sexo e capital social e cultural dos agentes, como explica Martin (1988), as demandas de campos de poder e da política aparentam ter capital social cultural superior aos dos grupos de trabalhos que tratam de temas desprovidos de notoriedade no interior do campo naquele período. Como lembra BOURDIEU (1976), estudantes e pesquisadores deparam-se com essa mesma hierarquia do decorrer das suas carreiras.

Por certo, quando os colegas questionam a seriedade dos nossos problemas de investigação para merecer análise científica, estão reproduzindo esse legado, pois julgam a relevância do tema pela lógica de autoridade científica. O caso específico desta tese reflete um duplo questionamento nessa direção. Primeiro, por tratar da temática das mulheres, e, segundo, por associar o rumor - “fofoca” - ao universo feminino, e por consequência desmerecido de atenção científica.

Tomemos como exemplo o percurso do livro “O Espírito das Roupas” de Sousa (1987). Pelas razões supracitadas, a aceitação dessa obra gerou controvérsias de tal maneira que a sua publicação e reconhecimento aconteceram somente trinta e sete anos depois da escritura da tese. Em 1950, após a defesa da tese intitulada “A moda no século XIX: ensaio de sociologia estética”, a jovem de 31 anos na época, publicou um artigo com o mesmo título. A publicação gerou duras contestações, especialmente de um colega que escreveu um artigo criticando a falta “de fundamentação empírica das explicações mais sugestivas e importantes” e a carência de “técnicas de investigações adequadas” do trabalho ora publicado. Além disso, a temática foi considerada “fútil” por muitos, e rotulada como “coisa de mulher”. Tudo isso fez com que, na época, o trabalho fosse privado de qualquer prestígio e de reconhecimento do ponto de vista acadêmico/científico (PONTES, 2009).

Na hierarquia acadêmica e científica da época, que presidia tanto a escolha dos objetos de estudos quanto à forma de exposição e explicação dos mesmos, a tese de Sousa estava “condenada” à “derrota”. “Profana” e “plebeia”, a moda, na escala de valor e legitimidade atribuídos por esse sistema classificatório, encontrava-se em uma posição diametralmente oposta [por exemplo] ao tema da guerra que Florestan [quem escreve a revista criticando o artigo] escolheu para a sua tese de doutorado, atividade masculina por excelência “sagrada” e “nobre” (PONTES, 2009, p. 154, tradução nossa).

Essa tensão se deu precisamente porque a autora representava tudo o que não poderia ser. Primeiramente, por ser mulher, jovem, e professora universitária, o que

divergia das condições intelectuais das mulheres à época. Segundo, a tese confrontava a forma habitual de fazer ciência, pautada pelos ideais positivistas de ver a realidade.

Percebe-se que há preferência por objetos tidos como apropriados para receber investimentos no campo científico. Com efeito, no âmbito da ciência as e os pesquisadores estão afeitos à importância e ao valor simbólico “que a representação dominante atribui aos seus objetos de trabalho e de pesquisa, aos seus problemas e métodos de investigação” (GARCÍA, 1996, p. 68). Torna-se evidente que o modo como o campo científico opera e produz pressupõe uma forma específica de interesse que nem sempre é vista. A sugestão de abordar “temas sérios e mais importantes” enquadra-se nessa lógica da prática científica que não é desinteressada e tampouco neutra.

Portanto, para entender de modo mais nítido esse interesse, faz-se necessária a discussão sobre a construção do objeto de estudo da presente pesquisa, tendo em conta as práticas científicas a ela associada. Dentre essas práticas, destaca-se o comprometimento do/a pesquisador/a face ao seu objeto de estudo, como requerido pelas teóricas feministas.

Levando em conta que a dinâmica social se dá no interior de um campo, e que nele “estão presentes relações de aliança e/ou de conflito entre os diferentes agentes que desenvolvem estratégias de conservação, exclusão ou subversão, de acordo com suas posições ” (BRONZATTO et al, 2014, p. 236), sugere-se que está dinâmica se estenda também ao domínio da ciência. Então, se assim o entendemos, o universo da ciência, é um campo social como um outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, onde todas essas invariantes revestem formas específicas” (BOURDIEU, 1976 p. 1). Esse raciocínio remete à afirmação de que as pesquisas são sempre movidas por interesses.

Some-se a isso, de modo particular, o fato de que nas áreas de Ciências Sociais, o objeto de estudo é um ente que pensa, fala e se relaciona, tirando assim a neutralidade da investigação (THIRY-CHERQUES, 2006). Aliada ainda a própria condição social do investigador é constantemente afetado pelos problemas sociais. Tanto o objeto como o sujeito estão na presença de condicionantes que estão subjacentes ao social.

Para Bourdieu (1989), pensamentos que desconsideram a situação em que se pensa o contexto social, tanto quanto às lógicas sociais de onde parte a teoria, dedica-se a uma “ilusão racionalista” (DORTIER, 2002, p.54). Como ressalva o autor, cabe à/ao

pesquisador/a delinear o seu objeto de estudo tendo em mente que este não existe sem estar em relação no espaço social. Em outras palavras, ele explica:

Com efeito, poder-se-ia dizer, deformando a expressão de Hegel: *o real é relacional*. Ora, é mais fácil pensar em termos de realidades que podem, por assim dizer, ser vistas claramente, grupos, indivíduos, que pensam em termos de relações. É mais fácil, por exemplo, pensar a diferenciação social como forma de grupos definidos como populações, através da noção de classe, ou mesmo de antagonismo entre grupos, que pensá-la como forma de um espaço de relações. Os objetos comuns da pesquisa são ‘realidades que se tornam notadas’ por assim dizer [BOURDIEU, 1989. p.28].

Em outro estudo, Bourdieu (2001, p. 20) esclarece que o importante na construção do objeto de pesquisa reside na “capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos”. Isso se cumpre, dando importância a uma estrutura da historicidade política, cultural e social que se impõe sobre os pensamentos e as ações dos agentes individuais, dos grupos e das instituições nas suas interações. Bourdieu (2001) ainda acrescenta que para isso o primordial é o rompimento com o senso comum, isto é, desapegar-se das concepções pré-elaboradas na construção do objeto de estudo, justamente pelo desconhecimento do princípio que subjuga o interesse. Ele prossegue argumentando que tal interesse tem sempre uma dupla face: a) a capacidade técnica, atendendo as práticas que guiam a obtenção de autoridade científica; e, b) o poder simbólico, constituído por atributos e símbolos que chamamos de competência científica.

Em poucas palavras, Bourdieu (2001) desvela a existência de mecanismos invisíveis e simbólicos incessantemente produzidos e que conferem legitimidade à pesquisa. Por essa ótica, ele trata dos efeitos da estrutura social sobre as condutas sociais e a própria condição de produção de ideias. Portanto, na avaliação do autor, a legitimidade científica dada pela aparente neutralidade cumpre de forma mais eficaz a reprodução das estruturas sociais, que de modo sutil vela práticas de dominação. Práticas que transcorrem por meio de manobras que encobrem estratégias de imposição nas condutas científicas.

Pode-se dizer ainda que a discussão sobre a prática científica revela a existência de lutas não apenas de comunidades científicas, mas também, lutas políticas, de classe, de gênero etc. Lança-se assim essa reflexão crítica sobre o próprio campo da Ciência Política “que segue exibindo o que Stathis Kalyvas denomina de ‘preferência epistêmica’ por dados que são facilmente codificáveis sobre aqueles que são mais ‘desalinhados’ por serem de caráter qualitativo” (AUYERO, 2012, p.17). Para este autor, o caráter qualitativo dos dados possibilita o entendimento da vida quotidiana da política a partir



das lógicas e práticas dos atores envolvidos e da compreensão da dupla vida política destes.

Para finalizar, segue-se Furtado (2012a) quando diz que a pesquisa requer do cientista social/político a adoção de modelos teóricos capazes de explicar a realidade social nas suas multifacetadas dinâmicas de organização e funcionamento. Portanto, cabe a quem investiga determinado fenômeno a adoção de um posicionamento epistemológico diante do objeto de estudo que possibilite um conveniente fundamento da realidade social.

### **3.1.1. Epistemologia e metodologia feminista**

A epistemologia é conceituada por Japiassu, (1992) como o meio pelo qual buscamos, construímos e estruturamos o saber científico. Nesse meio, inclui também os métodos utilizados, a teoria que sustenta a pesquisa e a abordagem adotada para a obtenção do conhecimento acerca da realidade social. Pode-se dizer ainda que a epistemologia discute o modo como vemos realidade a partir contextualização do nosso olhar. Desse modo, a compensação sobre determinado fenômeno social é postulada no posicionamento do pesquisador, isto é, na sua postura diante do objeto.

Veja-se que cada ciência possui a sua própria epistemologia, ou seja, a sua forma de construir conhecimento. Por exemplo, a sociologia tem a sua epistemologia, assim como a ciência política, a antropologia e outras áreas. Enfim, cada uma delas assinalam o marco a partir do qual parte a discussão de um determinado objeto em estudo. Este processo é determinado à luz de um conjunto de contingências e protocolos, tais como, as condições e possibilidades de produção do conhecimento, e simultaneamente a sua credibilidade (BAQUERO, 2009).

De acordo com Marcello Baquero, o marco a partir do qual o conhecimento é construído caracteriza-se por dois tipos de postura: a positivista - que preza pelo uso dos métodos das ciências exatas nas análises da realidade social; e o interpretativismo – que defende a sua lógica em consonância com a subjetividade da ação social, considerando a distinção entre o objeto das ciências naturais e as pessoas. A escolha de um ou de outro posicionamento epistemológico determina a abordagem e método de pesquisa num determinado estudo. Não obstante, o pesquisador pode ainda adotar uma posição epistemológica crítica aos pressupostos filosóficos do trabalho que pretende abordar. Isso evidencia o quão a construção do conhecimento científico é um processo em mutação.

Do ponto de vista epistemológico, o presente trabalho posiciona-se a partir da perspectiva feminista. O feminismo é uma corrente teórica e prática política articulada pelas mulheres que questionam a ordem social estabelecida, após analisarem a realidade de discriminação e opressão que sofrem pela única razão de serem mulheres; é um discurso político que baseia na justiça (VERELA, 2008). A epistemologia feminista propõe a construção de conhecimento a partir da perspectiva das mulheres, sendo que este conhecimento deve estar ciente da discriminação incorporada em muitas áreas de saber, haja vista que,

O feminismo, tanto quanto um movimento político é também um corpo de conhecimento filosófico-epistemológico, cujas contribuições têm sido negligenciadas, ocultadas e desvalorizadas pelos jogos androcêntricos de saber poder que perpassam as relações institucionais. É possível e necessário que articulemos pesquisa, clínica e política a fim de seguirmos produzindo saberes e práticas comprometidos e implicados, para o que as metodologias feministas têm, em muito, a contribuir (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 653).

Um dos caminhos da epistemologia feminista é o rompimento com as ciências positivistas, que postulam um falso distanciamento entre quem investiga (sujeito) e quem é investigado (objeto de investigação). Essa epistemologia inaugura assim novos vínculos entre a teoria e a prática pelo fato de reintroduzir um novo agente epistêmico e trazer para o conhecimento as subjetividades das mulheres, ao mesmo tempo em que rejeita a separação entre razão e sentimento. No mesmo tom, LONGINO (1995); KELLER (1985) e HARDING (1986), acrescentam que a epistemologia se compromete, rigorosamente, em valorizar e resgatar a subjetividade, a emoção e a experiência feminina na produção do conhecimento científico. De modo intrínseco, essa epistemologia importa também como o lugar do/a pesquisador/a na medida em que o conhecimento é sempre situado e posicionando.

Ciente de que determinadas posições sociais e políticas podem ser interdidas por um regime de autorização discursiva, que impede o acesso a espaços de enunciação e determina aquilo que é visto ou ocultado, ressalvo que o meu olhar e a minha leitura no desenvolvimento do presente trabalho são determinados por esse regime. Isso posto, situo algumas reflexões a partir do lugar social que ocupo na academia e no mundo enquanto mulher, negra, africana e investigadora. Quando me refiro “enquanto mulher”, pondero nessa pluralidade mulheres heterogêneas e diversificadas em espaços, interesses, contextos e situações onde se edifica a teoria feminista.

Sim, feminista! Apesar de diversas facetas, nós feministas partimos de um denominador comum que é a luta pelos direitos iguais entre mulheres e homens. Guiada por essa corrente, adoto uma postura crítica que reconhece as mulheres enquanto sujeitos da ciência, da política e da sociedade, como requer a metodologia de pesquisa feminista.

A metodologia feminista trata de um processo crítico e reflexivo que perpassa pelo questionamento de porquê vivemos em um mundo em que as mulheres são sistematicamente silenciadas e despossuída de voz (HARDING, 1986). Essa mesma metodologia questiona e impõe repensar a instituição científica a partir de renovação de técnicas para a coleta de informações e análises de dados, de modo à problematizá-las desde uma perspectiva de gênero (AMORÓS, 1997; BARBIERI 2004).

Apesar da diversidade do enfoque feminista, como aponta Ballestero (2010), há uma certa sincronia entre pelos menos seis temas que tornam possível a existência de metodologia feminista. Esses temas se referem “à construção social do gênero, às experiências diversas das mulheres, no contexto das perguntas de investigação, à posição de quem investiga, às relações entre as investigações e a dinâmica do poder” (BALLESTERO, 2010, p. 200). Para tal, ampara-se em uma pluralidade metodológica que seja capaz de atender construir e organizar o conhecimento nesse sentido.

Nesse seguimento, a responsabilidade do/a investigador/a é tornar pública as diversas vozes de mulheres nas suas múltiplas, diferenças e experiências (se refere a vida das mulheres) subjetivas concreta (representa suas próprias experiências de modo particular). A problematização da categoria de análise deve ser feita de modo contextualizado e localizado de maneira que possa incluir às múltiplas concepções que as mulheres têm da história, assim como as razões que as levam a apreender a ser quem elas são. Isso é fundamental, diríamos que é o ponto de partida da metodologia feminista na medida em que dá a mulher a possibilidade de definir a si mesma. Por outras palavras, criar este espaço é também resistir aos estereótipos e “coisificação” de mulheres, fazendo valer as suas próprias experiências.

Levar em conta as vozes e a experiência das mulheres como parte dos métodos de pesquisa garantem que as mulheres, tanto pesquisadas quanto pesquisadores, sejam produtoras de conhecimento, pois elas criam mutuamente a necessidade de entender as forças que moldaram suas vidas como mulheres e derivam disso propostas de transformação, autoridade e independência sobre a própria vida. Assim, o sujeito social é também um sujeito de conhecimentos e sentimentos, busca-se o mais autêntico possível, porque a autenticidade está relacionada ao que as pessoas sentem, pensam,

vivem e consideram a experiência pessoal, em oposição à objetividade estática que, pelo contrário, parte da separação do sujeito e do objeto (BALLESTERO, 2010, p.204, tradução nossa)<sup>25</sup>.

Em atenção aos pressupostos levantados, as falas deste estudo, quando necessário for, serão apresentadas na primeira pessoa. Opção significativa no espaço acadêmico em razão do interesse de dar voz às mulheres e contestar a imparcialidade do infinitivo, que associa a neutralidade à um processo racional e objetivo na produção de conhecimento. Como observa Balastero (2010 p.202), “isto não é apenas uma razão epistemológica [metodológica], senão moral e política, que demanda que as vozes das mulheres sejam escutadas, depois de milênios de androcentrismo”. Ressalto igualmente o uso em simultâneo da primeira pessoa do plural, por reconhecer que um trabalho científico não se faz isoladamente.

A presente pesquisa, como dito na introdução do trabalho, traz como objeto de estudo as mulheres na política. Tendo em conta que o objetivo da tese consiste na compreensão da construção de imagem das mulheres nos processos de ocupação de altos cargos políticos, adotamos como procedimento metodológico, uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa.

Grande parte de pesquisas sociais utilizam precisamente estudos exploratórios para tratar de temáticas quando o interesse do/a pesquisador/a é movido por um novo horizonte, ou quando o assunto que pretende tratar é relativamente novo e pouco estudado (BABBIE, 1986). O propósito primeiro de um estudo exploratório é a familiarização com o fenômeno que se pretende investigar (THEODORSON, 1970). Segundo Polit e Hungler (1977), a pesquisa exploratória pode ser motivada pelo simples desejo de maior compreensão de uma matéria, e pode ser empregue para estimar a viabilidade e o custo de um projeto de pesquisa mais rigoroso, sobre o mesmo assunto. De modo mais específico, trata-se de um “estudo preliminar projetado para desenvolver ou refinar hipóteses, ou para testar e definir os métodos de coleta de dados.

---

<sup>25</sup> No original: Tomar en cuenta las voces y experiencia de las mujeres como parte de los métodos de investigación asegura que las mujeres, tanto investigadas como investigadoras, sean productoras de conocimientos, ya que mutuamente crean la necesidad de entender las fuerzas que han conformado sus vidas como mujeres y derivan de ello propuestas de transformación y de autoridad e independencia sobre la propia vida. Así, el sujeto social es también sujeto de conocimiento y sentimientos, se busca un entendimiento de la realidad lo más auténtico posible, porque la autenticidad está relacionada con lo que la gente siente, piensa, vive y considera experiencia personal, a diferencia de la objetividad estática que, por el contrario, parte de la separación del sujeto y el objeto.

Essa forma de pesquisa dá ao investigador a possibilidade de escolha de técnicas mais adequadas para a sua investigação. Apesar disso, é de ressaltar a existência de uma extensa literatura endógena relacionada aos estudos sobre a Mulher e a Política. No entanto, nenhum ou poucos desses estudos exploram em detalhe a questão dos rumores em relação às mulheres no cargo de nomeação em Cabo Verde. É justamente nesse âmbito que o uso da pesquisa exploratória é proposto no sentido de investigar de forma pormenorizada o tema: rumor em relação às mulheres na política.

Relativamente à abordagem qualitativa, o seu principal objetivo, segundo Sanches (2002), é obter o entendimento profundo das experiências. Ela é caracterizada, sobretudo, pela sua preocupação em explorar os fenômenos a partir de perspectivas daqueles que estão sendo estudados (SANCHES, 2002, p.3, grifo nosso)<sup>26</sup>. Da mesma forma, essa abordagem trata de descrever de modo detalhado as pessoas, as situações, os eventos, as interações e os comportamentos, obedecendo de modo fiel o que os participantes da investigação dizem, pensam e sentem.

A principal característica deste tipo de pesquisa é justamente captar o sentido que as pessoas dão aos seus atos, acontecimentos, experiências. Isso compreende “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes - o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 2010, p. 22). Este caráter faz com que o/a pesquisador/a se envolva com os participantes da pesquisa, procurando compreender os códigos que emergem na interação com os sujeitos. Ele/a usa um raciocínio complexo, multifacetado, interativo e simultâneo, o que não raras vezes o condiciona a redefinição do problema conforme vai se envolvendo com os participantes. E ainda mais, como esclarece Creswell (2007), o trabalho qualitativo pode ser abordado de cinco maneiras: estudos de caso, teoria baseada em dados, pesquisa fenomenológica, pesquisa narrativa, e pesquisa etnográfica. Com base nas classificações supracitadas, este trabalho será desenvolvido de acordo com a pesquisa de “orientação” etnográfica, priorizando-se o seu aspecto político.

---

<sup>26</sup> No original: Qualitative research aims to provide in-depth understanding of people's experiences, perspectives and histories in the context of their personal circumstances or settings. Among many distinctive features, it is characterized by a concern with exploring phenomena from the perspective of those being studied.

### 3.1.2. Aproximação e delimitação da etnografia política e feminista

A pesquisa etnográfica consiste na descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo (SPRADLEY, 1979). Isso não significa simplesmente uma observação participativa, uma vez que o integrante do grupo tem domínio de significância e interpretação do que está sendo estudado. Com a obra “Argonautas do Pacífico Ocidental” de Bronislaw Malinowski (19178). Este autor compreende que o objetivo da etnografia é

Aprender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de seu mundo. É nossa tarefa estudar o homem e devemos, portanto, estudar tudo aquilo que mais intimamente lhe diz respeito, ou seja, o domínio que a vida exerce sobre ele. Cada cultura possui seus próprios valores; as pessoas têm suas próprias ambições, seguem a seus próprios impulsos, desejam diferentes formas de felicidade. Em cada cultura encontramos instituições diferentes, nas quais o homem busca seu próprio interesse vital; costumes diferentes através dos quais ele satisfaz às suas aspirações; diferentes códigos de lei e moralidade que premiam suas virtudes ou punem seus defeitos. Estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjetivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, para ele, a essência de sua felicidade, é, em minha opinião, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem (Malinowski, 1978, p.33).

Portanto, a linha de pesquisa que conhecemos hoje de etnográfica, foi de uso exclusivo de antropólogos e sociólogos até a década de 1970 de acordo com Lüdke e André (1986). Mais tarde, diferentes áreas de estudo passam a usar esse método. Isso resultou em formas particulares de recolha, coleta e apresentação de dados, consoante a área de estudos do/a investigador/a. Assim, passa-se a utilizar esse método atendendo as adaptações próprias para cada área de interesse.

Em função disso, o emprego desse método de pesquisa deve ser cauteloso. Aludimos que uma pesquisa de “orientação” etnográfica requer reajustes por dois motivos: primeiro, por se tratar de um campo originalmente de domínio da Antropologia. Por conta disso, foi necessário adequá-la aos interesses desta pesquisa e à nossa área de estudo, a da Ciência Política. Assim, nos referenciamos na perspectiva de estudos que associam à essa área os aportes da etnografia política (SOARES, 1995; GOLDMAM, 2000; AYUERO, 2012; ESPÍN, 2016) em consonância aos aportes da etnografia feminista (STACEY, 1988; ABU-LUGHOD, 1990; KAMALA, 1997). O segundo motivo concerne às dificuldades práticas de acesso às pessoas investigadas e da realização da pesquisa de campo. Contribuíram para tal, a indefinição de espaço físico, a indisponibilidade de informantes, o atraso nos contatos, as restrições de acesso às

instituições e às pessoas a serem investigadas, entre outras. Embora esses fatores não tenham comprometido a investigação, eles geraram um certo impedimento para satisfazer todos os requisitos de um trabalho etnográfico.

Como vimos, a etnografia requer a presença intensa do pesquisador no contexto da pesquisa. Essa imersão inclui a participação nas práticas e o compartilhamento das mesmas experiências da população investigada que, posteriormente serão transcritas e analisadas. Assim sendo, nos torna oportuno trazer as ideias de Bryman (2004), que contribuiu na ampliação do sentido da etnografia. No dizer do autor, por etnografia pode-se entender os fundamentos teóricos percebidos na experiência etnográfica. Por sua vez, Adami (2008, p.24) explica que a “experiência etnográfica” trata de todo o conjunto de etnografia(s), gerado constantes diálogos a partir das posturas reflexivas do investigador em campo”. Isso inclui toda a vivência e “experiência no campo da pesquisa, como aqueles ditos rumores e fofocas oriundas de diferentes tipos de mídias” (ADAMI, 2008, p.22).

[...] o caminho a que se propõe não é justificar ou confirmar os dados com as teorias encontradas, mas torná-los, ambos, -dados e teorias- como fundamentos adicionais para uma outra teoria vislumbrada na própria experiência de pesquisar. Uma postura reflexiva do investigador diante do campo contribui para uma abstração maior na conjugação entre dados e teorias e, assim, evita-se uma convenção antropológica da necessidade de uma métrica perfeita entre dados e teorias que possa sustentar o chamado produto “etnografia”. A “experiência etnográfica” engloba a reflexividade do investigador e a(s) etnografia(s) com suas teorias correlatas como dados que fundamentam as hipóteses que podem negar ou afirmar uma nova vislumbrada teoria (ADAMI, 2008, p.23).

Se a descrição é a base do método etnográfico, então ele não se circunscreve apenas a um único campo de pesquisa, pois a partir do momento que o/a investigador/a – o mediador da ‘trindade’ entre dados e teorias - descreve os dados “[...] eles se tornam uma descrição teórica”. Também é oportuno considerar que as descrições etnográficas são feitas e classificadas dentro das categorias de conceitos que regem a disciplina acadêmica. Em outras palavras, as descrições etnográficas não são necessariamente uma teoria, contudo qualquer que seja a descrição esta se fundamenta em conceitos e teorias (HAMMERSLEY, 2013). Vejamos a seguinte explicação:

As ideias teóricas não são totalmente novas em cada estudo [...] de outros estudos relacionados e, refinados no processo, aplicados a novos problemas interpretativos. Se eles deixam de ser úteis em relação a tais problemas, eles tendem a deixar de ser usados e são mais ou menos abandonados. Se

continuarem sendo úteis, lançando novos entendimentos, eles são mais elaborados e continuam sendo usados (GEERTZ, 1975, p.27)<sup>27</sup>.

Nessa lógica, a etnografia resulta em um diálogo entre as bagagens teóricas e as informações recolhidas no campo. Assim, a partir da experiência etnográfica se tira diferentes conclusões teóricas, que podem ser de utilidade para diferentes campos de conhecimento. Por esse ângulo, Soares (1995, p.21) defende o uso da etnografia pela ciência política, pois entende que assim como se diz que “a antropologia encontra correspondência no que os antropólogos produzem”, pode se considerar que isso também se aplica à ciência política. Desse modo, diz ele, não se corre “o risco de excluir de maneira autoritária trabalhos importantes que legitimamente postulam pertencimento a cada uma das disciplinas” (Idem). Com essa avaliação, Soares sinaliza para o que viria a ser denominado de etnografia política.

Referindo-se a essa denominação, Auyero (2012, p.20), esclarece que a etnografia política parte da “observação direta, no terreno, de atores e instituições políticas em tempo e espaços reais, onde o investigador se aproxima do fenômeno estudado para detectar como e por quê os atores em cena atuam, pensam e sentem”. Esse procedimento volta-se às práticas sociais com a finalidade de compreender as relações de poder em diferentes contextos, isto é, no momento e nos espaços em que ocorrem. A imersão na realidade possibilita a análise das dimensões formais e informais imbricadas ao fenômeno político, viabilizando a reconstrução de significados, devido a aproximação do pesquisador às práticas situacionais. Por este ângulo, é possível entender o funcionamento do rumor no seu sentido mais profundo, que compreende o seu propósito, as experiências subjetivas associada a ele, e a forma como ele é utilizado pelos atores políticos.

Ainda assim, como adverte Auyero (2012, p.20), para captar esses aspectos “devemos prestar atenção tanto empírica como teórica ao que denomina “zona gris” (zona cinzenta): uma área de relações clandestinas de onde convergem e se justapõem vida cotidiana, política partidária e violência coletiva”. Por conta disso, o autor elenca os limites para adotar tal posicionamento.

---

<sup>27</sup> No original: Theoretical ideas are not created wholly anew in each study; they are adopted from other, related studies, and, refined in the process, applied to new interpretive problems. If they cease being useful with respect to such problems, they tend to stop being used and are more or less abandoned. If they continue being useful, throwing up new understandings, they are further elaborated and go on being used (Geertz, 1975: 27).



É uma tarefa arriscada, com intensa sociabilidade, mas profundamente solitária. Por um lado, para realizá-lo de maneira eficaz, é necessário envolver-se muito de perto com os atores políticos, e isso implica o perigo de se tornarem seus representantes, mediadores, fantoches ou cúmplices. Por outro lado, relatar de uma maneira que os outros possam entender depende de muitas traduções: histórias contadas pelos protagonistas traduzidas em histórias que o público pode entender, circunstâncias locais traduzidas em temas que podem ser reconhecidas fora desse local, explicações concretas de ações específicas traduzido em descrições que as pessoas de fora podem pelo menos reconhecer por alguma analogia com os tipos de ação com os quais têm alguma familiaridade (AUYERO, 2012, p.31)<sup>28</sup>.

A negligência dessa zona de “conexões clandestinas e informais” dificulta o entendimento de boa parte dos fenômenos políticos importantes (GRETCHEN; STEVEN, 2004). Nesse sentido, referimos como “zona cinzenta” às dimensões informais imbricadas nos rumores. Se trata do aprendido, do olhar, da escuta, do ver, do entender e da interpretação da vida política cotidiana enquanto um espaço de sentido que enfoca, através do rumor, a relação entre o fenômeno e o seu contexto. Como dito antes, os rumores representam uma forma de comunicação que, para além de transmitir mensagens, carregam consigo códigos de vivência e interações localizados no contexto histórico e cultural em que os rumores ocorrem (Zire, 1990). Baseado nisso, podemos formular a seguinte pergunta: que mensagens carregam os rumores associados às mulheres nos altos cargos da estrutura do Estado?

O desdobramento deste questionamento orientou o nosso olhar para as práticas políticas veiculadas por meio de rumores baseados nos aspetos que envolvem a participação de mulheres no cenário político de Cabo Verde. De modo particular, centramos a atenção na maneira como as mulheres são representadas nos rumores, e quais as implicações destes rumores na produção da imagem de mulheres na política. Essa análise requer do/a investigador/a uma profunda atenção e instrução de modo que possa olhar não só os fatos visíveis, mas também as especificidades encobertas dentro do contexto observado e as significações que adquirem. É justamente nessas particularidades latentes que a etnografia feminista se faz presente, com o propósito primordial de desvelar

---

<sup>28</sup> No original: Es una tarea arriesgada, con una intensa sociabilidad pero profundamente solitaria. Por un lado, para llevarla a cabo de manera efectiva se requiere involucrarse muy cercanamente con actores políticos, y eso entraña el peligro de convertirse en sus representantes, sus mediadores, sus títeres, o sus cómplices. Por el otro, reportar de manera en que otros puedan entender depende de muchas traducciones: historias que cuentan los protagonistas traducidas a historias que las audiencias puedan entender, circunstancias locales traducidas a temas que puedan ser reconocidos fuera de esa localidad, explicaciones concretas de acciones particulares traducidas a descripciones que quienes están fuera puedan al menos reconocer mediante alguna analogía con tipos de acción con las cuales tengan alguna familiaridad.

realidades invisíveis, ignoradas e em vista disso, silenciadas ligadas ao fenômeno de rumores envolvendo mulheres.

Atendendo aos objetivos e a metodologia deste trabalho, e tendo em conta a postura epistemológica adotada, poder-se-ia perguntar o seguinte: os procedimentos de campo têm caráter feminista? Se sim, qual seria? Como ele é constituído? É possível identificar uma etnografia feminista?

Desde a década de 1970, esses questionamentos foram levantados e discutidos de modo crítico pela antropologia estadunidense, considerada uma das pioneiras em análises sobre a elaboração cultural de gênero. Foram antropólogas como Sandra Harding (1986), Judith Stacey (1988) e Lila Abu-Lughod (1990) que além de darem os primeiros passos para responder as indagações formuladas acima, evidenciam a existência de uma etnografia feminista. Os postulados das autoras contestam de modo crítico a própria etnografia clássica. Primeiro, pela falta de empenho na articulação de gênero como elemento hegemônico, segundo, por terem privilegiado os homens como centro de atenção durante décadas, sem considerar a experiência das mulheres.

Para Salgado (2010), o que torna uma etnografia feminista é a descrição orientada teoricamente por um arcabouço conceitual feminista, onde as experiências das mulheres são o centro da reflexão. Isto inclui de modo concomitante o desvelamento do feminino durante a observação. A autora esclarece esse ponto com a seguinte argumentação:

Assim sendo, no centro da elaboração epistemológica, a reflexão é colocada em torno do *ubi* das mulheres e do feminino em uma cultura particular. Destaca aqui, sem dúvida, seu reconhecimento como sujeitas - sociais, políticos e históricos - que se desdobram em uma trama de relações sociais. Com isso, o desafio da etnografia feminista é elaborar explicações e interpretações culturais que partem de mulheres colocadas em determinados contextos de interação. A partir dessa avaliação, distingue-se de outras etnografias precisamente porque problematiza a posição das mulheres ao deixar de considerá-las apenas informantes, a partir da a teoria antropológica feminista considerá-las como criadoras culturais e, ao mesmo tempo, identificar, analisar e interpretar as orientações de gênero, conteúdos e preconceitos de gênero que coloca elas, os homens e outras categorias sociais genéricas em posições diferenciadas que, na maioria dos casos, dizem respeito à desigualdade entre eles (SALGADO, 2010, p. 221)<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> No original: Siendo así, en el centro de la elaboración epistemológica se coloca la reflexión en torno al *ubi* de las mujeres y lo femenino en una cultura particular. Destaca aquí, sin duda, su reconocimiento como sujetas - sociales, políticas e históricas - que se desenvuelven en una trama de relaciones sociales. Con ello, el desafío de la etnografía feminista consiste en elaborar explicaciones e interpretaciones culturales que partan de las mujeres colocadas en determinados contextos de interacción. Desde esta apreciación, se la distingue de otras etnografías precisamente por problematizar la posición de las mujeres al dejar de considerarlas sólo como informantes para, a partir de la teoría antropológica feminista, considerarlas

A etnografia feminista, em consonância com outras formas contemporâneas de etnografia, tem por interesse revelar experiências dos sujeitos oprimidos, subalternos, e não hegemônicos (Salgado: 2010). Esse tipo de etnografia trata sempre de uma descrição parcial por dois motivos: primeiro, por conta das delimitações de diferentes ordens em relação ao objeto de estudo; e segundo porque estamos tratando de um objeto em mudança. Pesquisas dessa natureza complementam de maneira mais sólida a investigação, permitindo aprofundar os significados dos fatos e ir além das suas manifestações para fundamentar o trabalho científico.

Em resumo, a etnografia política feminista trata sobre práticas e funcionamentos políticos – lançando luz sobre novas dimensões e observando de perto os processos sob um olhar microscópico localizado na vida política do cotidiano (ESPIN, 2017). Ela busca a dimensão subjetiva dos sujeitos políticos através de um relacionamento com os outros e consigo mesma, articulando de forma distinta as regras e os comportamentos.

Trata-se, portanto, de não mais indagar sobre regras e comportamentos, seus ajustes e desajustes, mas sobre *práticas*; de não mais levantar questões relativas a estruturas, funções ou mesmo processos, e sim aquelas sobre *funcionamentos*; de não mais buscar a elaboração de teorias, em geral abstratas, acerca dos sistemas ou processos políticos, mas em tentar construir uma *teoria etnográfica da democracia*, no sentido malinowskiano do termo (GOLDAMAN, 2000, p.315).

Dessa perspectiva, desenvolveu-se a presente pesquisa com o objetivo deliberado de dar voz a mulheres que permanecem silenciadas pelos rumores de modo a fim de ouvir as suas narrativas, conhecer as suas histórias e registrar as suas experiências. Trata-se de reconhecer as mulheres na condição de sujeitos sociais, políticos e históricos - que se constroem e se desenvolvem nas tramas das relações político-sociais. Isso emerge na presente pesquisa por meio de uma transcrição crítica dos discursos das mulheres entrevistadas. Com a intenção de aproximar o observado, recorreremos a entrevistas, observação participante e conversas informais de modo a escutar e dialogar com os sujeitos de interesse.

## **A entrevista**

---

creadoras culturales y, al mismo tiempo, identificar, analizar e interpretar las orientaciones, contenidos y sesgos de género que las colocan a ellas, a los varones y a otras categorías sociales genéricas en posiciones diferenciadas que, en la mayoría de los casos, atañen a la desigualdad entre unas y otros.

Seja qual for a sua natureza, a entrevista constitui uma das técnicas mais usadas nas pesquisas, principalmente nas áreas sociais e humanas. O seu uso não se restringe às atividades de fins acadêmicos e científicos, mas sim, é amplamente utilizada, por exemplo nas mídias. Para Lüdke e André (1986), a importância desta técnica em relação as outras reside no fato de que as informações desejadas são captadas de modo instantâneo, e se forem bem-feitas, podem complementar os dados levantados por meio de outras técnicas. Acrescentam ainda que a entrevista permite esclarecimentos na obtenção de informações não desejadas. Sem contar que “a utilidade da entrevista permite atingir informantes que não poderiam ser atingidos por outros meios de investigação” (Idem: 1986, p.34).

Neste trabalho optou-se pela entrevista semiestruturada que “se desenrola a partir de um esquema básico, porém, não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.34). Esse tipo de entrevista cria um ambiente de diálogo recíproco estabelecido entre quem pergunta e quem responde, sem a exigência estrita das questões, tendo o entrevistado a liberdade de abordar o que desejar. Contudo, o entrevistador vai direcionando às informações que pretende recolher sempre que oportuno, num clima de estímulo e de aceitação de ambas as partes.

As mesmas autoras chamam atenção para o fato de que comunicações não verbais – gestos, ritmos, entonações e expressões – decorrem ao longo das entrevistas. Por isso, elas precisam também ser analisadas e interpretadas a luz da linguagem mais geral. Esse cuidado oferece outras informações que podem ser confrontadas com o discurso verbalizado enquanto expressão do que pensa ou sente o entrevistado (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Por ser um tipo de entrevista mais livre e flexível, a entrevista semiestruturada garante um clima de confiança que permite o aprofundamento dos temas de interesse sem forçar o rumo da resposta do entrevistado. O recurso a essa técnica neste trabalho tem por finalidade a recolha de narrativas e opiniões de mulheres que ocupam ou ocuparam altos cargos na estrutura do Estado, sobre assuntos relacionados aos rumores e aos seus desempenhos profissionais de modo a reconstituir as suas trajetórias.

### **Observação participante**

A observação é uma das técnicas de pesquisa mais usada nas ciências sociais. É um meio de recolha de dados que não é de todo espontâneo (no sentido que é teoricamente

armada e direcionada para aquilo que se pretende estudar), atendendo ao objetivo do/a pesquisador/a. Por isso, ela exige um contato o mais próximo possível com a realidade para que se possa não só coletar os dados, mas entender os sentidos que orientam o comportamento dos indivíduos (LAKATOS e MARCONI, 1990; SANTOS, 1999).

Uma das vantagens da observação participante reside justamente nesse aspecto, pelo que, através dele podem ser captadas a perspectiva e a experiência dos sujeitos no seu estado natural (LÜDKE e ANDRE, 1986). Isso, por sua vez, pode ocasionar a revelação de dados difíceis de obter a partir de outras técnicas. Entretanto, há uma série de decisões imbricadas a essa técnica que o/a pesquisador/a tem que determinar. Relaciona-se com o grau de participação, a inserção na realidade estudada, a explicitação do seu papel tal como os propósitos da pesquisa junto ao sujeito. Desse ponto de vista, a participação “é feita geralmente em termos de um *continuun* que vai desde uma imersão total na realidade até um completo distanciamento” (LÜDKE; ANDRE, 1986, p. 28).

Ao lado disso, existem diferentes variações de observação, entre elas inscreve-se a de participante total, participante como observador, observado como participante e observador total. A participante total, busca converter-se em membro do grupo sem revelar a identidade de pesquisador/a ou que está fazendo a pesquisa. A participante como observador oculta em parte a sua atividade, não revelando totalmente o que pretende. No observado como participante são revelados tanto os propósitos do estudo como a identidade do/a pesquisador/a. O observador total desenvolve as suas atividades sem interagir com o grupo e sem ser notado (LÜDKE; ANDRE, 1986). Em todas estas variações há limite e questões éticas envolvidas. A escolha e a justificação destes, varia de pesquisador/a para pesquisador/a, consoante as condições de pesquisas e o problema de investigação. Esses quatro tipos de observação foram adoptados ao longo deste trabalho.

### **Conversas informais**

Através de conversas informais, foi possível aprofundar as informações fornecidas por meio de entrevistas e obtidas através da observação. Este procedimento deu um contributo importante à pesquisa empírica visto que ajudou ativamente no fortalecimento de uma relação mais próxima com os informantes. Tornou-se ingrediente central na obtenção de informações adicionais. Uma noção mais clara foi se construindo

acerca das práticas relacionais que vinculam as formas quotidianas de ocupação de espaços com a vida dos atores locais (público/cidadão/ mulheres). Os conteúdos dessas observações foram anotados no caderno de campo logo após aos encontros<sup>30</sup>. A primeira inclui a descrição dos sujeitos, dos locais e reconstrução de diálogos, comportamentos de eventos especiais e comportamentos do observador. A segunda inclui reflexões analíticas, metodológicas, dilemas éticos e conflitos, mudanças na perspectiva do observador e esclarecimentos necessários. Com essa postura, foi traçada a recolha dos dados de campo no campo.

### 3.1.3. Modelo de análise e de interpretação dos dados

Para atender aos objetivos e à proposta da tese foram necessários alguns ajustes. Na medida em que a imagem da mulher é edificada sobre um *corpus* imaginário e posteriormente projetada ao campo político enquanto espaço público, adoptamos as seguintes medidas de análise do qual divide-se em duas etapas.

Primeira etapa: No que se refere à **ocupação de funções** políticas em Cabo-Verde foram consideradas as situações das mulheres em relação à ocupação de Cargos e Carreiras na Administração Pública, levando em conta as dimensões normativas de recrutamento. Recorreu-se também a estudos endógenos com a finalidade de esboçar um apanhado da dinâmica de ocupação do espaço formal da política. Para isso, foram utilizados livros, artigos, teses e dissertações.

Segunda etapa: quanto à análise dos rumores, assinalamos que foram várias as complexidades teórico-metodológicas tais como, qual a melhor abordagem? Como acompanhar e analisar os rumores? A fim de contemplar esse aspecto, recorreu-se à análise de discurso, buscando, sobretudo, explorar as condições de produções de sentido dos rumores. Em outras palavras, buscou-se explorar o significado que os atores sociais atribuem à ocupação de altos cargos pelas mulheres. Tendo em consideração que a produção da imagem das mulheres refere a um espaço específico – espaço político – incumbe-se também ponderar sobre a ocupação do espaço público e privado e os valores, comportamentos e atitudes associados a homens e mulheres.

---

<sup>30</sup> Seguindo os procedimentos previamente adotados, as notas das conversas foram registradas no diário do campo logo após os encontros. Dependendo do grau da relevância da informação, os locais de anotação foram no local da conversa, nos banheiros ou em lugares que mostrava discrição.

No tocante à análise proposta, os rumores, como dito antes, são relatos não confirmados sobre um suposto acontecimento, com especial particularidade de circular de boca em boca ou na mídia nutrido de um certo anonimato. Assim sendo, parte-se do pressuposto de que o rumor, enquanto um discurso, tenta fixar e dar sentido ao real. Nesses termos, o discurso consiste na medição entre o homem e a realidade social e natural em que se encontra inserido, isto é, é entendido pelo efeito que ele produz sobre os locutores através dos sentidos que representam para eles. Esse sentido não é isolado, pois se constrói através da história na sociedade e tem o seu funcionamento, portanto,

Não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando [...]. Desse modo, diremos que não se trate de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação [...]. As relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI: 2015 p.19/20).

Nesse sentido, a Análise de Discurso - AD constitui um excelente dispositivo para se ocupar do “invisível” na medida em que estabelece o contato entre o existente e o inexistente, entre o presente e as diferentes modalidades de ausências (ORLANDI 2001, p127). A partir desse marco, a análise sobre a forma como os rumores adquirem sentidos na contestação dos discursos políticos em circulação possibilita traçar as forças sociais em jogo nas disputas de hegemonia de sentidos e subtrair dentre essas diversas modalidades de ausência, o silêncio das mulheres nos rumores. Sendo assim, o discurso de rumor é analisado a partir de um contexto mais amplo de sentidos e de significações, amparado nas narrativas dos sujeitos, ou melhor, das sujeitas pesquisadas.

Essa tarefa resultou num duplo processo de desconstrução e reconstrução que operam na cosmovisão do acesso a altos cargos por meio de rumores, confrontando a realidade, estabelecendo relações entre história, memória e poder. Desse modo, a produção discursiva foi examinada com base nas vozes ocultas e silenciadas das mulheres. Para tanto, a entrevista semiestruturada e as conversas informais serviram como recurso para privilegiar as falas, a visão e as experiências das próprias mulheres face os rumores. Partimos desses relatos para contra-argumentar os rumores e resignificar a trajetória das mulheres. Para chegar a tal reflexão, vagamos em busca da dinâmica do próprio campo através de um olhar “armado e treinamento”, mas que, muitas vezes, se

perdeu diante a experiência do campo que de modo inesperado nos travessa (LAPLANTINE, 1987). E é justamente essa dinâmica que faz compreender melhor como na realidade o campo funciona.



#### 4. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-POLÍTICO DE CABO VERDE

Cabo Verde é um país insular de origem vulcânica, situada na Costa Ocidental de África, acerca de 500 km a Oeste da Costa do Senegal. Sendo arquipélago, é constituído por nove ilhas habitadas e uma desabitada que são classificadas de acordo com as suas posições em relação à direção dos ventos dominantes que sopram de Nordeste. O grupo das ilhas classificadas de Barlavento, situadas à norte, consiste nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (não habitável), São Nicolau, Sal, Boavista. As ilhas situadas ao sul, denominadas de Sotavento, incluem as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. A Figura 1 destaca a localização de Cabo Verde no mapa.



**Figura 1 – Localização do mapa de Cabo Verde-**

Fonte: (imagem tirada da internet<sup>31</sup>)

O arquipélago de Cabo Verde foi encontrado<sup>32</sup> pelos portugueses entre os meados de 1460 e 1462 (CARREIRA, 1983; ANDRADE, 1996). Por localizar-se no meio do oceano Atlântico, e na encruzilhada de três continentes: África, América e Europa, o Arquipélago tornou-se num ponto estratégico muito importante na época colonial e serviu como entreposto comercial de abastecimento de água, de alimentos e de escravos. Nesse cenário, emerge a sociedade crioula através do “processo de mestiçagem” fruto de contatos com profundas interpenetrações entre diversas etnias provenientes de vários

---

<sup>31</sup> Disponível em: < [https://es.wikipedia.org/wiki/Cabo\\_Verde](https://es.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde) > Acesso em jun. 2019

<sup>32</sup> A literatura referente a história de Cabo Verde é tensa no que concerne a “descoberta” e/ou “achamento”. Pois, não há um consenso nítido sobre o inquietante debate.

países da Costa Africana, portugueses e outros países da Europa (CARREIRA, 1983; ANDRADE, 1996). O país esteve sob a tutela de Portugal até 1975, quando foi proclamada a sua independência.

De acordo com o último censo, realizado em 2010 pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV), o Arquipélago conta com aproximadamente 500 mil habitantes residentes. A maioria dos cabo-verdianos encontra-se na diáspora, ou seja, há mais de um milhão deles fora do país (MOASSAB, 2012). Em razão desse caráter migratório que tem origem “ainda no período colonial, e em um contexto definido não somente pelos fluxos mercantis, mas também por profunda aridez e episódios de fome, Cabo Verde desenvolve uma dinâmica migratória de duplo caráter – espontânea e forçada” (LOBO, 2016, p.14). Devido à colonização portuguesa, a língua oficial de Cabo Verde é o português, geralmente utilizado nos documentos oficiais. Crioulo é a língua materna e é a utilizada cotidiana entre a população.

#### 4.1. A EDIFICAÇÃO DO ESTADO INDEPENDENTE

A independência de Cabo Verde teve como seu principal ator, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Foi criado em 1955<sup>33</sup> na condição de clandestinidade por cabo-verdianos e guineenses, e era liderado por Amílcar Lopes Cabral, engenheiro agrônomo, natural de Bafatá/Guiné-Bissau, filho de um cabo-verdiano e de uma guineense. A dupla herança cultural do Amílcar Cabral fez com que um dos objetivos principais do projeto político do PAIGC fosse a independência dos dois países.

Como salienta Évora (2001), o PAIGC criou planos para negociar a liberdade e a independência dos dois países com o objetivo de evitar o confronto com o regime colonial. Sem sucesso neste sentido, o PAIGC declarou guerra contra o governo português. Conforme assevera a autora, previamente a esta decisão, o PAIGC desenvolveu um intenso e detalhado estudo sobre as condições geográficas dos dois

---

<sup>33</sup> Além do PAIGC, outros partidos que surgiram na mesma conjuntura e lutaram pela causa da independência, são nomeadamente: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), e MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe).

países ao mesmo tempo em que mobilizava pessoas desses territórios, principalmente a população da zona rural da Guiné Bissau.

A intensa mobilização na Guiné se deve à conclusão de que o País tinha melhores condições geográficas do que Cabo Verde, para desencadear a luta armada pela liberdade e a independência desses povos. A condição geográfica da Guiné-Bissau, plana e sem montanhas, com florestas, rios e pantanal pesaram na realização da luta armada na Guiné. Entretanto, apesar da luta armada ter decorrido no território guineense, muitos cabo-verdianos desempenharam papéis chaves e “desencadearam uma luta política forte nas ilhas por meio da elaboração de panfletos, que eram distribuídos na Guiné e em Cabo Verde, exigindo o direito à autodeterminação” (ÉVORA, 2001, s/p) dos dois países.

Aliados as organizações internacionais – ONU (Organização das Nações Unidas) e OUA (Organização da Unidade Africana) – os dirigentes do partido africano exigiam do Portugal a urgência da independência das suas colônias, promovendo encontros com as autoridades portuguesas (ÉVORA, 2001). Em setembro de 1973 a Guiné-Bissau proclamou a sua independência de forma unilateral. Portugal só veio a reconhecer a independência da Guiné em 1974, através de um acordo assinado entre os representantes do governo português e da Guiné-Bissau. Em 1975, Cabo Verde foi reconhecido como país independente. Em 30 de junho de 1975 teve lugar a eleição para a formação da assembleia representativa, contando com a lista única dos candidatos do PAIGC. A assembleia constituinte eleita declarou a independência no dia 5 de julho do mesmo ano.

Antes da independência, as negociações entre Portugal e Cabo Verde permitiram a assinatura do Acordo da Independência<sup>34</sup> em 19 de dezembro de 1974. Esse acordo estabeleceu o Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde e assim, um Governo de Transição com a principal missão de elaborar uma nova constituição e propiciar a “eleição por sufrágio [...] de uma assembleia representativa do povo de Cabo Verde, dotada de poderes soberanos e constituintes, com a função de declarar a independência do Estado de Cabo Verde” (artigo 11º).

---

<sup>34</sup> Assinado em Lisboa, entre a República Portuguesa e o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) de 19 de dezembro de 1974 “em ordem à fixação, por acordo, do esquema e do calendário do processo de descolonização do território cabo-verdiano celebrado em Lisboa pelas delegações do Governo Português e do PAIGC na sequência de anteriores contatos” - JORNAL VOZ DI POVO. Acordo de independência celebrado entre o governo português e o PAIGC. Praia: GCV, agosto de 1975, p.1.

## **De Regime Monopartidário a Abertura Democrática**

Proclamada a independência, foi instituído um regime de partido único de acordo com o artigo 4º da constituição cabo-verdiana na época, reconhecendo o PAIGC como força dirigente da sociedade e do Estado. Até 1980, o partido tinha o princípio da unidade Guiné - Cabo Verde e por isso tinha órgãos supranacionais, com uma sessão governando a Guiné e a outra governando o Cabo Verde. Cada seção tinha a sua autonomia administrativa, porém a coordenação política era a mesma.

Entretanto, um inesperado golpe de Estado na Guiné-Bissau em 1980 pôs fim a unidade entre os dois países<sup>35</sup>. O projeto comum de Estado binacional foi abortado com a cisão entre Guiné e Cabo Verde, originando a criação do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde – PAICV.

O PAIGC/CV governou Cabo Verde durante 15 anos sob um regime denominado “democracia nacional revolucionária” de partido único, onde o principal objetivo era tirar o país da pobreza e consolidar a independência (ÉVORA, 2001). Segundo Cardoso (1993), o PAIGC/CV já apresentava sinais de esgotamento causado pelo descontentamento nas suas bases, o que acabou por afunilar com manifestações das crises sociais que apareceram nos anos seguintes depois da independência. Com base nos problemas decorrentes da governação após a independência, Koudawo (2001) afirma que seis fatores estiveram na origem da transição para o regime democrático em Cabo Verde.

O primeiro fator foi o “desgaste do poder”. O PAICV manteve-se no poder por muito tempo, e isso fez com que o sistema de partido único se transformasse num sistema paternalista. O segundo fator seriam as “contradições internas”. Estas foram marcadas essencialmente pela divisão do PAIGC/CV, com o surgimento de correntes trotskistas no seu seio e que mais tarde participaram na criação do partido da oposição – MpD. O terceiro fator, denominado de “libertador mal integrado”, defende que os dirigentes do partido vieram com as ideias radicais implementadas anteriormente na Guiné Conakry e na Guiné-Bissau, para implantar em Cabo Verde, e não se preocuparam em conhecer os

---

<sup>35</sup> Este foi conduzido por João Bernardo Vieira Nino uma das figuras heroicas da guerra da libertação na Guiné, provoca intensas discórdias dentro do PAIGC, principalmente, no que toca ao princípio de “unidade Guiné-Bissau Cabo Verde.

cabo-verdianos. Existia, segundo Koudawo (2001), um grande fosso entre a sociedade e os dirigentes.

O quarto fator seria “o papel da Igreja católica”. Koudawo (2001) ressalta que essa igreja sempre teve uma postura ativa no país, desde a independência, lutando contra o controle total da sociedade. Continuou a lutar contra este fenómeno durante o regime do partido único. Lutou contra a tendência hegemónica do partido único, tendo como o seu principal meio, o periódico Terra Nova, através do qual expressava as suas críticas. No quinto fator, paradoxo de Tocqueville, o autor defende que o PAICV perdeu as eleições por causa do seu próprio sucesso. Houve resultados positivos, e com isso as exigências também aumentaram. Porém, o PAICV não se preocupou com a realização dessas exigências, culminando na derrota do partido. O último fator foi o desconhecimento, ingenuidade e lealdade. O PAICV não conhecia bem a elite intelectual que este país disponha e nem a sua população. Ele foi ingénuo, na perspectiva dele, tendo em conta que na época das eleições preocupou apenas em realçar os sucessos alcançados.

Para Évora (2004), a pressão externa foi determinante na transição para a democracia em Cabo Verde, levando em consideração a grande dependência da ajuda externa para a sobrevivência do povo destas ilhas. Cabo Verde sempre contou com a ajuda de outros países para a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento. Em função disso, sofreu pressões por parte destes países, e no fim sentiu-se obrigado a mudar para o regime democrático.

Em 1990, a Assembleia Nacional Popular (ANP) reuniu-se numa convocação extraordinária, e o resultado desse encontro foi a remoção do artigo 4º que reconhecia PAIGC/CV como sendo a única força política dirigente do Estado cabo-verdiano. Foi nesta convocação extraordinária que a ANP instituiu a lei do regime jurídico dos partidos políticos, a lei eleitoral para a ANP e para o Presidente da República, a lei que reconhece o direito de antena e de resposta aos partidos, entre outros. Foram criadas as condições básicas para as primeiras eleições multipartidárias no final do mesmo ano, objetivo que só foi concretizado no início do ano seguinte, em janeiro de 1991.

A primeira eleição contou com a presença de apenas dois partidos, porque os restantes não conseguiram se legalizar em tempo hábil devido ao curto prazo disponível

antes da eleição<sup>36</sup>. O Movimento para a Democracia, MpD saiu vitorioso nessa eleição, mudando o contexto político, social e económico do país com a promoção de várias reformas. O MpD governou o país de 1991 até 2001, ano em que o PAICV ganhou as eleições e voltou a governar. O PAICV ficou no poder de 2001 a 2016, sendo que o MpD saiu vencedor nas eleições realizadas em fevereiro de 2016.

## **Organização Política**

Quanto à estruturação do Estado, o País constitui uma República soberana, unitária e democrática. Conforme determina a Constituição da Republica de Cabo Verde/ CRCV (2010), são órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional Popular, o Governo e os Tribunais. O Presidente da República é o chefe do Estado, eleito por sufrágio universal direto e secreto (art.º 109 da CRCV) por um período de cinco anos.

A Assembleia Nacional é o Órgão legislativo da República de Cabo Verde, e é constituído pelo mínimo por 66 e o no máximo de 72 deputados eleitos por um período de 4 anos. O governo é politicamente responsável perante a Assembleia Nacional, por isso é formado pelo partido que ganha as eleições legislativas. O governo é semipresidencial e é liderado por um Primeiro Ministro indicado pelo partido vencedor das eleições (COSTA, 2001). Sobre o voto, ainda que ele não seja obrigatório, é considerado um dever cívico pelo Código Eleitoral Cabo-verdiano.

### **4.1.1. Administração Pública cabo-verdiana**

A Administração Pública cabo-verdiana passou por um processo, que pode ser separado em três momentos ligados a história política e a edificação do Estado de Cabo

---

<sup>36</sup> Porém, vale ressaltar que havia outros movimentos políticos que emergiram a partir da luta pela libertação nacional. Mas, no entanto, não conseguiram afirmar como partidos legítimos. Foi o caso da UPICV -União dos Povos da Ilha de Cabo Verde, criada em Rhode Island (EUA) em 1959. Diferentemente do PAIGC, a UPICCV não compartia a ideia da unidade entre Cabo Verde e Guiné Bissau. Tanto que em 1994, a UPICV organizou uma grande manifestação com a finalidade de protestar e mostrar a sua indignação contra a união forçada que o PAIGC pretendia coma a Guiné. A UPICV nem chegou a ser um partido no sentido legal e acabou perdendo as forças representativas. (Fernandes, 2007). Para além do partido acima supramencionado, tem o caso da União Cabo-verdiana Independente e Democrática - UCID- criada em 1978 no seio da comunidade Cabo-verdiana em Roterdã. Sem muita ligação com a população de Cabo Verde, a única notoriedade que teve neste período foi com uma publicação no diário popular onde destacaram a agressão entre os elementos deste partido com os de PAIGC.

Verde. O primeiro momento consiste essencialmente no período colonial, em que toda a administração do arquipélago encontrava sob a tutela portuguesa. Durante esse período, uma pequena parcela dos cabo-verdianos desempenhava algumas funções na administração colonial. Essa parcela era formada por uma pequena elite letrada com ligações sanguíneas portuguesas. Eram nascidos em Cabo Verde e fizeram parte de um grupo intermediário colonial largamente usado para preencher o quadro administrativo dos territórios que se designavam por colónias ou províncias ultramarinas. Esse grupo era denominado de brancos da terra (Batalha, 2004, p. 191).

O segundo momento pode ser enquadrado como o de pós independência. Embora, já houvesse um grupo de funcionários públicos cabo-verdianos com experiência no serviço de Administração Colonial que poderia administrar as novas estruturas, Cabo Verde carecia de quadros qualificados. De acordo com Hernandez, (2002), o país precisava de indivíduos capazes de exercer funções técnicas na administração pública e que ocupassem os altos cargos nas estruturas do Estado. Ou seja, precisava de pessoas habilitadas que pudessem orientar a estratégia do desenvolvimento do arquipélago. Ciente desse problema, o Governo teve a preocupação de apostar na educação com o intuito de reduzir a taxa de iliteracia e garantir o acesso a formação pós-secundária. Era preciso uma intervenção imediata a nível da educação, porque o investimento em escola não foi a preocupação efetiva da metrópole portuguesa.

Antes da independência o país contava com um pequeno número de escolas e baixo índice de alfabetização (HERNANDEZ, 2002). A aposta na formação de quadros superiores teve êxitos (apesar de algumas discórdias<sup>37</sup> internas) através de negociação de bolsas de estudos com universidades e institutos politécnicos de países estrangeiros. Terminado o período de formação, os estudantes eram enquadrados imediatamente na Administração Pública, ocupando altos cargos. Na altura, o Estado empregava a maior parte dos funcionários, vez que as empresas privadas eram poucas conhecidas. Assim sendo, foi-se constituindo a elite administrativa pós-independência (HERNANDEZ,

---

<sup>37</sup> O partido que assumiu o país logo após a independência enfrentava discórdia interna que fez com que muitos integrantes desinteressassem em ocupar cargos na Administração pública. Um desses motivos apontados pelo Lopes (2002) é que eles não identificavam com a ideologia do PAIGC, precisamente no que toca ao projeto binacional deste partido entre Cabo Verde e Guiné-Bissau. Além disso, havia uma outra razão não relacionada a questão ideológica. O novo governo atribuía cargos relevantes ao pessoal que teve uma participação ativa na luta pela independência (*apud* Ramos, 2011).

2002). Essa elite ou classe dirigente foi caracterizada como sendo majoritariamente descendente de famílias pobres e rurais, porém a sua maioria possuía formação universitária. Nesse período, a administração esteve concentrada na mão dos dirigentes do Partido Único (PAIGC/PAICV) (BARROS, 2012).

O terceiro momento começa com a abertura democrática em 1990, quando a administração pública cabo-verdiana passa por mudanças, atendendo a conjuntura da nova concepção do próprio Estado. A terceira fase, destaca-se pelas iniciativas do sector privado, limitando a intervenção do Estado na regulação das atividades econômicas. O governo também estabeleceu a reforma do setor público. Apesar dessas iniciativas, o número de funcionários cresceu consideravelmente. De acordo com Furtado (2007, p.3) esse crescimento ocorreu “a contragosto das decisões e das políticas públicas”.

As análises de Furtado (2007) sobre o “Perfil dos Recursos Humanos da Administração Pública Cabo-verdiana” evidenciam esse crescimento de forma gradual. No período colonial, havia 1.970 funcionários. Depois da independência, já nos anos 1989, o número de funcionários era de aproximadamente 7.695. Depois da abertura democrática, o número de funcionários amentou para 10.051, em apenas um ano (1991). Desta data para 2006, o número de funcionários aumentou para 21.922. Como consequência, essa conjuntura implicou exigências em termos de melhores qualificações.

#### **4.1.2. Notas de trajetória política das mulheres desde a perspectiva de gênero.**

A história de mulheres a nível social, econômico e político foi marcada pelas desigualdades e injustiça social. Em Cabo Verde, não foram diferentes as histórias vividas pelas mulheres, ainda que muitas cabo-verdianas tenham integrado a luta armada pela Libertação Nacional. Este marco não lhes incumbiu de nenhum destaque notório. A história cabo-verdiana mostra nitidamente que os homens foram destacados em todo o processo da luta de libertação e na construção da burocracia estatal (COUTINHO, 2011).

A historiadora Iva Cabral (2011) ressalta a falta de notoriedade do papel desempenhado pelas mulheres na (re) construção da nação cabo-verdiana e nos próprios documentos relativos à história do arquipélago. No trabalho titulado “A Representação das mulheres, casadas e viúvas, da ilha de Santiago nos documentos dos séculos XVI-XVIII” afere que as mulheres casadas, nos únicos registros que haviam, “aparecem



principalmente como filhas, mulheres e irmãs dos protagonistas – os homens” (CABRAL, 2011, p.21).

De modo contrário, em alguns documentos, Cabral (2011) logrou evidenciar o papel de algumas mulheres que não viviam na dependência dos seus maridos, isto é, não viviam na condição de inferioridade. Se trata das viúvas que vinham conquistando posições importantes no seio de suas famílias e na sociedade santiaguense. Elas administravam os seus bens herdados e “foram grandes comerciantes, proprietárias rurais, escravocratas”. A autora acrescenta que essas mulheres não tinham quaisquer direitos políticos e nem podiam ocupar nenhum cargo público.

Nesta última acepção, Crispina (2011, p.107) descreve que a sociedade cabo-verdiana foi profundamente marcada pela cultura patriarcal, tendo as instituições do poder colonial, a cultura e a Igreja católica como principais aliados nesses contextos. A autora realça que “muitas mulheres acreditavam que já nasciam com destinos traçados, do qual não podiam fugir: procriar, obedecer e sofrer. [...] as mulheres viviam de porta de casa para dentro, enquanto os homens viviam de porta para fora”. Não eram alfabetizadas e antes da independência não podiam votar ou ser eleitas, isto é, estavam totalmente excluídas da vida pública.

A luta pela independência significava o início de uma nova etapa para a sociedade cabo-verdiana, porém esta não se estendeu às mulheres. O próprio líder da luta de libertação, Amílcar Cabral, se preocupava com este aspecto. Nas suas últimas conferências, chamou atenção aos dirigentes que não reconheciam nas mulheres a possibilidade de serem também dirigentes ou que avançassem nesse sentido. Fato que, dentro do partido, as orientações eram claras a respeito, pois determinavam que “em cada comitê de tabanka<sup>38</sup> era obrigatório a presença de mulheres”. Contudo, verificou-se que não era fácil o cumprimento dessa recomendação (CRISPINA, 2011, p.109/110).

Conforme ressalva Crispina (2011), as mulheres eram as responsáveis pelos enfermos e feridos nas zonas libertadas durante a luta, davam aulas nas escolas do partido, formando raparigas e rapazes. Também asseguravam a distribuição de materiais de informação e propaganda e disponibilizavam suas casas para reuniões clandestinas do partido. Complementando, Coutinho (2011, p. 42) cita nomes de importantes heroínas

---

<sup>38</sup> “Tabanka é a designação dada as comunidades rurais em Guiné-Bissau” (CRISPINA 2001, p.109).

guineenses e cabo-verdianas que tiveram papéis admiráveis na luta de libertação: as guineenses – Titina Silá, Carmem Pereira (a única mulher que foi Membro do conselho executivo da Luta) e Ana Maria Voss de Sá (professora da Escola Piloto), e as Cabo-verdianas – Dulce Almada Duarte e a Lilica Boal (diretora da Escola-Piloto, em Conakry).

Embora o PAICG tivesse nítido um duplo objetivo - conseguir a soberania do país e alcançar a sua plena liberdade e emancipação num país livre e independente, o segundo objetivo não englobou concretamente as mulheres. Quando chegou a hora das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos assumirem a governação do seu país, as mulheres foram esquecidas, invisibilizadas e relegadas para o segundo plano (COSTA, 2001; ÉVORA, 2001).

A independência não se estendeu totalmente às mulheres. A intuição do novo Estado livre e democrático foi fundada com base na discriminação patriarcal herdada do período colonial, sendo vivamente incorporada na nova administração do país. Isso se nota pela ausência total das mulheres nos órgãos do poder ao longo dos sucessivos governos. O protagonismo da construção do Estado de Cabo Verde se espelha, exclusivamente, na presença dos homens desde os primórdios da sua história (MONTEIRO, 2009).

A discriminação das mulheres nas diferentes esferas importantes do País segue sendo uma realidade. Aliado a isso, persistem ainda práticas sociais e costumes que têm impactado de forma significativa a vida das mulheres, excluindo-as de participar na esfera pública e impedindo-as do acesso ao poder (SUSANO, 2011; ÉVORA, 2011). Ainda que se tenha levado a cabo várias ações visando a igualdade de género, as disparidades no exercício de poder entre mulheres e homens no contexto democrático são perceptíveis, como mostra a tabela 1.

**Tabela 1 – Mulheres e homens em altos cargos (2010)**

	Mulheres	Homens	Total	Rácio M/H
Membros do Governo	8	8	16	1,0
Magistrados Judiciais	3	4	7	0,8
Altos cargos na Função Pública	37	69	106	0,5
Altos cargos nos Partidos Políticos	38	137	175	0,3
Altos cargos nas Associações de Comercio	1	4	5	0,3

**Fonte:** Estudo Género em África – Estudo sobre o Índice de Desenvolvimento da Condição Feminina em Cabo Verde 2010 (apud Costa, 2001, p11).

Segundo Monteiro (2009), os órgãos do poder político em Cabo Verde são ocupados majoritariamente por homens pelo fato de terem maior disponibilidade em relação às mulheres, vez que são isentos de trabalhos domésticos. Prosseguindo, a autora afirma que as “obrigações femininas” no que se refere ao espaço doméstico, constitui um dos grandes obstáculos para o seu exercício de cargos políticos. Nessa circunstância, os percursos social, económico e, sobretudo, político da mulher, são condicionados pela sua dedicação ao cuidado da família, da casa, da educação e do lazer dos filhos.

De acordo com investigação feita, enquadrada nas informações estatísticas que retratam periodicamente a situação dos homens e das mulheres no país, realizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em parceria com o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) e a ONU Mulheres, seguem em evidência a situação da exclusão política e a sub-representação das mulheres nos espaços decisórios. O domínio dos espaços da administração pública de Cabo Verde pelos homens continua sendo evidente. Segundo os dados estatísticos antes mencionados, o poder local, as associações comunitárias de base e o poder legislativo são as esferas em que as mulheres estão menos representadas. De acordo com os dados da Inter-Parliamentary Union (2015), as mulheres ocupam 20.8% das cadeiras no parlamento cabo-verdiano

Entretanto, ainda que atualmente estes fatos se atenuem, as mulheres continuam a ser afetadas pela pobreza. O governo apostou em programas de luta contra a pobreza, e os resultados não alcançaram os seus objetivos por completo. As mulheres continuam a ter um papel secundário no que toca ao trabalho, e elas têm as remunerações mais baixas em comparação aos homens, pelo mesmo trabalho realizado. A taxa do desemprego incide mais sobre elas, e ainda continuam com a dupla jornada de trabalho, condicionando o seu desempenho profissional, sem esquecer que o homem é quem detém o poder. Todos esses fatores, na perspectiva de várias autoras (COSTA, 2010; GOMES, 2011; MARTINS, 2010; MONTEIRO, 2013; LOPES, 2014), contribuem para a desigualdade e o desequilíbrio de género na sociedade cabo-verdiana.

De uma perspectiva direcionada a diferentes sociedades, Anne Philips (2001) sugere a combinação da política de ideias com a política de presença como meio de gerar mudanças nos modos de vida, nas linguagens e, sobretudo, na política. Tal combinação, no entendimento da autora, implica em garantir a presença efetiva de mulheres nas arenas políticas e, ao mesmo tempo, a incidência de ideias em defesa da igualdade de género.

No mesmo tema, Fraser (2008) se refere à dinâmica estrutural das desigualdades de gênero e assevera que estas devem ser desafiadas por estratégias transformadoras, caso contrário, o poder de decisão seguirá nas mãos do segmento masculino. Na direção dessas transformações, a autora propõe uma concepção tridimensional de justiça social que contemple políticas econômicas de redistribuição (bens e riquezas sociais); de reconhecimento das diferenças (respeito à diversidade) e de representação nas esferas de poder e decisão. As últimas, centrais ao presente trabalho.

Nos termos arrolados, um dos primeiros passos para debater e pensar politicamente a situação das mulheres cabo-verdianas emerge no âmbito das atividades da Década das Mulheres de 1976 a 1985. No ano de 1975, um grupo de cabo-verdianas (militantes do PAICV) participam do VII Congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM), em Berlim, com importantes figuras feministas da África, América, Ásia e Europa. Envolvidas com o que se passava mundo a fora sobre a realidade do país as integrantes do grupo estavam convencidas de que a emancipação feminina deveria ser fruto do trabalho das próprias mulheres. Instigadas pela conjuntura internacional no seu regresso ao país começaram um trabalho endógeno de sensibilização e consciencialização sobre a discriminação das mulheres em todo o arquipélago.

Em 1981, com um grupo bastante sólido, cria-se a Organização das Mulheres em Cabo Verde (OMCV). Essa instituição constitui importante canal na luta política pela igualdade de direitos entre mulheres e homens naquele país. Nas primeiras instâncias, a organização, embarcou na campanha nacional do governo para resolver os problemas que afligiam a sociedade tais como: o analfabetismo e o desemprego, desconsiderando a situação política das cabo-verdianas.

Com o passar do tempo, as participantes da OMCV percebem a necessidade da incorporação política das mulheres. Em razão disso, passam a pressionar o governo para a realização de debates sobre a situação social e política das mulheres. Nomeadamente, direcionam sua preocupação com educação feminina, a saúde reprodutiva das mulheres (serviço de proteção materno e planeamento familiar) e, acima de tudo, com o reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto sujeitos políticos. A OMCV busca, sobretudo, encorajar as mulheres a se apropriarem dos seus direitos. A partir disso, aos poucos a organização foi se fortalecendo com um crescente engajamento político das mulheres.

Com o fim do sistema monopartidário (1975/1990) e a emergência da democracia, em 1991, as mulheres passam a ter uma participação mais efetiva nas instâncias governamentais, ainda que tímida. Nos governos seguintes, aumenta a presença feminina em altos cargos de chefias e de deliberações política, principalmente nos dois últimos governos democráticos (legislaturas VII e VIII).

Nesse contexto, as mulheres seguem lutando por direitos, criam redes e organizações, fazendo emergir mecanismos de defesa da mulher com o objetivo de fomentar o empoderamento político e a visibilidade das mulheres. Um dos marcos desse projeto é a criação da OMCV, em 2001, somam-se a esta, a Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas (RMP-CV), a Comissão Nacional dos Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) e o Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), inaugurado em 2006<sup>39</sup>.

A RMP-CV visa promover a inclusão efetiva das mulheres na Assembleia Nacional, atender as suas demandas específicas e fazer chegar à voz das mulheres no mais alto nível do processo governativo. Para isso, fomenta debates parlamentares e um conjunto de ações, incluindo a realização de seminários temáticos, a divulgação de leis aprovadas e a discussão do orçamento sensível ao gênero, entre outros. Dessa forma, a RMP-CV busca desenvolver as capacidades de seus integrantes para participarem da política, bem como na promoção dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero. A CNDHC, por sua vez, desenvolve as suas atividades através do Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania (PNADHC), cujo objetivo é proteger e promover os direitos dos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente das mulheres. Aliado a isso, um dos focos do Plano é implementar condições legais favoráveis ao reforço da participação da mulher na vida pública, em particular, no exercício da atividade política.

No mesmo sentido, a ICIEG, aposta na promoção de estratégias inovadoras, cumprindo ações, projetos e programas voltados à melhoria da qualidade de vida, da igualdade de oportunidades e da equidade entre os sexos. Para isto tem-se realizado seminários palestras e ações de formações e sensibilização, como a finalidade de provocar mudanças nas mentalidades e nas práticas institucionais com o propósito de eliminar as barreiras que impedem à igualdade plena entre as mulheres e os homens na sociedade

---

<sup>39</sup> Denominado Instituto de Condição Feminina (ICF) quando de sua criação em 10 de janeiro de 1994.

cabo-verdiana. Tem por finalidade promover políticas para a igualdade de direitos da mulher e do homem como também promover a verdadeira participação da mulher em todas as esferas de atividade do país. Além desses mecanismos institucionais, outras organizações atuam a favor do empoderamento político e da promoção das mulheres, mormente, a Associação das Mulheres Empresárias de Cabo Verde (AMEPCV); a Associação das Mulheres Juristas (AMJ), e a Associação de Apoio à autopromoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI). Visto isso, direciona-se a atenção para o espaço escolhido para a realização do trabalho de campo da pesquisa.

## 5. APRESENTAÇÃO DO CAMPO

### O capital do país - Cidade da Praia

A pesquisa de campo foi realizada na Cidade da Praia, capital de Cabo Verde. A cidade de Praia é a capital da maior e mais populosa ilha de Cabo Verde – ilha de Santiago, que ocupa uma área emersa de 991Km<sup>2</sup> e possui aproximadamente 234.940 habitantes (INE, 2010<sup>40</sup>). Essa ilha é constituída por onze freguesias e seis conselhos<sup>41</sup>, tendo a Praia como o maior conselho.

A Praia foi fundada em 1615, no entanto, foi elevada à categoria de cidade somente em 1985. Antigamente, a capital situava-se na Ribeira Grande de Santiago, considerada pela literatura como a primeira Cidade europeia construída na África (ESTEVIÃO, 1989; PIRES, 2007). A localização das ilhas, bem como o destaque da cidade de Praia estão ilustrados na Figura 2.



**Figura 2 – Localização das ilhas**

Destaque da Cidade de Praia - Fonte (imagem tirada da internet<sup>42</sup>)

<sup>40</sup> Dados de INE, Censo 2000.

<sup>41</sup> Praia, Conselho de São Domingos, Conselho de Santa Catarina, Conselho de Santa Cruz, Conselho de Tarrafal, Conselho de São Miguel.

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://www.caboverdecultural.blogspot.com/2012/01/geografia-de-cabo-verde.html>> Acesso em jun. 2019

Na Cidade da Praia estão concentradas todas as sedes dos órgãos da soberania, Casa Civil da Presidência da República, sede da Assembleia Nacional Popular, sede do Supremo Tribunal da Justiça, Palácio do governo, Ministérios, Prefeitura, edifícios de serviços públicos. Também estão localizados na Praia o centro econômico do arquipélago como sedes dos bancos comerciais, como também monumentos relevantes, tais como: Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico, Museus, e a maioria das Universidades, entre outros etc. A fig.3 ilustra alguns desses edifícios.



**Figura 3 – Alguns edifícios públicos situados no Plateau<sup>43</sup> – Cidade da Praia**

Fonte (imagem tirada da internet)

Ressalta-se ainda o caráter turístico das ilhas. Essa vocação e o propósito de atrair turistas internacionais leva a prefeitura a remodelar o espaço urbano em torno do Plateau no ano de 2008. Essa obra, localizada no centro da Cidade da Praia, propicia um aumento significativo no número de lojas instaladas no local e incrementou o movimento de bares, restaurantes, de locais de entretenimento e demais serviços. Isso contribui para situar a Praia como centro político e econômico do País.

---

<sup>43</sup> Plateau é um bairro do centro da Cidade da Praia, onde abriga edifícios públicos e outras construções de importância, tais como: Edifício da Câmara Municipal (edificio laranja na fig3). A igreja matriz (edificio branco na fig3). Palácio da justiça (edificio verde na fig3)



Em função disso, a Praia passa a atrair muitos estrangeiros e também para pessoas de outras ilhas do arquipélago e de outros países (sobretudo os conterrâneos africanos) em busca de uma condição de vida melhor. O condensado de população nesse espaço geográfico torna a Praia um ponto de encontro praticamente obrigatório e de maior concentração urbana do País e chega a quase 128 mil pessoas (INE, 2010).



**Figura 4 – Vista da Cidade da Praia.**  
Fonte: (imagem tirada da internet)

A avenida 5 de julho ou a Rua Pedonal (Figura5), como é denominada pelos Praenses, é uma das ruas mais movimentada da Cidade. Ali se encontra de tudo: mercado, restaurantes, lojas comerciais e exposições, além de vários tipos de atividades culturais e de lazer, o que a torna uma das ruas mais movimentadas da cidade.



**Figura 5 – Avenida 5 de julho situada no Plateau / Fonte: (imagem tirada da internet)**

Nessa dinâmica, o espaço é produzido a partir das relações sociais que estão intimamente ligadas às interações entre as pessoas e os espaços onde vivem – meio urbano. Adicionado a isso, a peculiaridade de ocupação das ruas pelos cabo-verdianos nas suas rotinas faz com que as situações de interações sociais sejam bastante intensas e próximas. Nas ruas, alargando aos becos, bares, cafés, restaurantes e lugares de diversão, etc., estabelecem-se relações cada vez mais estreitas, partilhando desde assuntos políticos até os mais pessoais. Pois é impossível andar nas ruas da Cidade da Praia e não encontrar um amigo, um conhecido ou um familiar, as relações são bastante próximas. Assim, esses ambientes informais se convertem em um verdadeiro termômetro para perceber as tensões políticas que circundam no pequeno arquipélago. A Figura 6 ilustra um desses lugares de encontro.



**Figura 6 – Café Sofia -- Cidade da Praia**

Fonte (imagem tirada da internet)

### 5.1. O PROCESSO DE INSERÇÃO COMO INVESTIGADORA

Inicialmente a realização da investigação foi definida na Praia de Quebra Canela, situada na Cidade da Praia. O lugar é frequentado pela população em geral com o intuito de lazer (banhar-se, passear ou caminhar). A Figura 7 permite que se tenha uma visão panorâmica de parte da geografia e da organização urbana do desse local.



**Figura 7 – Praia de Quebra Canela – Cidade da Praia**

Fonte (imagem tirada da internet)

Quando à ocupação da praia, diariamente um pequeno grupo dirige-se até lá para fazer caminhadas e outros exercícios físicos. Esse grupo congrega indivíduos específicos, incluindo políticos, funcionários públicos e aposentados que fazem as suas caminhadas matinais das 5h00 às 7h00. Geralmente, após a atividade física, eles se reúnem nesse espaço para tratar de assuntos relacionados à situação do país, sobretudo os de natureza política. Por esse motivo, de início escolhi o local para a investigação. Outro motivo dessa escolha se deve ao fato de a pesquisadora Cláudia Brito (2014) ter estudado sobre a produção de rumores entre integrantes de grupos de caminhada, o que facilitaria o nosso contato com muitas pessoas que poderiam ser apresentadas por ela. Por estas e outras razões, a Praia de Quebra Canela foi definida como espaço da etnografia e dar sequência a todo o esquema para iniciar a pesquisa de campo em agosto de 2017.

No entanto, a primeira visita a Praia de Quebra Canela só ocorreu em outubro de 2017 por conta do atraso em articular contatos com pessoas que pudessem me introduzir neste ambiente. Diante da dificuldade de articular os contatos para a pesquisa, comecei a correr e/ou caminhar sozinha na praia, diariamente, a partir das 5:30 de manhã com a intenção de observar a dinâmica dos grupos ali presentes. As informações previamente recolhidas sobre os grupos serviram de base para traçar a rotina e a forma de me aproximar

dos grupos ou de interagir com eles. A Figura 8 ilustra a dinâmica matinal dos frequentadores do local.

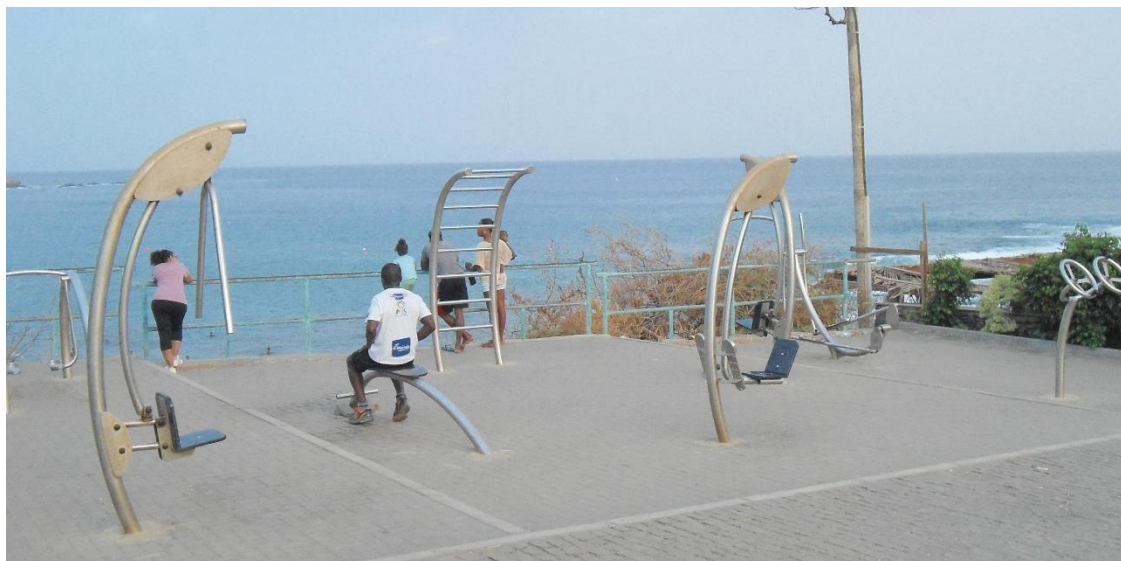


**Figura 8 – Pessoas treinando na em Quebra Canela**

Fonte (imagem da autora)

As primeiras idas à Quebra Canela permitiram observar que os grupos eram constituídos em maioria por homens. Dentre esses homens, conhecia de vista alguns que pertencem à classe política. Geralmente, chegavam sozinhos ou acompanhados de outros colegas para fazer exercício. Em determinados momentos alguns deles eram acompanhadas pelas esposas. Suas atividades consistiam em correr ou caminhar algumas voltas ao redor de uma pequena estrada para, em seguida, dirigirem-se ao local de treino equipado com aparelhos e localizado a frente da praia, conforme ilustrada na Figura 9.

Nesse local as pessoas costumam cumprimentar umas às outras e o fazem antes do treino propriamente dito ou enquanto se exercitam. Durante o treino, as conversas entre as pessoas costumam ocorrer simultaneamente a ele. No final do treino e nas ocasiões em que os grupos não se aglomeram ali mesmo para conversar, eles se direcionam à praia para nadar e ali também é lugar de conversa. Além disso, os guardas de estabelecimentos localizados ao redor da praia (hotéis e bares) não raro se dirigem aos integrantes dos grupos e puxavam conversa com eles. Nesse tempo percebi também que, esporadicamente, alguns jovens que correm nessa praia param nesse local para treinar, e logo depois, continuam os seus percursos.



**Figura 9 – Espaço de treino situado em Quebra Canela**

Fonte (imagem da autora)

Sobre a observação realizada, o período dedicado a ela envolveu também a verificação do ambiente no decorrer das primeiras semanas de outubro. Nessa etapa, a intenção foi a de chegar o mais perto possível das pessoas com a intenção de interagir com elas e de precisar o foco do trabalho (WINKIN, 1998). Mas, limitada pelas próprias contrariedades deste tipo de observação e pelas inúmeras dificuldades de inserção no grupo, resolvi mudar de estratégia.

Depois desse período tomei a iniciativa de me aproximar dos grupos, cumprimentando-os todos os dias antes de realizar os meus treinos. Nesses ambientes reparei que tratavam sobre assuntos de destaque do noticiário do país e quando me parecia oportuno fazia comentários a respeito. A minha presença assídua na Praia não passou despercebida. Fato comentado por um deles quando mencionou que não era de costume me ver ali. No mesmo dia, ele ofereceu ajuda em como utilizar os aparelhos de exercícios e depois, conversamos sobre temas corriqueiros do dia a dia. A partir de então, de forma tímida, tentei interagir mais e construir “laços” de convivência com os membros desses grupos.

Após algum tempo e vendo que a profundidade das minhas conversas não avançava das coisas triviais, decidi revelar para a pessoa com quem eu mais interagia que a minha ida ao local visava recolher as suas narrativas sobre o desempenho das mulheres em altos cargos do Estado. Ele, de forma surpreendente, aceitou e virou para o grupo,

relatando o objetivo da minha ida ao local. Nesse momento, as reações faciais de alguns mostravam surpresa e interrogações. Um deles me perguntou onde eu estudava, outro levantou-se do aparelho onde treinava e dirigiu-se a mim, felicitando e, ao mesmo tempo, perguntando o que eu queria saber exatamente deles. Respondi as suas indagações e expliquei, sem muitos detalhes, que queria observar a dinâmica do grupo, escutar o que falavam, ouvir as suas falas em relação à política do País e as suas opiniões sobre a participação de mulheres nos altos cargos do governo. Informei ainda que frequento diariamente o local com objetivo de interagir e acompanhar as suas rotinas.

Depois dessas explicações notei ainda que alguns deles estavam curiosos em relação a minha vida privada. Queriam saber quem eu era, minha idade, onde eu morava, nome dos meus pais, meu estado civil, se eu tinha filhos, quanto tempo que eu estava fora do país, e outros assuntos. Na medida do possível respondi as perguntas. No entanto, um deles ainda não esclarecido com as respostas, aproximou-se, perguntando sorridente se eu tinha marido e afirmou: “ [...] *não tem problema, qualquer informação que necessitas nós estamos aqui, contudo, neste espaço sabias que poderias ser paquerada?!*”. Nisso, baixou a cabeça na direção às minhas mãos e acrescentou “ *não te vi com aliança em nenhum dos dedos, por isso gostaria de saber se és casada. Pois, há pessoas casadas que não usam a aliança*<sup>44</sup>”. Depois dessa afirmação, uns riram e disseram para que eu não deixasse ele me enganar, num tom sarcástico. Tentando ser atenciosa respondi novamente não ser casada, não ter filhos e a outras questões feitas por eles.

Crédula de já ter ultrapassado a fase mais difícil que é a da aproximação e a de conquistar a sua confiança pude notar que ainda existiam barreiras a impossibilitar a minha integração ao grupo. Tendo isso em conta decidi solicitar a um conhecido que também frequenta rotineiramente a Quebra Canela e conhecia o pessoal dos grupos, para corrermos juntos e para ele reforçar junto ao grupo o objetivo da minha ida e do meu trabalho. Argumentei que os membros do grupo colaborariam mais caso virem que eu o conhecia. Contudo, ele retorquiu de forma categórica o seguinte: “*não posso te apresentar e nem podemos ir correr juntos porque vão dizer para minha mulher que estou ficando contigo*<sup>45</sup>”. Depois dessa declaração, um silêncio cheio de interrogações pôs fim a nossa conversa.

---

<sup>44</sup> Tirado do diário de campo: novembro 2017/ Praia.

<sup>45</sup> Tirado do diário de campo: novembro 2017/ Praia.

No dia seguinte ao dessa negativa mantive a rotina de exercício na praia. Por casualidade, durante a corrida cruzei na rotunda (rótula) da estrada com pelo menos seis integrantes do grupo que vinham no sentido oposto. Um deles me acenou como se estivesse cumprimentando, em resposta, atribui o aceno, segui a corrida e eles também. Depois do treino voltei para a rotina de costume. Por casualidade, na ida para biblioteca (8:30 da manhã) encontrei com um dos integrantes daquele grupo da praia; ao me cumprimentar ele logo questiona: *Conhecesses aquele cara que te acessou de manhã no grupo da Praia?* Respondi que não, e perguntei o motivo da pergunta. Ele responde: *é porque o fulano conhece todas as putas da praia*".

Nessas declarações, percebi que aos olhos de alguns desses homens, eu – enquanto mulher, jovem, solteira e frequentadora sozinha da praia –, estava ali disponível para qualquer outra coisa, menos para a realização de pesquisa. O reforço dessa convicção culmina com uma série de constrangimentos, exemplificando, um do episódio em que eu desequilibrei e quase caí durante um exercício. Prontamente, um deles descaradamente exclama sem absolutamente nenhum pudor, ou consideração pelo machucado: *“é uma pena te ver cair no chão, invocaria todos os nomes possíveis para que não acontecesse isso! Mas se for para cair em cima de mim, não haveria problema”*<sup>46</sup>, e todos soltam gargalhas.

Em razão da dificuldade de lidar com essas atitudes machistas e, em decorrência, da necessidade de realizar o “trabalho do campo” naquele meio, não me restou outra possibilidade se não a de abandonar a Praia de Quebra Canela como o espaço de pesquisa.

### **5.1.1. O caminho das mudanças**

Depois de abandonar a Praia de Quebra Canela como espaço empírico da pesquisa e angustiada pelo tempo cada vez mais escasso para a realização do trabalho de campo, decidi mudar o foco inicial do estudo. Pois, já não era viável seguir com a temática em razão dos constrangimentos supramencionados e na altura não havia muita possibilidade de definir um novo espaço para o estudo etnográfico. Sem conseguir os contatos necessários e condicionada por experiências ruins pensei em mudar o tema que havia proposto. Assim, ao invés de estudar “Mulheres e Rumores”, eu iria trabalhar o tema

---

<sup>46</sup> Tirado do diário de campo: dezembro 2017/ Praia.

“Mulheres em Cargos de Chefia” com o objetivo de recolher e analisar as suas narrativas e também as de homens na mesma condição.

Nesse exercício, retomei antigos contatos em busca de mulheres e homens que ocupavam altos cargos na estrutura do Estado, o que foi sendo feito antes e durante a realização da etnografia na praia de Quebra Canela. Embora sem obter retornos consideráveis na altura, continuei explorando aqueles contatos e procurei intensificá-los através de cartas formais, e-mail, telefone, Facebook, Viber, WhatsApp e várias outras formas de contato tais como por meio de pessoas conhecidas.

Muitos contatos foram articulados na rua por acaso ou ao se encontrar algumas pessoas de interesse, outros foram possíveis com a ajuda de ex-professores, de colegas da universidade, de amigos e de conhecidos. Essa rede foi crescendo por meio da intermediação direta ou indireta das pessoas com aquelas manifestavam interesse ou se mostravam disponíveis para participar da pesquisa. Por meio dessa articulação se visava, também, solicitar audiências nos Ministérios, nas sedes dos partidos, nos institutos públicos e noutras repartições do Estado.

Vale ressaltar nesse processo que as mulheres, em comparação aos homens, prontamente mostravam disponibilidades, interesse em participar da pesquisa e agendavam a data das entrevistas. A maioria dos homens contatados, quando informados dos objetivos da pesquisa, alegavam falta de agenda e que iriam nos avisar logo que tivessem tempo disponível. Na ausência desse retorno voltava-se a contatá-los, porém a maioria deles não respondia.

A disponibilidade das mulheres foi fundamental para a realização deste trabalho. Na maioria das entrevistas, elas demonstravam satisfação pelo fato das suas narrativas serem recolhidas e de poder falar e dar a sua versão sobre o próprio desempenho. Era nítido no olhar de cada uma delas, o prazer de me receber e de compartilhar as suas experiências. Uma delas, inclusive, me parabenizou e afirmou: *Faz-se necessário o trabalho deste gênero, pois precisamos mudar a mentalidade dos homens e das próprias mulheres em relação a aceitação da nossa competência profissional!* (Entrevistada/M7, Praia, 2017). Depois das entrevistas, muitas delas me colocavam em contato com outras mulheres que consideravam importantes para a pesquisa. Assim a rede de contato foi se alargando a partir das próprias interlocutoras.



Outra estratégia adotada para o alargamento da rede de contato foi intensificar a minha presença nos espaços sociais em que os sujeitos da pesquisa circulavam. O objetivo foi o de me tornar cada vez mais próxima das pessoas e de ser notada por elas. Mantive a rotina de circular nas redondezas dos lugares formais e informais frequentados por quem eu entendia ser informante chave para a pesquisa. Passei a participar e assistir palestras nas universidades, eventos do governo, colóquios e outras atividades, isto é, tudo o que poderia tornar a minha cara “familiar” e marcar de alguma forma a minha presença. Isso facilitou consideravelmente o acesso às mulheres e aos informantes. Várias vezes, quando por casualidade encontro com essas pessoas em eventos, algumas param para cumprimentavam-me, perguntando como esta a decorrer o trabalho e se eu ainda necessitava de ajuda para estabelecer contato com alguém.

Esses tratamentos mostram que ser conhecida ou referenciada por alguém “importante” é pertinente para criar e intensificar relações de contato. Tais referências resultaram em mais confiança tanto dos informantes quanto dos entrevistados. Em várias ocasiões, os interlocutores forneciam mais informações ao saberem que entrevistei certas pessoas influentes ou quando eu fora referenciada eles antes da entrevista. Repetidas vezes eu chegava para entrevistar ou ter uma conversa informal com alguém e a pessoa perguntava se eu já falara com fulana/o. E quando a resposta era afirmativa demonstravam mais confiança. Esse “capital relacional” foi imprescindível para eu alcançar os sujeitos da pesquisa e, sobretudo, ganhar a sua confiança.

Ademais, a estratégia adotada proporcionou certa liberdade tanto da minha parte como das pessoas em estudo. Em encontros informais foi possível aprofundar as informações fornecidas por meio de entrevistas e obtidas através da observação. Esta técnica deu um contributo importante à pesquisa empírica visto que ajudou ativamente no fortalecimento de uma relação mais próxima com os informantes. Além disso serviu para explorar assuntos que durante as entrevistas não eram possíveis. Aliado a isso, também permitiu entender de uma forma mais clara os significados atribuídos pelos participantes as suas falas.

Toda essa dinâmica obrigou a renegociação constante da minha presença em vários locais. Assim, o processo de recolha de dados se deu em momentos e lugares não previstos. Em ocasiões não planeadas ele se alargou a eventos acadêmicos, governamentais e atividades culturais, estendendo-se, sobretudo, a lugares informais, tais

como: ruas, paradas de ônibus, cafés, praças e academias de ginástica. Tal dinâmica, permitiu se ter uma noção melhor das práticas relacionais vinculadas às formas quotidianas de ocupação de espaços com a vida quotidiana. As conversas informais tornaram-se ingredientes centrais para se obter informações adicionais. E mais, essas mesmas conversas nos influenciaram a retomar a temática do rumor – que era o foco inicial do trabalho.

A ideia de voltar a nossa proposta inicial surge de forma espontânea. Precisamente, motivada por algum acontecimento político, ocorrido quando eu estava em Cabo Verde. Nessa ocasião eu aproveitava para explorar o fato tanto nas entrevistas [quando me permitiam] quanto nas conversas informais mantidas depois delas. Por exemplo, em algumas entrevistas, ao tratar de situações envolvendo os rumores, optei por desligar o gravador de modo a deixar a conversa mais solta e sem constrangimentos.

Concluindo esse ponto, importa mencionar que a partir do reajustamento do espaço empírico – quando deixei a Praia de Quebra Canela - retomei a temática “Rumores e Mulheres na Política”. A partir desse reajuste direcionei a execução do trabalho de campo para captar as informações da pesquisa. O processo de recolha de dados durou por volta de 6 meses - julho de 2017 a fevereiro de 2018 - e teve como *locus* a Cidade da Praia, para ouvir as sujeitas da pesquisa.

### **5.1.2. Caracterização das sujeitas da pesquisa**

Com a proposta de estudar Rumores e Mulheres na Política e de focalizar mulheres que atuam em altos cargos no aparelho do Estado, concentrou-se a atenção para a estrutura do Estado cabo-verdiano. Mais especificamente, buscou-se as sujeitas da pesquisa entre o Pessoal do Quadro Especial do Governo (PQEG) e entre o Pessoal Dirigente da Administração Pública do Estado (PDAPE). O PQEG congrega Diretoras de Gabinete de Ministros/as, Assessoras de Ministros/as e Secretárias/as dos Membros do Governo, enquanto que PDAPE engloba Diretoras Gerais, Diretoras de Serviços e Presidentes de Instituições Públicas.

Diante desse universo, foram entrevistadas para esta pesquisa vinte oito mulheres. Entre elas, dezenove titulares dos cargos no momento do levantamento das informações ao lado de antigas ocupantes dessas vagas, num total de nove. Em adição às mulheres do grupo alvo, foram selecionados sujeitos secundários, designados aqui de informantes.

Fazem parte desse grupo sete informantes, que possuem relação de amizade ou “camaradagem” com as mulheres entrevistadas, alguns deles também antigos ocupantes de altos cargos nos Governos. A Tabela 2 discrimina os cargos contemplados pela pesquisa em relação à quantidade de mulheres entrevistadas<sup>47</sup>.

**Tabela 2 – Relação de cargos e de entrevistas.**

Cargos	Quantidade
Ministra	8
Diretora de Gabinete	4
Diretora de Serviços	3
Diretora Geral	2
Presidente de Institutos	3
Assessora de Ministro	5
Secretaria de Ministro	3
Total	28

**Fonte:** Elaboração própria.

As entrevistas foram agendadas de acordo com hora, data e local definidos pelas entrevistadas. A maioria delas realizada no período laboral e em gabinetes de trabalho; outras em cafés ou residências. A comunicação foi feita em português e crioulo e se reportou às entrevistadas, seguindo um roteiro de questões elaboradas em sequência e conduzidas em uma ordem lógica para as respostas. Cada uma das entrevistas, com a duração média de uma hora. O conteúdo das entrevistas foi utilizado em consonância com os objetivos do trabalho. Na transcrição das falas levou-se em conta o respeito à fidelidade da informação e, portanto, ao ocorrido durante a entrevista. As transições foram feitas tendo por base a proposta de Marcuschi (1986), ou seja, quando necessário incluiu-se na transcrição ruídos, risos e outras interrupções, à luz do seu significado para a análise. Para isso se usou um conjunto das normas apresentadas pelo autor: a) palavras em maiúscula representam locuções verbalizada com muita ênfase; b) as reticências significam pausa dada nas falas durante as entrevistas; c) palavras entre colchetes representam explicações da pesquisadora; e) as aspas referem-se as gesticulações feitas

<sup>47</sup> Por questões éticas e de sigilo a Tabela 2 não traz informação sobre a distribuição das entrevistadas entre atuais e antigas titulares dos cargos.

durantes as falas; f) o travessão seguido nas de letras maiúsculas quer dizer que a palavra foi pronunciada sílaba por sílaba e em tom forte.

Para a captação das falas foram observados os protocolos da ética da pesquisa em ciências sociais e a privacidade dos sujeitos da pesquisa. Relativamente às entrevistas, houve a preocupação de esclarecer o propósito do trabalho e disponibilizar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme recomenda o Comitê de Ética em Pesquisa. Termo este dispensado pela maioria das entrevistadas. Quanto à gravação das falas, apenas duas pessoas não autorizaram o uso desse procedimento. Assim, a recolha das informações seguiu sem dificuldades. Posteriormente, uma interlocutora retirou o consentimento do uso das suas informações. Em atendimento a ela, o material não foi usado na análise e nem contabilizado nas entrevistas. Sendo o mesmo desconsiderado e informada a respectiva a pessoa.

Um último esclarecimento refere-se ao sigilo das fontes, haja vista a necessidade de proteger o seu anonimato ou qualquer cadeia de informação capaz de identificar as sujeitas da pesquisa. Portanto, por critérios de fidelidade, e para o anonimato ser garantido, as entrevistadas deste trabalho não serão identificadas. As menções serão apresentadas de modo codificado. Assim, quando se trata do sujeito principal (mulheres) apresentar-se-á da seguinte maneira: Entrevistada/M1, Entrevistada/M2, Entrevistada/M3, e assim segue. A mesma codificação é aplicada no caso dos informantes, onde também são mantidos os sigilos. Quando usadas as suas falas, serão identificados como “Informante” seguido das letras A-B-C-D-E-F, por exemplo, “Informante/A”, “Informante/B” etc. Em ambos os casos, seguidos do local e do ano da entrevista, exemplo: Entrevistada/M1, Praia, 2017.

## 6. RUMOR, GÊNERO E POLÍTICA NA CIDADE DA PRAIA

### 6.1. ACESSO A ALTOS CARGOS PÚBLICOS E POLÍTICO PELAS MULHERES PERCEBIDA NOS RUMORES

Em meados de novembro de 2011, durante a discussão do futuro Orçamento Geral do Estado – OGE, de 2012, dois líderes parlamentares trocaram acusações pessoais de forma intensa e acalorada, o que levou a suspensão da sessão pelo presidente da Assembleia Nacional. Os envolvidos eram o chefe do executivo e um deputado do partido da oposição, tendo este último proferido as seguintes declarações ao primeiro:

*O senhor primeiro-ministro não tem moral para falar de ética e de cumprimento de promessas. Aliás, que moral tem um primeiro-ministro que **troca de mulheres como quem troca de camisa** [declarações do deputado do MpD, em 22 de novembro de 2011, grifo nosso]<sup>48</sup>.*

Como habitual, o debate estava sendo transmitido ao vivo pela Televisão de Cabo Verde (TCV) e por pela emissora de Rádio (RCV). O impacto e a repercussão do acontecimento foram grandes a nível nacional, sendo que a notícia chegou a ser veiculada fora do país<sup>49</sup>. Este episódio, enquanto um fato político, suscitou imensas apreciações, comentários e críticas. Na cidade da Praia, rapidamente o episódio tornou-se um dos assuntos mais comentados nas ruas, em paradas de ônibus, nos corredores de faculdades e em lugares públicos, adquirindo diferentes sentidos. Essas manifestações se alargaram para os comentários das notícias *online* e nas diferentes redes sociais.

Como exemplo, citamos a seguir alguns excertos dos comentários do assunto de alguns cidadãos cabo-verdianos na página *online* do Jornal “A Semana<sup>50</sup>”:

*Uma vergonha enorme ter um Primeiro Ministro com muitas esposas, mais grave ainda, é que algumas são ministras. Que lealdade? Onde está o respeito para com os cabo-verdianos (Cidadão CV, nov. 2011)?*

<sup>48</sup> Acessado no dia 11.07.17 <http://www.asemana.publ.cv/?Insultos-na-AN-levam-a-suspensao-da-sessao-parlamentar#ancre comm>

<sup>49</sup> Nomeadamente pela RTP - [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/sessao-parlamentar-suspensa-apos-insultos-da-oposicao-ao-pm-de-cabo-verde\\_n502185](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/sessao-parlamentar-suspensa-apos-insultos-da-oposicao-ao-pm-de-cabo-verde_n502185) - Acessado no dia 07.08.2019

<sup>50</sup> Insultos na AN levam à suspensão da sessão parlamentar- Jornal Á semana - acessado no dia 11.07.17: <http://www.asemana.publ.cv/?Insultos-na-AN-levam-a-suspensao-da-sessao-parlamentar#ancre comm>.

*Quero dizer ao Cidadão CV que não são só ministras. Há também deputadas. Uma é da direção do grupo parlamentar. Aquela, que em tempos, disse que estava apaixonada (Atento, nov. 2011).*

*Nossa comunicação social e pseudo-analistas político têm medo de dizer!!! O nosso Primeiro-ministro passou 2 mandatos solteiro e todos sabem das suas frequentes relações amorosas. Que moral o Primeiro-ministro tem para dar? Um dia alguém tinha de pôr o dedo na ferida. De tanta asneira que se fala no Parlamento, um dia tinha de se falar dessas coisas. É o Parlamento que temos (Cidadão pacato, nov. 2011)!*

Antes desse acontecimento, em março do mesmo ano, ocorreu a investidura do governo da VIII legislatura, constituído por dezoito Ministros – 8 mulheres e 10 homens – e três secretários de Estado. A quantidade de mulheres no governo repercutiu de forma positiva a nível nacional e internacional.

A crescente ascensão de mulheres aos cargos de direção das Administrações Públicas do governo mereceu atenção e ganhou certa visibilidade. Principalmente, no caso dos cargos de Diretoras de Gabinete, predominantemente ocupados por mulheres (SILVA, 2012). A mudança da dinâmica tradicional das relações gênero no cenário público/político gerou a interpretação de uma série de elementos associados à crescente ascensão e visibilidade das mulheres nesse espaço. Como ressaltam Kapefer (1987), Ponchela (2012) e Aluiziz (2001) momentos turbulentos e de mudanças são propícios para o surgimento de rumores, permitindo entender que a sua circulação não esteja longe das mudanças políticas dos últimos anos<sup>51</sup>.

À luz desses acontecimentos, é importante dar especial atenção à circulação de rumores relacionados às mulheres que ocupam altos cargos do Estado. Assim, apresenta-se a seguir os recortes de entrevistas e anotações de diário do campo obtidas com os informantes sobre o assunto<sup>52</sup>. Dessa perspectiva, se leva em conta os modos de ver, dizer e perceber através de rumores, o processo de participação/acessão/ocupação das mulheres nos cargos mencionados. Contudo ressalta-se que não está em jogo neste trabalho

---

<sup>51</sup> Evidentemente, que as circunstâncias da emergência e circulação dos rumores possam ser explicadas por múltiplas razões e, não é da nossa intenção esgotar essas possibilidades. Contudo entendemos que a intensificação da sua circulação não esteja longe do contexto justificado.

<sup>52</sup> Essas conversas ocorrem em diferentes lugares e bairros da Cidade da Praia. Sobretudo, nos Cafés do Plateau e Achada Santo Antônio. Também nos Quiosques e Praia de Quebra Canela; nos gabinetes depois dos expedientes, ou no horário do almoço. Outros ainda foram nas ruas, principalmente na Rua Pedonal de Plateau. Inclui também a parada de ônibus e no ginásio.

corroborar se esses rumores são verdadeiros ou falsos, mas sim atentar para um conjunto de dimensões, de elementos e fatos relacionados ao acesso ao cargo.

Na opinião de um de uma das informantes,

*[...]dizem que a ministra (X) só assumiu o cargo porque o marido dela teve problemas lá dentro com os “grandes” e já não podia mais lá ficar. Mas, o bolo foi repartido com a sua mulher que acabou por ser premiada com a pasta ministerial (X) que antes tinha sido prometido a ele. Mas, dizem que ela não é muito boa e que mal conhece as coisas. Mas... esse é o país que temos. Então, o fato é que é complicado falar sobre cargos de nomeação. Pois, têm muitas coisas no meio (Informante/A, Praia, 2017).*

Tais declarações encontram eco nas palavras de um outro informante, quando assevera que o acesso aos cargos políticos pelas mulheres cumpre requisitos informais,

*Toda essa ladainha de mulheres assumindo cargos, mulheres isso, mulheres aquilo não passa de marketing político. “Sabe-se” [gesticula aspas] que muitas mulheres conseguem cargos porque têm apaixonados lá dentro, brigando por elas. Muitas mulheres assumem determinados cargos, não pelo mérito profissional, mas pelo fato de pertencerem a uma “rede” [gesticula aspas], ou por serem filhas de ex-políticos. Como por exemplo, entraram agora duas meninas – filhas de deputados – para cargo de Assessora (Informante/F, Praia 2017).*

As duas declarações citadas mostram uma certa retração em considerar a competência das assessoras e ministras. As falas sinalizam para elementos informais, cuja implicação está em desqualificar as mulheres que ocupam determinadas funções públicas. Com efeito, veem o capital político e a “rede” como recurso para a chegada das mulheres a altos cargos de governo. Quando perguntamos ao informante/F o significado da rede, ele se referiu aos relacionamentos entre os políticos e as mulheres para que esses sejam atribuídos a elas.

Em atenção à última acepção, é pertinente registrar o encontro tido com outros informantes em um dos Cafés da Cidade da Praia. Durante a conversa, ele perguntou se estamos cientes de um “zum, zum<sup>53</sup>” que havia ocorrido durante o final de semana em relação a uma Assessora do Ministro (X). Continuando, disse,

*Escutei por aí que o gajo [referindo ao um alto político], anda com a fulana desde quando ela estava na Câmara. Dizem, que foi ele quem a levou para o Ministério (X). Mas eu não conheço ela pessoalmente.*

---

<sup>53</sup> Expressão designando o rumor.

*Quero dizer que não sei nada sobre ela. Contudo, eu não duvido (Informante/E, Praia, 2018)!*

Pelos argumentos do informante, percebe-se que ele não validou diretamente a ocorrência narrada. Porém, se não assegurou a veracidade dos fatos ele também não os refutou, deixando pairar no ar o “*não duvido*”. É justamente a ausência da certeza que faz o rumor se propagar e gerar comentários. Essa observação vem ao encontro do comentário de Fine (1992), quando enfatiza que o rumor mexe com a própria “estrutura da credibilidade”, ou seja, com a posição da crença. Nesse tom, ele produz efeito de verdade, sobretudo a partir de palavras não asseveradas como ressalta Orlandi (2001). Com efeito, a ambiguidade gerada na busca desse esclarecimento acaba por ampliar e propagar o rumor. Torna imprescindível enfatizar uma vez mais que não entra em análise a validação desses rumores. O rumor se valida não porque a pessoa diz que sabe que é verdade, mas pelo fato de a pessoa contar de novo. Dessa forma, o rumor se constitui como um fato social que pesa na vida das pessoas e que vai para além de ser verdadeiro ou falso.

O peso das informações citadas sustenta-se no impessoal – “sabe-se”, “dizem que”, “escutei por aí”, sem conceder as afirmações a um autor concreto. Tem-se, então, relatos não confirmados sobre um suposto acontecimento, que circulam de boca em boca ou na mídia, nutrindo o anonimato (KAPEFERER 1987; BRUNVAND, 1981; ALAUZIS, 2002). Na tentativa de explorar esse universo, perguntamos ao informante citado por que ele não dúvida das informações que acabara de relatar. Ele elucidou que:

*Se anda a circular rumores sobre... é porque é verdade! Além disso, alguém próximo a mim havia-me mencionado este episódio. Ele sabe de tudo! Conhece todos e todas! Se ele te disser A, é porque é A. Pois ele anda junto com esses senhores. Ele conhece tudo e sabe como as coisas funcionam. Eu não duvido de nada mesmo! Ele já nos contou muitas coisas que de fato eram verdades (Informante/E, Praia, 2018).*

Como discutido por Difonzo (2009), o rumor convence precisamente porque chega até nós por meio de pessoas dignas da nossa confiança e que consideramos bem informadas. Alguns inclusive alegam fonte autorizada, como é o caso do informante/E que diligenciou o contato da referida pessoa para averiguar as suas declarações. Como lembra Citelli (2002, p.14), persuadir não é apenas sinónimo de enganar, mas também o resultado de certa organização do discurso que se constitui verdadeiro para o receptor.

Encontramos o informante categorizado de “fonte credível” e conversamos sobre o assunto em um dos bairros da Cidade da Praia. Perguntamos a ele como obteve essas



informações, e como soube de outras informações que narrou ao longo da conversa. Assim nos explicou,

*[...] sobre o que me perguntas de fato é verdade! Todo mundo sabia, pois deu escândalo grande. O gajo [referindo ao um alto político] andava com ela “às escondidas”. Tanto que ela é a única que ele trouxe da Câmara para o Ministério. Agora já não estão mais juntos, mas ela subiu de cargo. Já não é secretária, passou a ser assessora. Entendestes? Todos sabem, inclusive a mulher do senhor. (Informante/D, Praia, 2018).*

A respeito disso, vale ressaltar que já havíamos conversado com a mulher citada por ele. Entrementes, ela não partilha do entendimento do referido informante sobre as condições do seu *acesso ao cargo que ocupa*. Assim nos conta a entrevistada:

*Só para ter uma ideia... quando eu vim, porque nós somos de quadro privativo. Quando você chega com um outro partido, com uma outra cor partidária no poder, as pessoas da casa [governo] começam a te olhar torto e com desconfiança: “Ah, é mulher e é novinha... está aqui porque deitou com homem” normalmente é assim que dizem! Só para fazer parêntesis, quando eu fui para câmara algumas pessoas andavam a dizer: “ ah ela só está na Câmara porque está a deitar-se como o fulano “ ela só chegou ali porquê... [superior hierárquico] ”. E foi assim, eu ouvi sempre isso. Mas, as pessoas que conviviam comigo profissionalmente viam que não, que não tinha nada a ver [...]. Quando eu trabalhava com o [superior hierárquico] nós viajávamos, antes da pré-campanha. Viajamos apenas nós dois. Então, eu sentia-me até desconfortável porque eram tantos rumores que eu já me sentia desconfortável [abaixa a voz<sup>54</sup>]. Mas, é o meu trabalho. E ele é uma pessoa muito respeitador. Não é de abuso, nem de abordem e nem de nada. Não dá confiança para os seus colaboradores, nem de intimidade e nem nada. Mas, as pessoas que veem de fora, nem sabem e já começam a julgar [...]. Eu sou profissional, e não dou confiança no ambiente de trabalho precisamente para evitar, e as pessoas confundem. Então, hoje é a minha situação (Entrevistada/M12, Praia, 2018).*

Ao ser confrontado com a afirmação da referida mulher, aquele informante cortou de forma imediata a nossa fala, e interrogou em um tom imperativo:

*“E ACREDITASTES [pausou olhando fixamente nos meus olhos]? Acha que é verdade [silêncio prolongado]? Ela nunca vai te dizer que*

---

<sup>54</sup> Foi difícil esta conversa, a ênfase dada na voz é porque no momento dessa fala a entrevista mostrou-se entristecida tendo posteriormente comentado em “off” que esses rumores afetaram não só o relacionamento no ambiente do trabalho mais a também atingiu a nível familiar.

*só manteve no cargo porque é a ‘menininha bonita’ do senhor (Informante/D, Praia, 2018) ” !*

A tematização da veracidade dos fatos é recorrente. Inclusive, entre os próprios informantes a intermediação das conversas se dava por confrontação. Ser aceito como fonte confiável e fidedigna é crucial no processo de aceitação e disseminação de rumores (DIFONZO; BORDIA, 2007). No caso do informante, bastou citar que existia uma outra versão dos fatos, diferente da apresentada por ele, para que de imediato este questionasse a veracidade da outra versão.

No entanto, a entonação com a qual me questionou, defendendo a credibilidade dos argumentos referidos, trouxe à tona a existência recorrente de práticas do patriarcado. Práticas que respondem pela discriminação e pela subordinação das mulheres. Nesse sentido, o informante adverte que os bastidores da política não costumam ser relatados pelas mulheres:

*[...] nenhuma delas vão te confessar isso! Pois, aqui todo mundo conhece todo mundo, nada fica escondido. Todos sabem, mas, ninguém comenta. É um tipo de informação que não chega ao público maior. Não chega, de preferência, com esses detalhes. Mas, cá entre nós, todos nós sabemos... eu sei disso porque eu conheço as coisas. Eu conheço todo esse esquema e eu sei como as coisas funcionam porque eu estou dentro desse esquema. E digo mais, não pensas que é somente as “meninas” que estão começando como secretárias ou assessoras, não! Muitas delas já têm cargos de prestígio, mas são ambiciosas e querem mais. Já se aproximaram de mim sabendo que eu posso pô-las em contato com o fulano que tem poder lá dentro (Informante/D, Praia, 2018).*

Destacam-se dois elementos dessa fala: o primeiro é o da existência de um esquema para ter acesso aos cargos e o segundo, é o da existência de um intermediador entre os políticos e as mulheres. Segundo o informante, as mulheres participam desse jogo. Reforçando essa ideia, afirma que essa ambição é partilhada mesmo por aquelas quem ocupam cargos de prestígio. Paradoxalmente, na mesma linha, uma mulher ressalta o seguinte:

*A Presidente do instituto (X), dizem que, tinha um caso com [fulano]. Foi ele quem a nomeou. A outra que administrava o mesmo instituto também andava com ele. Para além dessas se diz também que, com àquela ministra foi a mesma coisa. A pobre pensou que ia mesmo casar com ele [risos]. O facto é que algumas delas tinham relação com ele. Isso era ás claras e todo mundo sabia. Sem contar das sucessivas*

*“relações ” com as assessoras e diretoras. Tanto que casou com uma delas e logo separou porque era demais (Informante/C, Praia 2017).*

A regularidade com que os rumores unem a ocupação de funções públicas e políticas a elementos informais, evidenciam, conforme os relatos até aqui apresentadas, que eles não englobam a competência técnica. Isto é, em nenhum momento, as falas realçaram a ligação entre a competência técnica da mulher e o seu acesso a cargos de poder e decisão. Percebe-se na construção da imagem política das mulheres a triangulação que estabelece mulheres – esquema – poder. Como assevera um dos informantes com muita propriedade:

*Então, eu acho que é gente [mulheres] que quer estar juntamente com quem tenha o poder. Eu já tive experiência de pessoas [mulheres] que aproximaram... percebe-se claramente que tinham algum interesse no relacionamento mais forte. Só depois eu vi que não era bem um relacionamento comigo, que se tratava de um relacionamento com “gente que tem poder” [o esquema]. Porque depois eu vi a aproximação dessa pessoa ao novo Primeiro Ministro, em relação ao Presidente da República, estás a ver (Informante/G, Praia 2018)?*

A imagem passada é a de que essas mulheres recorrem ao esquema de forma voluntária com o propósito de ocupar o poder. Como verbaliza o informante/D: elas “*são ambiciosas e querem mais*”. Entretanto, tal percepção é desmistificada quando rumores dessa natureza são cotejados no masculino,

*[...] todos estes políticos “grandes” têm as suas espécies de esquemas! Eles têm “as suas pessoas” que recrutam pessoas do mercado sexual para eles neste sentido. Todos eles! Está prática é antiga em Cabo Verde. Não é uma prática que começou com a democracia. Existe desde a independência, e também existiu no período colonial. Nesses períodos, existiam pessoas [intermediários] que recrutavam... existem várias histórias, mais escabrosas do que possas imaginar, de homens que estavam na Administração... [pausa na conversa]. É interessante ver aqui no Plateau, quantos deles tinham mulheres em outras zonas... arranjavam trabalho para essas mulheres e os seus filhos.... O corpo era troca disso, na verdade, para sustentar a casa. Embora sendo uma prática antiga, agora apresenta uma forma mais sofisticada. Hoje, está mais exposta a visibilidade de controle (Informante/E, Praia, 2018).*

A argumentação exposta nos situa num contexto de práticas políticas que historicamente tem subordinado as mulheres. Isso fica evidente não somente no relato acima, mas também na fala dessa outra informante:

*Isso não é um fenômeno novo. Os combatentes que vinham, ficavam com as mulheres mais lindas. Na época dos combatentes, as meninas arranjavam como esses combatentes da terra que voltavam a pátria. Saíam com as “meninas” e depois juntavam-se no parlamento. Na campanha, quando fazia a cobertura, eu ouvia: “hoje, tenho que dar um toque”! Depois, contavam que conseguiram “pegar” a fulana. Há muitos casais que se formam depois da campanha eleitorais. É um momento de muita festa, muita bebida.... É muita coisa! Marx trabalhou todas as classes, mas esqueceu as classes das “menininhas bonitas” [risos] (Informante/C, Praia 2017).*

Diante do exposto, é possível argumentar que se as mulheres não usufruem por conta das trocas sexuais no seio da elite dirigente do país, ainda assim não significa que os homens não estejam usufruindo de vantagens proporcionadas por esse regime de rumores. Embora este raciocínio não seja focalizado e ressaltado nos rumores por parte dos homens, pode-se inferir que a sua aderência está relacionada com os seus proveitos, quais sejam, de fazer correr rumores que desqualificam essas mulheres. Por isso, é imprescindível levar em conta as condições e as circunstâncias em que se encontram esses homens e mulheres, não só para questionar a ideia desse “proveito”, mas também para entender o impacto dessa relação assimétrica na capacidade de autonomia dos atores políticos. Portanto, esse pseudo-esquema acentua a subordinação feminina na medida em que homens e mulheres estão posicionados em extremidades desiguais na hierarquia social, onde eles ocupam posições de poder e elas posições subordinadas. É preciso sublinhar ainda que essa relação configura o poder essencialmente no masculino e nas suas várias interfaces impõe desigualdades e violências às mulheres. Sendo assim, a conformação da imagem política das mulheres revela práticas de poder cuja leitura é tributária, também, da circulação dos rumores.

## 6.2. OS BASTIDORES DA POLÍTICA NO DISCURSO DO RUMOR

O discurso consiste na medição entre o homem e a realidade social. Os sentidos produzidos por ele não são isolados, se constroem através de história e se fixam na memória da sociedade. Por conta disso, atribui-se ao rumor, enquanto locução discursiva, o poder de dar sentido ao real. A partir desse marco, interessa fazer uma leitura dos rumores em circulação na sociedade cabo-verdiana, priorizando a percepção das mulheres. Isso exige relacionar as dinâmicas dos bastidores da política (invisíveis) às práticas de subordinação feminina.

### 6.2.1. A dupla via: esquemas e redes como prática política

Por esse ângulo, retomam-se as conversas de três informantes (D/E/C) com o intuito de discorrer sobre o funcionamento do esquema político que envolve o acesso das mulheres aos espaços de poder e decisão. Esquema no qual a figura masculina é destacada. Nas palavras de um dos informantes:

*O ambiente de recrutamento é masculino. Agora, entre os intermediadores de recrutamento pode haver mulheres. Mas, ele [político] não vai saber. Provavelmente, têm “pikenas<sup>55</sup>” que fazem interfaces com o intermediador e nunca com aquele [político]. O consumidor chefe [político] não sabe quem faz parte dessas interfaces e nem conhece toda essa cadeia. Ele conhece o produto final que chega desta cadeia [pikena]. Agora, depois de consumir o produto que chega até ele - que é aquela menina mais linda do bairro / sub 20, sub 21 - aí, tem relações afetivas que se constroem entre eles com base nos momentos vividos (Informante/E, Praia, 2018).*

A partir dessa explicação é possível sublinhar que o esquema retratado traz à tona um campo de negociações onde o corpo feminino é disponibilizado para o consumo (PATEMAN, 1993). Com efeito, a dominação, reproduzida por meio da sexualidade, exprime os estereótipos incutidos na própria construção do masculino e do feminino (AMÂNCIO, 1994). Outro aspecto a considerar do relato acima é o uso dos termos sub 20 e sub 21. Esses termos, na explicação do informante, configuram as idades limite para ter relações íntimas/afetivas com alguma mulher.

*[...] tem idade mínima, porque [os políticos] não podem se envolver com menores. Por exemplo, não podem estar com menores de 16 ou de 18 anos e também não podem usar dinheiro porque é crime em Cabo Verde. A lei faz um conjunto de restrições. Então, existem “sub” e “subs”. Têm que ser sub 20 e sub tal e, as categorias mais baixas não entram... eles têm mecanismos de controle e fazem filtragem porque aquela pessoa [o político] não pode estar exposta diretamente. Agora, depois do envolvimento pode ser que se estabeleça uma relação afetivas com essa pessoa [pikena]. Ai, se constitui uma relação amorosa e muitas vezes tornando-se em um casal. E, então, passa a ajuda aquela pessoa [mulher] a montar outras redes ou a ter trabalho, ou ainda ajuda a sua família e tal. Mas, ele [político] nunca fica exposto diretamente porque essa coisa é feita por um mecanismo de*

---

<sup>55</sup> Expressão em crioulo que literalmente significa namorada. Contudo, tem várias conotações dependendo do contexto em que é utilizada. Neste caso, a expressão se refere às mulheres jovens, meninas.

*invisibilização para não deixar nenhum rastro. (Informante/E, Praia, 2018).*

Diante desses esclarecimentos, faz sentido lembrar as avaliações de Costa (2001, p.12) quando afirma que “ o discurso politicamente correto, geralmente defensor [...] obedece sobretudo a lógicas patriarcais obtusas [...] e enfermam a quotidiana “objetivação” das mulheres para fins vários (sociais, políticos, sexuais, emancipatórios etc.). Portanto, estamos diante de uma estrutura que impõe significativas barreiras às mulheres. Barreiras ancoradas em padrões de conduta patriarcal que subordinam e impõem condicionantes para o contato delas com as instâncias do mais alto poder.

Quando o Informante/D afirma: “*sei como as coisas funcionam porque eu estou dentro desse esquema*”, podemos vislumbrar novamente o peso das relações afetivas no contexto político cabo-verdiano. Isso tem eco no relato do informante/E, como segue:

*Todos os Primeiros Ministros em Cabo Verde tiveram estes tipos de relações. Todos eles praticamente tiveram. E têm aquelas pessoas que vivem deste tipo de capital porque aquele intermediador [que consegue pikenas para os políticos] tem um capital social fácil e forte. Então, ele também se beneficia desta rede, conseguindo trabalho para o seu filho como secretario disso e de aquilo (Informante/E, Praia, 2018).*

Esse relato serve para qualificar as avaliações de Auyero (2012) quando aciona a noção de clientelismo para explicar o uso privado dos bens públicos. Os recursos políticos, cuja expectativa é a de que sejam distribuídos equitativamente, na verdade servem para a promoção pessoal. O caso dos celulares, relatado na sequência, além de mostrar uma das formas de articulação do esquema da “troca sexual”, evidencia a estratégia usada para escamotear esse esquema. Na versão de um informante, certo dirigente político chegou a ter cinco celulares para marcar encontros amorosos.

*Dois destes celulares ficavam ao encargo de uma outra pessoa. Funcionava assim: Quando as “pikenas” telefonavam, as chamadas não iam diretamente para o celular desse dirigente, mas para aquele celular que estava com a outra pessoa encarregada de atender. O celular é do gajo dirigente, mas, para esses assuntos é uma outra pessoa que atende, nunca é ele quem atente. Aquela pessoa [intermediário] o coloca no mercado, e ele [dirigente] passa a consumir esse mercado. As grandes “pikenas” de todos os bairros ele pegava (Informante/F, Praia, 2018).*

Outro aspecto a considerar diz respeito à maneira como os recursos políticos são distribuídos entre a população. Pela fala de um dos informantes da pesquisa esses

recursos não atendem todas as pessoas. Enquanto algumas delas são beneficiadas com moradia e escola, por exemplo, outras buscam vias diferentes de ascensão, entre elas, a da política.

*Na política, existem recursos a redistribuir. Existem pessoas que têm [estes recursos] e oferecem uma casa, ajuda a pessoa a pagar a faculdade ou a escola dos filhos dessa pessoa. É uma prática política e isto é uma das dimensões. [...] é na política também que as pessoas mais pobres ascendem atualmente. Outras vias de ascensão social, diferentes da via política, são cada vez mais estreitas para as pessoas mais pobres. Então, aquele viés de ascensão via “tenho escola e tenho trabalho” é cada vez mais estreito. Então, a política torna-se no meio mais democrática em que aparentemente, é o capital político que está em jogo. (Informante/E, Praia, 2018).*

Voltando à questão das mulheres, deve-se atentar para o fato destas integrarem um dos segmentos menos beneficiados na distribuição de recursos políticos. Com isso, elas também estão entre as pessoas que tem a política como via de ascensão social. Ocorre que é justo nessa via onde as mulheres ficam afeitas a diferentes tipos de violência, entre ela ao assédio sexual. Situação exacerbada quando está em questão o seu acesso e permanência em espaços de poder. Nesse sentido,

*[...] quando a mulher entra no campo político, ela pode até não esperar, mas, pode haver um capital sexual que está ali como “ativo” para servir de troca. Portanto, como é a via política que as pessoas mais pobres têm a maior probabilidade de ascender, dado que, por outras vias, como por exemplo o diploma... a pessoa pode até ter diploma, mas o diploma é de Cabo Verde [risos]. Portanto, há um conjunto de estigma social que acompanha essa pessoa: se é de tal zona, de zona mais pobre, se é do interior etc. Então, as suas chances de jogar nesse ambiente são muito mais estritas. Ainda que o capital político lhe forneça um “ativo” para entrar neste espaço, é preciso adicionar outros tipos de capitais para que possa ascender! (Informante/E, Praia, 2018).*

Como elucidado no depoimento acima, existem interesses de ambos os lados. Logo, se está tratando de um jogo entre quem quer consumir o produto - o uso do corpo - e a pessoa que o oferece como estratégia de sobrevivência. Portanto, o jogo é constante e reproduz mecanismos de desigualdade. Sendo assim, para alguns:

*[...] que possuem o capital político mais do que o capital social consegue jogar este jogo sem mobilizar outros capitais. Enquanto que, outros precisam adicionar e ceder uma dimensão do seu capital sexual. Oferecem o corpo como um recurso à mais, isto é, espécie de um ativo*

*para que possa competir com outros naquele espaço de concorrência desigual. (Informante/E, Praia, 2018).*

A proposta teórica de Bourdieu (1989) sobre a configuração do espaço social e as posições relativas que os agentes nele ocupam é sugestiva para compreender o lugar que essas mulheres ocupam na esfera pública/política, enquanto espaço assimétrico de poder. A definição da posição da mulher (dominante ou dominado) nesse jogo/troca depende de uma certa espécie de capital conforme elucidada o mesmo informante.

*Há uma lógica de reciprocidade, eu te dou algo e espero algo em troca da tua parte. Essas trocas são muito subliminares, às vezes, para determinados grupos. Por exemplo, pessoas que foram colocadas em cargos como secretárias, para as secretárias que têm maridos o processo é mais cauteloso em respeito aos seus maridos. Nesse caso, espera-se um outro tipo de troca que venha, por exemplo, dos seus maridos. Tipo “eu ajudei a mulher dele, agora eu espero... uma contribuição da parte dele [ marido]”, isto é um outro tipo de favor. Espera-se que se um dia vier a precisar de algo, poderá contar com a ajuda daquele marido. Então, é um tipo de rede de troca [...]. (Informante/E, Praia, 2018).*

A reciprocidade a que se refere esse informante conforma uma rede de troca que estimula a ajuda entre as pessoas e o apoio mútuo. Outros tipos de troca, no entanto, podem gerar resultados nefastos.

*Existem dimensões em que as trocas são profundamente desiguais e, muitas das vezes, nem é troca é praticamente um favor. Então, “ te faço o favor de conceder-te um cargo e espero que tu me dês...[pausa longa] a probabilidade de uso do teu corpo. Então, é aí que, se recusas e não me concedes, tem sanção”! [...] para outras questões as sanções são de outra natureza, por exemplo, posso ficar ofendido com o teu marido por não me retribuir a ajuda quando eu necessitava [...], mas, para outros casos pode ser o desencadeamento de rumor para macular a imagem da pessoa (Informante/E, Praia, 2018).*

A situação de subordinação que discrimina e explora as mulheres aparece nos relatos de modo sutil. Entrementes, a leitura das falas feita nas entrelinhas exprime os óbices envolvidos na constituição da masculinidade cabo-verdiana.

Em um espaço de relações de força em que a masculinidade em ascensão social tende a assumir o *ethos* do senhor de escravos, e em que, portanto, ter um grande número de mulheres [...] é sinal de status e realização da *virtu* masculina, o esteio de territorialização das parentelas é ónus feminino. Sendo assim, as mulheres têm o desafio de, em múltiplas estratégias de reversão, solapar simultaneamente o colonialismo e o patriarcalismo, ambos incorporados por aquele que deveria ser (ou poderia ter sido) seu companheiro de confrontos e não o adversário (ANJOS, 2011, p. 59).



Um possível debate em torno dessa questão seria o de explorar os mecanismos e as negociações usadas pelas mulheres no jogo sexual e, ao mesmo tempo, contestar a ideia de que esse jogo é usado historicamente pelas mulheres como estratégia de melhoria de vida como sustentado por alguns autores à exemplo de Silva (2001). Para este autor, o uso do capital sexual - “sexualidade e afetividade” - é uma prática antiga. Segundo ele, “não foram raros os casos das escravas que se amancebavam com os seus próprios senhores, obtendo posições materiais e simbólicas importantes no seio da fazenda” (SILVA, 2001 p. 327). Embora o autor saiba que pode ser questionado por suas posições, ele reitera o seguinte,

*[...] os laços afetivos são manipulados pelas estratégias de ascensão social subtilmente delineadas pelas mulheres. Ao dizermos isso, apartamo-nos, implicitamente, da ideia tradicional, que não vê nestas mulheres mais do que manifestações de domínio sexual do homem sobre a mulher, do escravocrata sobre a escrava, do branco sobre a negra, do sujeito sobre o objeto (SILVA, 2001, p.328).*

Portanto, é necessário ver essas conclusões em um contexto maior de assimetrias. Trata-se de uma realidade onde a mulher é duplamente dominada e marginalizada pela conjuntura colonial (colonialismo) e pelo de gênero (patriarcado). Dito de outro modo, tal modelo expõe o próprio processo de silenciamento das mulheres na História de Cabo Verde pela hegemonia discursiva masculina. Tendo isso em vista, é possível contestar as assimetrias de poder e dar voz às mulheres para que elas se posicionem em um espaço discursivo essencialmente masculino. Nesse tom, o presente trabalho se empenha em disponibilizar um espaço de enunciação às mulheres, com o propósito desconstruir narrativas dos discursos do rumor.

### **6.2.2. “Meu mérito era na cama e não no trabalho”: Ressonância de sentidos**

Na discussão sobre a circulação de rumores e a construção da imagem das mulheres nos processos de ocupação/ascensão de altos cargos de poder, se destaca a percepção das mulheres. Vejamos, na opinião de uma das entrevistadas, a ocupação de cargos políticos pelas mulheres traduz uma imagem construída em oposição a dos homens na política.

*[...] a ideia já é pré-concebida! Dizem que a mulher só chegou lá [determinado cargo] porque deitou-se com o fulano ou porque teve conhecimento [capital relacional] ou então porque teve padrinho. É sempre assim que dizem e nunca pautam pela competência da mulher!*

*Eu já estive em uma roda de conversa e escutei algo assim: “a fulana é bonitinha e jeitosinha...” só para veres, fazem esses tipos de comentários primeiro e só depois é que avaliam a capacidade técnica da pessoa [mulher]. Mas, quando se refere aos homens isso não acontece! Ao homem dizem que ele desempenha o cargo bem e se por ventura, esteja ascende a um alto cargo dizem que é competente e que mereceu. Mas, com mulher não é assim! Saem, logo avaliando os atributos físicos dela, tipo se ela é “boa” [referindo ao traseiro avantajado] se veste bem e tal, é sempre assim (Entrevistada M/16, Praia 2018).*

Conforme a fala da entrevistada, as mulheres são destacadas por atributos sexistas e não pela competência, como se verifica no caso dos homens. Como antes apontado o reconhecimento das suas competências é na cama,

*[...] numa altura, eu achava estranho que ninguém se metia comigo dos homens que lá trabalhavam. Num belo dia um colega chega até mim e diz-me: “sabes por que é que ninguém aqui te paquera ou mete contigo porque todos sabem que es a ‘pikena’ do Dr.(X)”. E eu estupefato: C-O-M-O? Contestou ele: “não precisas negar! Todos nós sabemos que tens um caso com ele na altura que era o presidente”. Eu estava lá por indicação do próprio presidente que viu potencial em mim e sabia da minha competência para estar naquele lugar! Mas [aos olhos dos meus colegas homens], o meu mérito era na cama e não no trabalho. Quer dizer, a minha competência é na cama[expressões de revolta]! São várias as situações que já passei que, portanto, hoje, não sofro deste mal. (Entrevistada M/16, Praia, 2018).*

A entrevistada realça as tentativas de a sua capacidade técnica ser desqualificada pelos seus colegas. Ao mesmo tempo e em tom de ironia ela esclarece que ninguém se atreve a importuna-la com paqueras. Em decorrência, ela mesma impõe o reconhecimento da sua competência no espaço público. Ainda assim, no caso das mulheres é uma questão primordial ter que mostrar dupla ou tripla competência em espaços dominados por homens (PRÁ, 2016). Espaços nos quais elas estereotipadas ou vistas como *outsiders*. Estes aspectos são lembrados por outra entrevistada, como segue:

*Não encaram esses cargos como competência quando são as mulheres a desempenhar estas funções, o que não ocorre quando as mesmas funções são desempenhadas pelos homens. No caso das mulheres acho que há sempre umas “entrelinhas”, umas “coisinhas” e uns “burburinhos”. Eu pessoalmente, pelo menos a mim, eles nunca me fizeram... e eu nunca o senti. Mas por exemplo, na legislação anterior, era piada recorrente e dizia-se.... [...]. Quando vim para Cabo Verde conhecia bem o diretor de gabinete e o Primeiro Ministro. Mas, no entanto, as pessoas me diziam: “Oh! Fulana, nem penses em ser uma*

*assessora”. Então, há sempre essa associação de que as assessoras dos Ministros são “amigos”, há sempre essa ligação. (Entrevistada/M/13, Praia 2017).*

A entrevistada M/13 corrobora o argumento supracitado,

*O que eu consigo perceber é que há sempre [silêncio], não diria desconfiança, mas, eu acho que as mulheres não são aceitas da mesma forma que os homens. Acho que elas têm de provar muito mais. Existem sempre dúvidas sobre a forma como lá chegaram. Se bem que, as dúvidas também podem ser levantadas quanto aos homens. Mas, as dúvidas relacionadas aos homens podem ser por compadrio ou por conhecimentos, enquanto que as relacionadas às mulheres têm a ver com as suas competências, como se ser mulher e ser competente fossem coisas antagônicas (Entrevistada/M13, Praia 2018)!*

As falas elencadas referem-se à forma diferenciada e desigual de avaliar e perceber as mulheres em comparação com os homens. Essa desigualdade é referenciada em estudo que põe acento na questão dos estereótipos de gênero a fim de realçar os mecanismos que contribuem para acentuar a discriminação contra as mulheres (AMÂNCIO, 1983; FACIO, 1999). Isso significa dizer que há rótulos e estigmas atribuídos a elas e que não são conferidos aos homens. Também fazem parte dessa compreensão algumas nuances.

*Há uma diferenciação. As Ministras, por exemplo, acho que de certa forma, elas representam um certo orgulho para outras mulheres. Imagina, uma mulher Ministra! Acho que acaba por refletir o orgulho, inspiração em outras mulheres. O mesmo, eu penso que, não acontece com as assessoras e com as secretárias porque ainda temos uma sociedade muito machista e muito preconceituosa (Entrevistada/M28, Praia 2018).*

Na mesma linha, segue a fala de outra entrevistada.

*Acredito que as assessoras e, principalmente, as secretárias, quando trabalham com um membro de Governo – homem, acabam, às vezes, por sofrer algum rótulo ou alguma coisa assim: “por que ela é a secretária? ”; “é a secretária de tal...e é muito mais do que isso”. (Entrevistada/M5, Praia 2018).*

As duas entrevistadas sugerem que há nuances na compreensão de como são vistas aquelas que ocupam cargos de nomeação. Asseguram que as Ministras não são percebidas da mesma forma que as Assessoras e Secretárias. Segundo elas, enquanto a primeira função é vista com orgulho, as duas últimas ainda carecem de valorização. Tendo em vista a internalização desse tipo de ideia, uma das entrevistadas presta o seguinte depoimento:

*Quando comecei a trabalhar houve a remodelação no espaço do gabinete que eu iria ocupar. Em função disso, não havia a mesa de escritório e entre outras comodidades da sala. Certo dia, chamam-me à portaria para receber o pessoal da empresa responsável pela entrega da mesa de escritório. Recebi-os na portaria e direcionei-os à minha sala. Eu vinha à frente conduzindo eles até o meu gabinete. Chegando nas escadas subi rapidamente e fiquei aguardando um pouco adiante aguardando-os no final da escada, de modo a deixá-los mais à vontade porque a mesa era pesada. Pensando eles que eu os tinha deixado sozinhos, eis que escuto um deles a perguntar o seguinte: “sabes onde temos que colocar a mesa? E o outro responde: vai ser na sala da futura “pikena” do presidente”. Ai, desci alguns degraus e repreendi-os severamente. Quando eles me avistaram se assustaram. É só para veres o quanto esta ideia já está internalizada em toda a sociedade. (Entrevista/M7, Praia, 2018).*

A falta de reconhecimento mencionada pela depoente não restringe apenas ao nível de abstração da sociedade, ela faz parte do próprio contexto de trabalho. Outra entrevistada elucida o seguinte:

*Eu tenho um colega que trabalha quase no mesmo nível que eu em termos de responsabilidade, mas, as horas que eu estou disponível a empregar, ele não está. Por exemplo, ontem nós fomos para assembleia e estávamos a discutir o Orçamento do Estado na generalidade. Eu sabia que tinha de publicar aquele texto. Sai do parlamento e tinha feito uma entrevista ao Sr. Ministro... Fui buscar os meus filhos na casa da minha mãe e levei-os para a minha casa. Só depois de organizar as crianças, já passava das 8h ou quase 9h, sentei-me e comecei a trabalhar o texto. Então, são horas e horas que eu estou disposta a sacrificar para que haja algum reconhecimento. Se eu não fizer isso, não haverá reconhecimento! E eu estou a trabalhar para ter o reconhecimento (Entrevistada/M/12, Praia 2018).*

Dessa perspectiva, um dos informantes da pesquisa faz o seguinte comentário:

*Se for um homem a chegar ali, o seu capital é independente. Aí é o seu esforço. Mas, a mulher além do seu esforço, ela tem de provar que não é o outro esforço - sexual - que a fez chegar ali. Tem que fazer uma prova porque a prática social que existe é isso. Tem sempre desconfiança se a pessoa chega... questionam como chegou, dependendo de seguimento. Se encontras pessoas de meio mais pobre em lugares muito altos as pessoas sempre têm uma desconfiança. Esta pessoa pode ser extremamente competente de ponto de vista profissional, mas, tem um rumor de pessoa possa ter chegado por outras vias que não seja pela sua formação ou a sua afirmação técnica (informante/E, Praia, 2018).*

A propósito dessa concepção, uma das entrevistadas faz um relato detalhado sobre a experiência negativa que vivenciou por conta da sua nomeação para ocupar um posto hierárquico superior:

*Eu estava no trabalho e de repente recebo uma chamada onde a pessoa me confidenciou que uma colega minha estava a comentar, em alto e bom som, que “do nada fui nomeada a um posto hierárquico superior” [fala nervosamente]. Essa mesma pessoa percebendo que o comentário não foi acolhido de bom agrado pela parte de outras pessoas que ali estavam presentes, retorquiu - tentando contornar a situação - dizendo: “Ah, a nomeação dela saiu no Boletim Oficial e eu vi (Entrevistada M/2, Praia, 2017) ”.*

A publicação da nomeação em Boletim Oficial é uma das formas de evidenciar a chegada a uma instância superior. Sob está ótica, nos parece oportuno trazer ao debate as reflexões de um informante, quando diz: “*ela tem que provar que chegou pelas vias técnicas. Então, as pessoas desiguais têm de fazer provas das suas honestidades, porque a expectativa é que chegaram por meio de outras vias*”. Ainda segundo ele:

*Uma prova de que a mulher é “direita” é quando não sabem nada sobre a vida dela. Ninguém tem nada a dizer sobre ela. Ninguém consegue mostrar nada sobre ela. Ninguém tem alguma suposição sobre ela. Ninguém lhe viu sair à noite com alguém. Ninguém a viu num jantar com alguém. Ninguém a viu no carro com alguém. Ninguém lhe viu na festa com alguém. Ninguém lhe viu em nenhuma dessas circunstâncias! Porque aqui [Cavo Verde] se sabe de todos os lugares que frequenta, têm fatos e têm dados empíricos para se sustentar. Outra ainda... uma das provas é não ouvir outras pessoas a falarem dela. Então, assim sucedendo não consegue ter prova sobre a pessoa porque se houver falam-se. Se ninguém fala é porque não há (Informante/B, Praia 2018).*

Para além disso, outro informante faz uma avaliação contundente a respeito do controle exercido sobre as mulheres na sociedade cabo-verdiana, como segue:

*Tem uma antena parabólica! Tipo um radar em que és vigiado para todos os lugares que fores. Tem uma antena ... uma parabólica que APANHA TUDO [aumenta o tom da voz]. Não existe ninguém dentro de casa que não se têm o controle sobre a subjetivada. Controlam, por exemplo, quando as pessoas saem á noite para bares, para dançar, para jantares, para festas e tudo. E se vês uma mulher na festa com alguém e em outros episódios seguidos voltas a vê-la junto com a mesma pessoa que não seja o seu companheiro, é porque ali existem coisas (informante/E, Praia, 2018).*

Esse tipo de controle é também uma forma de disputa, de luta política e de impor determinado sentido sobre as pessoas. Nas palavras de um dos informantes, as pessoas têm que reconhecer, na *linha de Marilene Chaul, a filósofa brasileira* – que “*nem todos podem dizer tudo em qualquer lugar e em qualquer tempo, não é? Portanto, se for mulher tendo em conta os preconceitos existentes, ainda teria que afirmar-se ainda mais*” (Informante/G, Praia 2018). Como se depreende tanto das declarações das entrevistadas como dos informantes, o rumor é um dos instrumentos usados como estratégia no espaço público/político e como mecanismo de disputa por esse mesmo espaço.

### 6.2.3. O rumor como campo de disputa de gênero

Com base no contexto antes aludido, retoma-se a linha das entrevistas enaltece os rumores em relação à ascensão a cargos de nomeação resultam da existência de muitos preconceitos dos homens em relação às mulheres. Na sua opinião:

*Os homens têm dificuldades em agir de peito aberto, digamos assim, sem competição quando a mulher chega com o seu capital humano e com o mesmo tipo conhecimento, maturidade e inteligência. Quando a mulher não vem explorar ou aliar-se a isso [gesticula mostrando o corpo], isto é, a parte mais sensual, tu sentes que os homens têm dificuldades em lidar com esse tipo de mulher. Não é fácil! Eu já vi fabricação... Entretanto, nós sabemos que a mulher é vista como um símbolo sexual... [...] isso cria vícios, cria atitudes comportamentais que já estão enraizadas na sociedade. Estão quase a apodrecer esse país e essa administração [fôlego forte]. É uma realidade intrínseca e não é nada palpável (Entrevistada/M8, Praia, 2017).*

A passagem acima, destaca a dificuldade dos homens em lidar com mulheres competentes. Sobre isso, Freitas (2001) menciona que as mulheres mais bem-sucedidas podem correr o risco de ser difamadas ou mal interpretadas. Como sinaliza a fala anterior, as mulheres estão sujeitas à visão da objetivação.

Na mesma linha, outra entrevistada refere-se aos preconceitos em relação às mulheres e elucida:

*Existem muitas “formas de agir” e nem todas as mulheres agem em conformidade com o que se diz. Mas, existem muitos desvios éticos e comportamentais. Existem muitas figurações, porém as mulheres que lá estão desempenhando cargos, estão por competência e não por deitar com o fulano (Entrevistada, M/17, Praia, 2017).*

Nessa citação pode-se ver claramente a referência feita com relação as atitudes, os comportamentos. As falas registradas não descartam o caráter estratégico do rumor. Contudo chama atenção a necessidade de atender esses rumores face às condições simbólicas e culturais em que se encontram os homens e as mulheres num cenário de competição e disputa em que o rumor circula.

Segundo um dos informantes, esse tipo de rumores tem muito a ver com,

*[...]preconceitos em relação às mulheres que exercem cargos políticos, ou que exercem cargos executivos a nível das empresas ou a nível da Administração Pública. Pois, há uma grande desigualdade na distribuição de poder entre homens e mulheres e precisamente por isso é difícil entender, muitas vezes, que as mulheres ascendam aos cargos políticos ou executivos nas Administração Pública por mérito próprio. Mas, faz parte dos hábitos mentais da sociedade cabo-verdiana que é uma sociedade ainda muito machista, ainda que não seja evidente (Informante/G, Praia, 2018).*

Se identifica o rumor como uma ferramenta, um recurso político que aliado à pequenez do País, cumpre de forma mais perfeita as condições para que seja aproveitado em detrimento de razões diversas, na medida em que, a separação entre espaço privado e o público é delicada.

*Há um espaço de intimidade limitadíssimo! E as pessoas pensam ganhar o espaço político tentando caluniar ou agredir o espaço de intimidade. E isso pode criar efetivamente algum constrangimento. E a mulher tem mais pudor no exercício de determinados cargos políticos por causa dessa invasão abusiva do espaço privada. No dia-a-dia, as pessoas bisbilhotam, fazem até uma arqueologia (informante/G, Praia, 2018).*

O fator geográfico contribui para a circulação de rumores. O facto de ser pequeno o contexto, obriga as pessoas a terem muitas exposições, pois o processo de subjetividade é extremamente controlado em meios pequenos, o que acaba por endossar a funcionalidade do rumor que colocadas no meio pequeno implica violência. Na mesma leitura o mesmo informante aponta,

*Cabo verde é uma sociedade pequena de interconhecimento, onde há um enorme controle sobre as pessoas e então é difícil, muito difícil porque existem muitas intrigas, muitas insinuações ou uma atitude um pouco conspiratória sobre quem exerce poder ou quem está no poder.*

*É preciso sempre ter cautela porque tudo é comentado. A fronteira entre o espaço público e o espaço privado é muito tênue. É preciso, portanto, que quem exerce um cargo público também deve ter consciência que ao ascender a um cargo público o seu espaço de intimidade limita-se consideravelmente (informante/G, Praia, 2018).*

Tais declarações corroboram as comunicações de outra entrevistada, que mostrou receio em assumir o cargo justamente devido aos estigmas e a visão pejorativa provocados pela circulação.

*Eu confesso que quando fui para o gabinete do Primeiro Ministro a única pessoa que eu conhecia era ele. Confesso que por aquilo que eu tinha ouvido anteriormente sobre as assessoras, sobre os compadrios, sobre isso e sobre aquilo... eu pensei muitas vezes antes de aceitar. Garanto-lhe que eu pensei muito, pensei muito mesmo. Levantei mesmo muitas dúvidas em relação a este estigma. Falei com o meu marido a respeito e ele disse-me: “não, isso era com o outro. Este é casado, é diferente, tem postura! (Entrevistada/M13, Praia, 2017).*

Nesse relato, pela justificativa do marido “este é casado, é diferente, tem postura” e os receios da mulher, espelham receios de uma sociedade ainda muito marcada pela desigualdade em que o poder burocrático/administrativo/político pode ser utilizado como um recurso de troca em que se espera uma contrapartida. Vejamos como está entrevistada assevera com muita propriedade esta posição,

*Quando veem uma mulher ou uma jovem, mesmo que seja formada com capacidade e competências, se ele tiver um emprego para esta pessoa, ele tem que primeiro tentar alguma coisa antes disponibilizar aquele emprego para ela. Ele pode até não conseguir, isso vai depender daquela jovem ou daquela mulher, mas ele vai tentar porque todos fazem isso. Então, é algo que eu acho que está incorporado na cultura machista dos homens cabo-verdianos. E as mulheres, muitas vezes, acabam por cair nisso. Aquelas que não caem nisso sofrem algumas consequências. Mas, eu acho que é o que acontece na nossa realidade. É triste, mas acontece (Entrevistada/M28, Praia, 2018)!*

A mesma entrevistada faz um parentese para sublinhar que “existem mulheres que estão disponíveis, que buscam isso mesmo. Estão abertas a esse tipo de oferta, digamos assim, não é? Sabemos que essas coisas acontecem, mas as pessoas, às vezes, fingem que não sabem”. Contudo realça vigorosamente e volta a enfatizar que “existem



também aquelas que não estão disponível e acabam sofrendo as consequências” tais como:

*Ficar sem emprego, ou perder o emprego, ou ainda ter dificuldades em conseguir um emprego. Por exemplo, se a pessoa que já havia assediado uma mulher - que recusou o assédio, for uma pessoa influente, essa pessoa pode influenciar nas próximas oportunidades que possam vir a aparecer para essa mulher. São esses tipos de caso. Ou então, pode inclusive “difamar” essa mulher com mentiras, com falácias, não é? (Entrevistada/M28, Praia 2018).*

Sobre isso, a fala desta entrevistada destaca a sua experiência,

*Houve uma altura com um diretor. Estava ele a desempenhar o cargo de Diretor e estava a assediá-me com mensagens. Isto dentro do contexto do trabalho. E como eu não estava a ceder a forma como ele estava a investir, ele começou a fazer assédio moral. Impôs-me um horário fora de sério. Então, passei horrores! Eu fui queixar a administradora e saí penalizada. Ainda me chamaram de perseguida e de sem moral. [...] inclusive, esta mesma pessoa estava a assediá uma outra colega minha, imagina? É impensável [fala indignada]! Mas pronto...! (Entrevistada/M16, Praia, 2018).*

Esta outra afirma que o assédio é constante,

*Tive confissão de alguém que chegou a certo cargo porque fez o que tinha que fazer. Por mais incrível que parece, na verdade, isto o rumor não mostra. A mulher é assediada constantemente neste contexto [político] e acaba por sofrer consequências caso não aceite esse assédio. Por exemplo, se ela [suspiros], se ela tomar a iniciativa de, por exemplo, dizer que está sendo assediada as pessoas não vão acreditar que realmente está a ser assediada. As pessoas vão dizer que não! Que ela já fez o que tinha que ser feito e agora está a fazer de vítima. Ou então, dizem que foi ela quem provocou ou então alguma coisa do gênero. É algo que acontece no dia-a-dia. Como eu já tinha dito temos uma sociedade machista e os homens já estão formatados a isso! (Entrevistada/M20, Praia, 2018).*

Em uma sociedade, historicamente escravocrata marcada pela violência sexual é preciso ver a questão do assédio nesse contexto em que a violência sexual é constantemente, muitas vezes naturalizada, como prática aceite. Sobre este assunto, registramos esta fala

*“Eu falei com uma pessoa [deputado] que me tinha prometido ajudas para conseguir um emprego e ficou claramente que eu precisava “dar” para “receber” – uma troca! (Entrevistada/M20, Praia, 2018).*

As falas mostram nitidamente como as mulheres são condicionadas no acesso ou contato com o espaço político. Se pode inferir que o esquema revelado nos rumores na verdade trata de um jogo sexual impostas às mulheres. Vale lembrar que os recursos encontram no poder dos homens e aproveitam dessa posição para condicionar as mulheres. Faz sentido o que nos reporta um informante:

*O meu irmão, quando soube que a sua filha, tinha que ter um jantar com o Ministro para trabalhar, ...Ahhhh, ficou furioso. Disse que se estivesse ali brigaria com o Ministro. Acrescentou ainda que iria para o jornal mandar as bocas e denunciar, pois não aceitaria isso”!* (Informante/E, Praia, 2017).

Da mesma forma a entrevista conta o seguinte:

*Eu tenho uma amiga que está sem trabalho. Já teve várias propostas para “jantares”, mas ela nunca aceitou. E lamentou-me que se ela não tivesse marido já teria arrumado o emprego”* (Entrevistada/M20, Praia, 2018).

Apesar de não se falar muito sobre o assédio publicamente, esse tipo de manifestação aparece como desdobramento das relações desiguais do poder, ao qual essas mulheres são condicionadas nos processos de acesso a cargos. Cumpre assinalar que, durante o nosso trabalho de campo não encontramos registros de queixas-crime ou de denúncias de assédio em nenhuma das delegacias da Cidade da Praia. Essas ausências podem sugerir que a questão do assédio não é levada à sério, seja pelas instituições competentes, seja pela crença na ineficácia prática de resolução. Isso acaba por legitimar a continuidade desta prática de subordinação. As declarações demonstram que o corpo da mulher continua sendo um território de domínio dos homens. Contudo vale destacar que é um tema sensível, e que em um meio pequeno pode ter efeito de estigmatização como demonstra a entrevistada/M16. Ainda que o assédio encontra enquadrado dentro da lei da VBG – Violência Baseada no Gênero, este assunto ainda não ganhou visibilidade no país.

Nos termos arrolados, é preciso reconhecer que a posição de vítima das mulheres não pode ser vista como impedimento para que elas rompam com as relações “contratuais” (PATEMAN, 1994) nos contextos em que estão inseridas. Tendo em conta essas observações e corroborando as proposições de Facio, (1999) e Miguel (2017), elaboradas no mesmo sentido, a sua avaliação de que a capacidade de negociação das mulheres não é perdida nem mesmo em situações de vulnerabilidade. No entanto, na

ausência da eficácia das leis essas mulheres seguem enfrentando esses confinamentos como veremos a seguir.

### **Mecanismo de resistências**

Ao contrário do que pareça importa salientar suas táticas quanto a imposição da imagem, situações de assédio ou quaisquer outras insinuações. A primeira entrevistada aponta que lida com essas circunstâncias da seguinte forma,

*Eu acho que a mulher por si só já está acostumada com essa visão. Estávamos a falar há bocado de que o homem não consegue ver a mulher somente como profissional. Eles, às vezes, veem para além disso. Então, eu já estou acostumada a lidar com isso e tento fazer essa triagem de não levar em consideração esses aspectos. Eu não influencio porque eu levo assim com jeito. (Entrevistada M/8, Praia, 2017).*

A outra mostra o jeito diferente em que adotou

*Eu tento sempre agir de forma a não ferir a hierarquia. Mesmo sabendo, por exemplo, que o meu chefe ele não liga pela hierarquia, eu tento sempre cumprir a hierarquia para não correr o risco. Porque se estamos perante outras pessoas que são de fora, posso acabar cometendo falhas de hierarquia por estar acostumada a ter um certo liberalismo com o meu chefe. Então, para evitar esses tipos de situações que possam -“servir de tudo”- eu tento sempre ser formal! Incorporei a hierarquia nos relacionamentos com os meus chefes independentemente de eles serem liberais. Mantenho rigorosamente esta postura como o meu superior hierárquico tanto na nossa relação formal com em eventuais espaços informais. (Entrevista/M20, Praia, 2018).*

Essa entrevistada ressalta a sua aprendizagem nos seguintes termos:

*Sou amiga de todos! Desde a portaria até o Sr. Ministro mantenho muito respeito. Mas, também ninguém se atreve pois, eu já logo me posiciono. O que é que aprendi nesse percurso é que você tem que impor à primeira. Não precisa ser brusca ou estúpida e nem nada relacionado a isso, mas tem que saber impor! Quando você se impõe ninguém brinca consigo! Até mesmo aqui no trabalho ninguém se atreve a vir com gracinhas. (Entrevistada M/15, Praia, 2018).*

De modo semelhante, outra entrevistada destaca-se que:

*Nesta matéria é preciso se afirmar. Quando tu afirmas não metem contigo. Não tem que deixar se acotular. Se o homem diz algo, tu tens*

*que dizer também [ bate as duas mãos, mostrando ]. O segredo é não se calar. Quando tu tens coisas para dizer, aí respeitam-te! (Entrevistada/M1, Praia, 2017).*

Está aponta a sua formação:

*Eu sou jurista e eles não são loucos de se meter comigo. Aliás nem se atrevem e nunca atreveram. Pois, sabem que eu não brinco com isso sobre hipótese algum. Então comigo não se metem, eu não dou confiança. A minha postura é sempre está (Entrevistada M/24, Praia, 2017).*

Munidas de seus próprios escudos de guerra, incumbem uma luta constante na busca de soluções para os seus problemas. Atendendo as condições que estão inseridas, seguem resistindo desenvolvendo estratégias de luta contra o patriarcalismo e contra aqueles que poderiam ser seus aliados nessa luta, mas constituem a própria expressão do patriarca.

## 7. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM POLÍTICA DAS MULHERES

A imagem pode ser entendida como uma representação. Isso quer dizer que ela estabelece um diálogo entre quem a vê com quem veicula a imagem. Esse diálogo é mediado por uma multiplicidade de sentidos. E nesta busca de sentido se revive o passado tornando-o presente por meio relatos vivenciados. Sendo assim, atendendo a discussão assente na circulação de rumores se destaca a percepção das mulheres em relação à construção da imagem feminina nos processos de ocupação/ascensão de altos cargos nas estruturas do Estado,

### 7.1. A VISÃO DAS MULHERES

Cabe extrair a visão das mulheres quanto à ocupação e desempenho dos cargos políticos e discutir o modo como refletem as suas percepções. No que concerne a visão do desempenho das funções as entrevistadas se posicionam de diferentes maneiras.

Na opinião dessa entrevistada,

*[...] não há diferença em exercer um cargo por nomeação. Não faz diferença como chegaste lá... é a forma como você assume aquele cargo, estando disposta a fazer o seu trabalho é que vai mostrar se você merece estar ali ou não. Isto vale seja para assumir um cargo por concurso ou por nomeação, tem que provar! (Entrevistada/M15, Praia, 2018).*

Esta entrevistada aponta,

*A questão não é ser homem ou mulher, a questão é somente a competência das pessoas. Se tu tens toda a condição para trabalhar, tendo a capacidade o seu o desempenho será bom! E a mulher tem mostrado que é capaz de fazer qualquer coisa, independentemente do gênero. Estando capacitada e tendo todas as condições criadas, ela pode até fazer mais. É nisso que eu acredito. Acho que o sexo aqui não define a capacidade da pessoa. (Entrevistada/M2, Praia, 2018).*

Para outra,

*Acho que o sexo aqui não define a capacidade da pessoa, Ok?! O que define é o ambiente do trabalho. Então é a capacidade da pessoa que está em jogo e não o sexo ou gênero (entrevistada/M18, Praia, 2018).*

Os relatos acima demonstram que os desempenhos dos cargos independem do gênero. O fator mais importante nesse sentido é a competência e o desempenho de cada pessoa seja

qual for o tipo do cargo ocupado por ela. Ressaltam-se, também, as condições do ambiente do trabalho. Já está outra entrevista considera que há uma pequena nuance,

*A mulher tem a consciência de que está à prova e sente mesmo que está à prova. Então, ela acaba por fazer, às vezes, muito mais do que devia. São muito dedicadas. Existem diferenças entre homens e mulheres no desempenho das funções e acho que há sensibilidades em regra ainda que não tenha que haver! Porque o homem também deve ser sensível. Mas, acho que a mulher dá mais atenção as coisas e faz atenção se os colaboradores estão bem. Isso é uma coisa importante na chefia ou em altos postos. Talvez o homem passa por cima e seja mais distraído. A mulher está mais, digamos, programada. Isso não significa entender que é inato ao sexo, mas é nato ao gênero! Quer dizer, a forma como a mulher foi educada levou a prestar mais atenção. Então, isso ajuda na chefia! Se prestas atenção, se passas a mão, se abraças e se das um beijinho (Entrevistada/M1, Praia, 2017).*

A manifestação anterior corrobora a opinião de outra entrevistada quando esta considera que:

*Em termos técnicos pode até não existir diferença. Contudo, é evidente a existência de algumas diferenças mesmo que não sejam tão relevantes, mas que acaba por fazer alguma diferença na direção. Por exemplo as mulheres, às vezes, acabam por preocupar com coisas que os homens não preocupam. A própria experiência já me ensinou isso, pois eu já trabalhei diretamente com chefes homens e mulheres. Uma outra razão talvez esteja relacionada ao fato das mulheres terem medo, às vezes... por exemplo, de não receber críticas e elas acabam por desempenhar muito bem as suas funções. Quer para se afirmarem ou até mesmo para se “defender” de algum preconceito que possa sofrer. (Entrevistada/M1, Praia, 2017).*

Contudo apontam que a maneira como foram socializados as ajuda a desempenhar as suas tarefas de forma diferente de que os homens, dado que não se preocupam somente com o aspecto técnico, dando atenção aos seus colaboradores. Embora o gênero não seja apontado como um diferencial no seu desempenho ele é mencionado como mais um fator a contribuir para sobrecarregar as mulheres:

*Nós estivemos nas Finanças, nas Infraestruturas, na Administração Interna, portanto... neste sentido fizemos algum quebrar de barreiras e mostramos que era possível fazer tudo. Então, apesar de se ter isso, a verdade, é que continuamos a ter as outras responsabilidades. Eu dizia sempre... mesmo sendo Ministra eu teria que pensar na cebola que era de se comprar lá em casa. Portanto, é verdade que aqui em Cabo Verde temos a vantagem de ter ajudantes, de ter as empregadas que ajudam.*

*Mas, continuamos nós a planificar às coisas (Entrevistada/M17, Praia, 2017).*

No tocante à dicotomia público/privado, outra entrevistada comenta que as mulheres continuam sendo desafiadas por tudo que envolve a sua participação na vida privada.

*Não há ainda a divisão na esfera privada como há na esfera pública. E tem também alguns, portanto, ser mulher em geral continua a ter alguns desafios. Portanto, de todas as questões ligadas a igualdade é ainda um combate. Então eu acho, que quando estamos na política, as mulheres que estão na política, não devem estar lá só para fazerem números. Por isso é que se pede mais participação das mulheres nos postos de decisão. (Entrevistada/M19, Praia, 2017).*

Tal situação é também apontada como um desafio relacionado ao uso do tempo. Questão exaustivamente examinada nos estudos feministas quando realçam as diferenças na forma como homens e mulheres atuam no cotidiano, cabendo a elas as tarefas relativas ao cuidado dos outros.

*Te dou um exemplo prático: a marcação de reuniões. Tivemos um exemplo de hoje. Começou por ser às 10h, depois às 11h e agora passou para tarde às 17h. As mães têm que pensar em ir buscar os filhos, em tratar da comida, tratar do almoço, etc. Os homens não pensam nisso, marcam reuniões consoante lhes dão um jeito, mas é não pensando na vida além do gabinete ou do trabalho. Então, sempre estamos a pensar nessas duas coisas então por isso sempre é mais exigente. Essa é uma grande diferença. Pode não parecer uma grande diferença, mas é um condicionante. Um ano e tal no gabinete nunca ouvi um homem a dizer “ah tenho que sair para ir buscar os meus filhos” (risos). (Entrevistada/M13, Praia, 2017).*

As declarações arroladas na análise evidenciam a “milénar e intransferível responsabilidade doméstica que fica ao encargo das mulheres” (PRÁ, 2016 p.141). Nesse sentido, as falas das nossas entrevistadas se mostram alinhadas à ideia da dicotomia público/privado, tratada com vagar em nosso debate teórico anterior. Contudo, apesar desses condicionantes e das limitações de gênero impostas às mulheres os relatos das nossas entrevistadas evidenciam a sua competência nos cargos que ocupam. Os testemunhos do seu percurso na política corroboram essa afirmação.

## Testemunho do percurso

*O espaço da política não foi a minha intenção nem é a minha área de atuação profissional. Mas eu gosto de desafios, e quando me foi feito o convite, levei um tempo a pensar e resolvi arriscar. Então, para mim estar a desempenhar este cargo é uma meta de aprendizagem em andamento. É marcante sim desempenhar a função não pela posição, mas pelo que a prática me ensina todos os dias. É uma outra dimensão que não tinha experimentado. E me orgulho da minha decisão de estar aqui! Por isso, por essa luta diária considero-me uma mulher resolvida. Considero que eu sou aquilo que quero ser e desejo ser. Não deixo que os outros seja por condicionalismo seja por estigma condicionaram o meu aprendizado. (Entrevistada/M13, Praia, 2018).*

O fragmento em epígrafe serve para se ter uma ideia do percurso político seguido pelas entrevistadas na sociedade cabo-verdiana. As palavras chave, pinçadas no texto, nos dão a noção do desafio que é assumir um cargo público, pois isso requer enfrentar estigmas, pelo fato de ser mulher; envolve responsabilidade e demanda um aprendizado diário. Nesse percurso vem à tona uma série de situações nas quais se consegue captar as diferentes dimensões da sua trajetória profissional. E isso encontra semelhança quando se compara os depoimentos das entrevistadas, tanto do ponto de vista do seu êxito no desempenho do cargo quanto dos seus desafios para lidar com o mundo da política.

Sendo assim, elas expressam a importância de terem seu trabalho reconhecido, do exercício da liderança, do orgulho da carreira, do seu legado e dos desafios para empreender a luta política. Quanto ao reconhecimento, uma das entrevistadas assevera que a população reconhece a importância do trabalho desenvolvido pela sua equipe, inclusive com surpresa: “*penso que até se surpreenderam por haver tanta mulher a afirmar-se aí como Ministras, como Diretoras e em várias áreas. O próprio rumor é o reflexo do (des)conhecimento da nossa competência*” (entrevistada/M1, Praia, 2018). Referindo-se ao gênero, outra entrevistada pondera:

*Na minha perspectiva, a avaliação que de vemos fazer da pessoa e de qualquer profissional deve ser independentemente de gênero. Eu sempre procurei que me avaliassem pela minha competência ou falta dela, pela minha capacidade ou falta dela, e a partir de aí tomarem as suas decisões. (Entrevistada/M11, Praia, 2018).*

Em outras duas entrevistas, mesclam-se o orgulho do percurso traçado na política e de vencer os desafios com resultados positivos na sua atuação.



*Sou muito orgulhosa do percurso que fiz! E fiz por mérito. É sabes, é uma satisfação enorme. Nunca ninguém “deu tachos” ou me levou nas costas. Isso é uma satisfação que tu nem imagina! Então, eu quero ir mais longe e quem sabe um dia ocupar cargo de chefia. O céu é o limite! (Entrevistada/M2, Praia, 2018).*

*[...] os desafios que eu assumi eu consegui. Portanto, sem receio e apresentando resultado. Neste momento sinto uma mulher apaziguada e com reconhecimento do que fiz! Portanto, acho que valeu a pena lutar e não foi só por mim que o fiz. Acho que terei contribuído para quebrar alguns tabus e empurrar alguns limites que pesam sobre as mulheres. (Entrevistada/M13, Praia, 2018).*

De outra perspectiva uma das entrevistadas faz questão de referenciar o seu engajamento político, falando sobre o seu privilégio de pertencer a uma geração de revolucionários e apostando nas mulheres. Com diz ela: *“as mulheres sempre foram muito esforçadas em seus diferentes papéis. O que tenho a dizer é que independente da função que desempenhei ou do trabalho que tive de fazer sempre dei o meu máximo”* (Entrevistada/M21, Praia, 2018). Para além disso, uma das entrevistadas ressalta a importância de as mulheres assumirem posições de liderança, pois segundo ela:

*Liderar é ter a noção exata, ter uma visão e uma estratégia para transmitir aos colaboradores. Depois que a equipe já está formada tem que descentralizar sem estar a todo o tempo presente, dando espaço aos colaboradores. É importante ouvir genuinamente no sentido de integrar o que as pessoas dizem. Também é necessário ter a capacidade de não criar barreiras entre si e os seus colaboradores. Nestes aspetos, eu penso que depois das experiências que todos nós tivemos como Ministras, isso ficou claro (entrevistada/M25, Praia, 2018).*

A entrevista de uma das interlocutoras prega a necessidade de ampliar a participação das mulheres em instâncias de poder e decisão e denuncia a sub-representação feminina na política.

*Por isso é que se pede mais participação das mulheres nos postos de decisão, é para estar lá. E o mais importante é para dar combate a estas situações que ainda, digamos, não garantem o empoderamento e não garantem a liberdade. Eu acho que estando nós nessas esferas... por exemplo, sermos Ministra de Defesa ou sermos Ministra da Policia, já ajuda, mas não chega! É preciso lutar também por outras coisas. Eu como deputada e como membro do governo lutei pela agenda nomeadamente, a agenda da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres – CEDAW (Entrevistada/M22, Praia, 2017).*

Reflexões dessa natureza encontram correspondência na teoria política feminista, especialmente nos estudos de Anne Philips (2001) sobre a política de ideias e de presença, e de Nancy Fraser (2008), quando se refere à noção de justiça social, ambas as autoras anteriormente referidas. Dito isso, passa-se a retratar os alcances e limites presentes durante a realização da pesquisa

## 7.2. ENCRUZILHADAS DO CAMPO

Os obstáculos encontrados para a realização do estudo empírico motivaram o replanejamento do trabalho de campo. A primeira barreira é relacionada ao acesso aos interlocutores e às sujeitas da pesquisa que culminou com inúmeros questionamentos sobre a minha vida pessoal e profissional. As perguntas recorrentes eram sobre a minha idade, como consegui bolsa para estudar fora do País, quem são as pessoas já entrevistadas, se conheço uma determinada pessoa influente, quem foram os meus professores em Cabo Verde, se sou família de fulano (precisamente de um político bastante em função do meu sobrenome).

Na fase das entrevistas, não são raros, novamente, os questionamentos a respeito não só da minha vida pessoal, mas também sobre do meu trabalho. Por exemplo, apesar das cartas entregadas para o pedido de audiência continham informações sobre o objetivo da entrevista, a minha área de formação, o objetivo da tese, a universidade, e os meus contatos. Adjunto a carta fui solicitada que entregasse a minha declaração de matrícula. O fato de eu ser muito jovem aos olhos dos meus interlocutores a fazer o doutorado, tornou um motivo de desconfiança em alguns momentos. Em várias ocasiões, ouvia comentário do tipo “esperava uma senhora com mais idade”. Ainda nessa fase, à demora no retorno das respostas do pedido de audiência, a dificuldade ao acesso e à articulação dos sujeitos da pesquisa e a indisponibilidade dos informantes, constituiu também em barreiras.

De modo geral, esses questionamentos buscam, nada mais do que definir o meu lugar nas relações sociais. Além disso, esses questionamentos, isso serve para estabelecer limite de confiança e avaliação da minha pessoa frequentemente denunciada ao longo do período empírico. Esse território invisível que me foi imposto naquele universo e sobre como eu me colocava nele, evidencia certos aspetos em relação a algumas diferenças de

gênero e de classe em relação aos sujeitos de estudos nos ambientes em que decorreram o trabalho.

Sobretudo, ao acesso do universo de estudo na praia de Quebra Canela, mais tarde, ficaria nítido que toda a situação e questionamentos a que fui sujeita configuram nada mais que um indicador para determinar o acesso ou não ao grupo, e também para determinar de que maneira esse acesso deve ser conduzido e o lugar que meu gênero poderia ocupar no âmbito dessas relações. Nesse enfrentamento, percebi de modo paulatino a cosmologia dos homens em relação às mulheres em ambientes semelhantes, que recaía sobre mim em ambientes semelhantes.

Percebi que para ter acesso, há uma espécie de “dialeto” que passa pela sexualidade. Se trata de um jogo que perpassa pelas dimensões de linguagem verbal e não verbal, do qual eu não tinha conhecimento e nem o seu domínio. Isso constituiu à priori, em obstáculos, na medida em que, por conta destes constrangimentos que superam os meus limites “pessoais” no campo, não pude explorar de uma forma mais intensa, resultando no abandono da Praia da Quebra Canela enquanto espaço etnográfico.

Por outro ângulo, pude observar de modo nítido no decorrer da pesquisa a percepção de certos limites durante o trabalho de campo, e é justamente ali onde acomete de forma eloquente a experimentação daquilo que está em jogo do ponto de vista teórico e político. Vejo acontecendo comigo um processo pelo qual uma jovem pesquisadora, de classe popular, academicamente capacitada, enfrenta um grupo masculino de elite. O desafio posto a esses homens, de estabelecer uma moldura profissional capaz de proporcionar dados empíricos, é deslocado para uma posição onde possam me colocar na condição de subordinada, afeita às possibilidades sexuais em jogo.

Essa experimentação foi o momento em que o campo explodiu efetivamente e serviu para “pôr a prova” duas teses em contestação nas falas dos interlocutores. A primeira tese é a de que mesmo que haja um desvio ético, quando se trata de mulheres ocupando espaços políticos isso implica no fato de que elas estão nesses cargos por competência. As falas das mulheres mostram isso de forma evidente. Ai, está em jogo a própria constituição social do que seja competência e mérito no contexto cabo-verdiana.

A segunda tese é a de que elas estão desafiando os homens para conquistar espaços entre as elites políticas, ao que eles respondem com a “fabricação” de rumores. Vejamos,

ao buscar a implicação dos rumores na vida dessas mulheres eu também fui parte dessa articulação, mesmo sendo pesquisadora. Quando um dos interlocutores que poderia me ter aberto o campo disse não poder correr comigo na praia porque vão achar que ele tem um caso comigo e que isso pode circular como rumor. Ou seja, mesmo que esse interlocutor não queira ter nenhuma relação sexual comigo eu estaria sujeita ao rumor. Isso evidencia que as mulheres estão sujeitas aos rumores independentemente do fato de terem ou não um relacionamento íntimo/afetivo com um homem.

Em alguns momentos da coleta de dados as emoções nos envolveram, talvez pela empatia por sermos mulheres, ou pelas histórias que se cruzaram as nossas subjetividades, ou ainda pelas memórias partilhadas, tudo isso, amparadas muitas vezes em abraços, risos, choros e palavras de conforto. Diga-se de passagem, que “é extremamente complexo tentar explicar, para quem nunca se engajou neste tipo de pesquisa, como se dá o envolvimento do pesquisador com os seus pesquisados, os momentos difíceis em que a emoção toma conta do estudioso” (CAVEDON, 1999, p. 9) porem conforme explica este autor,

A riqueza ou pobreza dos dados coletados sofre uma influência muito grande desses aspectos tipicamente humanos, além disso, a qualidade dos dados está profundamente relacionada com a capacidade do etnógrafo de ouvir e compreender o outro com base na emoção, assim, ao contrário de constituir-se em um entrave à busca do conhecimento científico, a emoção revela-se como indispensável para quem se propõe a conhecer uma certa cultura (CAVEDON 1999, p. 9).

No entanto, de modo cauteloso tive de estabelecer equilíbrio e distanciamento para não ultrapassar os limites do próprio trabalho, na medida em que,

Com uma certa frequência, no desejo de criar um clima adequado ao bom desenvolvimento da entrevista, escorrega-se para o intimismo e dilui-se a atenção seletiva que o pesquisador precisa manter para o controle da situação de entrevista. Os problemas da “deformação” da informação, do “papel interpretado pelo entrevistado” devem ser relativizados e reinterpretados na situação de entrevistas em profundidade, sempre que se trabalha com representações sociais (BRANDÃO, 2000, p. 181).

Contudo, as ressalvas que esses lugares não devem ser tomados como sessão de terapia (PINEZI, 2014), cautelando sobretudo os julgamentos moral, os sentimentos humanos. O que não quer dizer que o pesquisador é imune às emoções. Resumidamente, entendemos que “seria possível dizer que o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção” (DA MATTA, 1987, p.169).

Ressalta-se que os obstáculos encontrados durante o processo do trabalho de campo não impossibilitaram a materialização deste trabalho, pelo contrário, são desafios inerentes ao processo de aprendizado constante.

### **7.2.1. Notas reflexivas**

Lembro aqui alguns acontecimentos marcantes envolvendo as reflexões durante o trabalho de campo. Compartilhar essas experiências pode auxiliar a pensar o modo como a pesquisa é influenciada pela realidade que nos cerca, e ainda, pode mostrar relações entre as experiências vivenciadas e a geração do conhecimento para a ciência.

Quando cheguei em Cabo Verde, antes de visitar o espaço de pesquisa, tive diversas reuniões com algumas pessoas, com o intuito de apresentar a minha proposta de trabalho de modo a receber apoios na articulação e na mobilização de contatos que me possibilitam reorganizar a agenda de pesquisa. Em um desses encontros, recebi algumas orientações sobre os comportamentos que eu deveria adotar seriamente para parecer uma mulher madura e pesquisadora/investigadora credível no momento de abordagem dos possíveis informantes do estudo empírico. Essas orientações incluíam cuidado com a arrumação do cabelo, com a vestimenta e com aparência física. Com relação ao cabelo, orientaram que apesar de o cabelo afro/crespo/natural estar na moda, eu deveria “dar um jeito” nele. As outras advertências quanto à vestimenta e aparência são uso de roupas formais (de alfaiataria - calças e blusas), “botar algo no rosto” (maquiagem) e possibilidade de não ser levada à sério por ser uma pessoa magra, com cara de criança e usar aparelho dentário – característica de uma aluna de graduação.

Depois das advertências supracitadas, houve também sugestão para mudar o foco da pesquisa, ou seja, pesquisar mulheres da periferia em vez de trabalhar com mulheres dos altos cargos da estrutura do Estado. A principal justificativa é a facilidade de eu ter acesso às mulheres de periferia – por eu residir na periferia – do que às da elite política. Ainda houve sugestão de usar somente a língua portuguesa (língua oficial do país) em detrimento do crioulo (língua materna cabo-verdiana) como língua padrão para conduzir todas as entrevistas e todos os diálogos nas repartições do Estado, mesmo quando contestada em crioulo, pois essa formalidade garante o apreço.

Ciente de que tais “orientações e sugestões” podem possibilitar diferentes leituras, antes de desconsiderá-las, busquei compreender o sentido desse tipo de discurso, principalmente da expressão “boa imagem”. Expressão que evidencia, em parte, uma submissão à cultura hegemônica, dominante. Ainda nesse percurso, também procurei nas categorias raça, classe e gênero a leitura da minha condição periférica, recorrente no trabalho de campo. Isso começa com as advertências sobre o meu cabelo. Quando me é sugerido a dar um jeito nele - prender ou alisar – para garantir credibilidade como pesquisadora. Estereótipos negativos associados à cabelos crespos estão internalizados em uma sociedade marcada pelos padrões da cultura hegemônica. Tal alusão emerge também na sugestão de vestir determinadas roupas, na abdicação da própria língua materna, ou no uso da maquilagem para transmitir uma boa imagem. A supremacia desse imaginário é referida pelo filósofo tunisiano Memmi (1957) nos seguintes termos:

[...] o exagero dessa submissão ao modelo já é muito revelador. A mulher loira, ainda que seja ‘sosa’ e com traços infelizes, sempre parece superior à morena. Um produto fabricado pelo colonizador, uma palavra dele, é sempre recebido com confiança. Seus costumes, suas roupas, suas refeições são literalmente copiadas, mesmo que sejam incongruentes [...]. O colonizado não tenta apenas enriquecer-se com as virtudes do colonizador. Ele se torna feroz ao empobrecer e se despedaçar em nome do que ele quer se tornar (MEMMI, 1957, p.19, tradução nossa)<sup>56</sup>.

Esse tipo de posição é recorrente nas relações quotidianas em Cabo Verde. Relato aqui mais duas experiências, corroborando o trecho citado. Durante a visita efetuada na casa de uma amiga, eis que a sua mãe chega, durante a nossa conversa, cumprimentando e em seguida, num tom muito surpreendida exclama em forma de pergunta: “*menina o que aconteceu contigo!? Vi-te na missa, fiquei observando até reconhecer que eras tu mesmo! Porque tens o cabelo desse jeito? Nem és feia ..., mas como podes deixar o cabelo desse jeito? Parece que há semanas que não o penteia*. Respondi: assim é o meu cabelo sem química, bem crespo mesmo. E a filha aparentemente incomodada, retrucou à mãe: *está bonito! Eu até penso em parar de alisar o meu cabelo e deixa-lo afro/natural*. Nisso, a mãe exclamou em uma entoação repreensiva: *Nunca farás isso! Só se for quando eu*

---

<sup>56</sup> No original: la exageración de esa sumisión al modelo es ya muy reveladora. La mujer rubia, aunque sea sosa y de facciones desafortunadas, parece siempre superior a la morena. Un producto fabricado por el colonizador, una palabra suya, son recibidos siempre con confianza. Sus costumbres, sus ropas, sus comidas son copiadas literalmente, aunque sean incongruentes [...] El colonizado no intenta solo enriquecerse con las virtudes del colonizador. Se encarna en empobrecerse y en arrancarse de sí mismo en nombre de aquello en que quiere convertirse.

*estiver morta!* Este trecho nos coloca de novo, diante do mesmo problema que nasce das exigências do colonizador, vejamos a seguinte explicação:

Nos encontramos novamente, de outro ângulo, com uma característica que já nos é familiar [...] O esmagamento do colonizado faz parte dos valores colonizadores. Quando o colonizado adota esses valores, ele também aceita sua própria condenação. Para se libertar, pelo menos ele acredita que sim, admite a sua própria destruição. O fenômeno é comparável à negrofobia dos negros ou ao anti-semitismo dos judeus. As negras se desesperam ao desencrespar o cabelo, que está infalivelmente enrolado novamente, e se tortura a pele para clarear um pouco. Muitos judeus arrancariam sua alma se pudessem, uma alma irremediavelmente má, como lhes foi ensinado. Foi explicado aos colonizados que sua música é miado de gato e sua tinta de xarope de açúcar. Ele repetirá que sua música é vulgar e que a sua pintura é desastrosa. (MEMMI, 1957, p.19, tradução nossa)<sup>57</sup>.

Este retrato imaginário e humilhante alcança a sua plenitude quando é aceito pelo colonizado, configurado o que o autor denominou de o real “retrato do colonizado” (MEMMI: 1957). Ainda sobre o assunto, cito o segundo relato: depois de encontrar um amigo na parada de ônibus, e sem possibilidade de conversarmos nesse dia por causa do tempo, eis que após alguns dias encontro uma chamada perdida no meu celular. Retornando a ligação, esse amigo atende em risos e afirma em tom de brincadeira: *havia chamado para dizer que voltaste do Brasil com o cabelo muito crespo, e da próxima vez que cruzarmos, se ainda o tiveres desse jeito, vou te prender – ele é policial*<sup>58</sup>. Assim, em um tom de brincadeira, conselhos, recomendações, esses tipos de discursos vão recodificando e reforçando os padrões de dominação.

Já dizia Furtado (2012a, p.147) que podem ser encontrados “em Cabo Verde comportamentos estereotipados, ancorados na dimensão racial e de classe com recortes que, por vezes, indiciam certa esquizofrenia comunitária” – como mencionado nos exemplos acima – ainda que são negadas nas práticas discursivas locais ou nos discursos das ciências sociais. Na mesma linha, Dos Anjos (2017, p. 214) aponta a possibilidade de ver ainda atualmente em Cabo Verde, “uma classe média cultivando pedaços de

---

<sup>57</sup> No original: Volvemos a encontrarnos, desde otro ángulo, con un rasgo que ya nos es familiar [...] El aplastamiento del colonizado es parte de los valores colonizadores. Cuando el colonizado adopta esos valores, acepta también su propia condena. Para liberarse, al menos así lo cree, admite su propia destrucción. El fenómeno es comparable a la negrofobia de los negros o al antisemitismo de los judíos. Las negras se desesperan desrizándose el pelo, que se les vuelve a rizar infaliblemente, y se torturan la piel para blanquearla un poco. Muchos judíos se arrancarían el alma si pudieran, un alma irremediablemente mala, como se les ha enseñado. Se ha explicado al colonizado que su música son maullidos de gato y su pintura jarabe de azúcar. Él repetirá que su música es vulgar y su pintura desastrosa.

<sup>58</sup> Tiradas do caderno de anotações do campo, agosto de 2017.

branquidade, pedaços de nariz, pedaços de cabelo”. Continuando, ele acrescenta que é a branquidade funcionando como uma espécie de enfeitiçamento. Torna-se mais branco na medida que recusa a sua negritude levando “trajes europeus ou cabelos da moda, adotam os objetos usados pelos europeus, [...] falam ou escrevem uma língua europeia, tudo isso é feito para tentar obter um sentimento de igualdade com os europeus” (FANON, 2009, p.54, grifo nosso). Em outras palavras, se trata do que o autor denomina de “*epidermización*”, que é precisamente a internalização em corpos negros de hábitos, comportamentos, pensamentos produzidos pela hegemonia branca.

Nesse itinerário, a resposta de Fanon (2009) situa a raça, a classe, o corpo, a linguagem e a cultura no centro dos problemas que abarcam a marginalização, a desigualdade social, o desprezo, a insegurança e o servilismo. Os subjugados tratam de superar a sua condição, assumindo a bagagem cultural dos subjugadores, especialmente a linguagem (colocando mascaras brancas na sua pele negra) - e ao fazer isso, absorvem normas que são inerentemente discriminatórias e racistas; o que por sua vez leva a sentimento de insegurança e inferioridade. Aceitar o conceito do opressor sobre o que são os oprimidos, é também aceitar que se vê selvagem, no completamente humano, inferior e incapaz.

Portanto, retomando as orientações do campo que me foram dadas, e afastando desde logo a discussão do gosto estético/físico e a sua importância na pesquisa, procurei os sentidos da credibilidade e da boa imagem. Assim, quando estes se fundam em determinados padrões estéticos e traços físico que classificam e inferiorizam o sujeito em função de raça (dimensão fenotípicas - cabelo); de classe (roupas de alfaiataria: exprime a imagem ligadas a atributos de classe); ou de gênero (padrão imaginário de imagem da mulher hegemônica, ou melhor, que definem pesquisadora), entreluzem a um posicionamento crítico a esses atributos não condizentes à realidade de pesquisa. Estes tipos de discursos, dissimulam a política de domesticação e classificação entre aqueles que têm a “boa imagem” (civilizado/a, sério/a, dispo de raciocínio) e são levados à sério, e aqueles que têm uma “má imagem” (incivilizado/a, imprudente/ selvagem) e precisam ser domesticados.

Desse jeito, dissimulando a missão “civilizadora” a qual tentou me submeter (MOASSAB, 2012) desde uma perspectiva eurocêntrica e senhoreando de “Mascaras Brancas” como descreveu Fanon (2009) em sua obra, tentou destituir-me do meu ser, não



somente como investigadora, mas também como mulher, africana e humana, empenhando-se em me inferiorizar e bestializar por “não cumprir” com a norma e o padrão de mulher, branca e intelectual. Essas marcas externas de civilização, em parte consistem em “usar roupas europeias, tendência dos cabelos, falar a língua europeia. Do mesmo modo, tendo ainda atenção concernente à sugestão de pesquisar mulheres da periferia ao invés das mulheres de elite, no fundo, esse discurso serve também para classificar e marginalizar certas identidades femininas.

Em atenção a última acepção – referente ao gênero feminino -, é possível constatar também a partir de um outro ângulo, a tendência de infantilização da mulher. A alusão a “cara de criança” não é de todo singela, pois essa associação me separa da maturidade, racionalidade e seriedade daquilo que “mais mulher” significa para a pessoa. Nesse percurso, compartilho experiências semelhantes provenientes de encontro com algumas pesquisadoras que narraram as suas experiências de campo em Cabo Verde. Uma delas descreveu sua frustração quando propôs trabalhar determinada temática na sua dissertação e deparou com a advertência que era muito jovem para abordar o assunto, podendo ser enganada [leia-se: descapacitada de raciocínio]; já uma outra pesquisadora doutora, conforme suas declarações, foi insinuada a abandonar a área de estudo pela incompatibilidade com a sua condição de gênero, isto é, por ser mulher [leia-se: necessidade de proteção].

Tamanhas recomendações, por um lado, seguem distribuindo papéis com tendência a infantilização das mulheres, tomando-as como “incapazes de tomar decisões a partir de critérios racionais (MAYORGA, 2009, p.94). Assim, se limita as mulheres a condição “tradicional” de feminilidade, dado que, “ não se questiona e nem se explica as causas da proibição e não lhes são ensinadas a se defender, pelo contrário, transmitem restrições que os fazem se sentir vulnerável ” (JIMÉNEZ e SIERRA, 2017, p.81, grifo nosso)<sup>59</sup>.

Dissonar dessas ideias de fraqueza e debilidade ligadas às mulheres requer reposicionamento crítico para romper com as visões do patriarcado (GARAIZABAL, 2003). Com efeito, são urgentes e necessárias reflexões capazes de subverter lógicas hegemônicas, brancas e etnocêntricas, que descolonizem a mente e o jeito de se fazer a

---

Original:<sup>59</sup> No original: no se indaga ni se explica por las causas de las prohibiciones y no se les enseña a defender se, todo lo contrario, se imparten restricciones que las hace sentir vulnerables.

ciência em África (MOURÃO, 2006; HOUNTONDI, 2008; SANTOS e MENESES, 2009). Isso exige uma “nova postura teórica e prática dos cientistas sociais africanos [...], colocando-os a serviço do desenvolvimento do continente na sua pluralidade e heterogeneidade” (FURTADO, 2011, p.105).

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença feminina em altos cargos de estrutura do Estado de Cabo Verde vem ganhando visibilidade em período recente. Tal visibilidade gera um conjunto de práticas discursivas e traz à cena um elenco de elementos informais relacionadas à forma como as mulheres ascendem politicamente. À margem do reconhecimento desse fato nos discursos oficiais do país, percorrem narrativas de rumores que demonstram o oposto. Elas sustentam que o acesso de mulheres aos cargos públicos/políticos não se deve as suas competências, mas sim as outras vias por negociações informais, como por exemplo, trocas sexuais.

Diante dessa problemática, buscamos, à luz dessa visibilidade (ainda desigual, porém notória), examinar os modos de ver, dizer e perceber o processo de participação/acessão/ocupação das mulheres nos cargos públicos e políticos através de rumores emergentes nesse contexto. Procuramos compreender a forma como se estabelecem as relações de gênero no âmbito informal da política; buscamos também responder como é construída a imagem política das mulheres em processo de ascensão política e de que modo elas são representadas como atores políticos no contexto de produção e circulação dos rumores a partir da ordem discursiva hegemônica. Por fim estabelecemos igualmente responder quais implicações da circulação dos rumores na construção da imagem política das mulheres se é existe um discurso contra hegemônico capaz de fazer frente à cultura patriarcal no cenário político cabo-verdiano.

Para alcançar esse propósito, empreendemos uma pesquisa de orientação etnográfica na Cidade da Praia – capital de Cabo Verde - à procura dos sentidos e significados dos rumores nas suas diferentes manifestações discursivas. O exame dos rumores possibilitou vislumbrar práticas políticas emergentes associadas ao acesso das mulheres aos cargos de poder, que não estão ligados às dimensões normativas de recrutamento, mas em disputa com a hegemonia dos sentidos. Nesse tom, procuramos dialogar com as visões de mundo dos sujeitos para captar os significados que atribuem às práticas políticas.

Observamos que, quanto à forma como se estabelecem as relações gênero no âmbito informal da política cabo-verdiano se deslumbra assimetrias nas relações de poder nessas, mediante uma acirrada disputa pela ocupação de posições políticas a sexualidade ocupa um lugar central na interação de gênero. interações. As relações entre homens e

mulheres nos espaços informais da política se estabelece por meio de um certo jogo sexual.

A partir da ordem discursiva hegemônica (androcêntrica), verificou-se que quanto a forma como as mulheres são representadas no contexto de produção e circulação dos rumores, assenta essencialmente em avaliações negativas. O desempenho das suas funções é apreciado com ênfase em justificativas simplistas e preconceituosas, expressões destinadas a inferiorizar o gênero feminino em detrimento do masculino e ausência de uma relação entre o poder o mérito e a competência nessas avaliações.

Desse ponto de vista, em relação ao modo como é construída a imagem política das mulheres em processo de ascensão política, levando em conta os aspectos apontados, frisa-se que os rumores produzem uma imagem negativa das mulheres na medida em que elas são representadas por conteúdos sexistas, machistas e de discriminação. Isso tudo com efeitos diretos nas suas vidas políticas e profissionais.

No que concerne as implicações da construção da imagem política negativa das mulheres a partir dos rumores, são apontados os estigmas, a desvalorização do trabalho feminino e a legitimação das práticas políticas de subordinação. Estes são forjados em expressões moralistas, tais como: “ambiciosas” e “gente que gosta de gente com poder. Quando trazidas às falas das mulheres, são constatados o assédio, a intimidação, a desconfiança e a falta de reconhecimento da importância da ascensão, da ocupação e da permanência das mulheres na esfera pública.

Tais evidências dão conta do peso dos valores masculinos e de uma cultura política patriarcal na sociedade cabo-verdiana. Por conta disso, o acesso das mulheres ao espaço político não é permeado pelo ordenamento entre capital político, relacional e simbólico. Carentes desses capitais e num quadro de vulnerabilidade, as mulheres estão sujeitas a diferentes práticas de subordinação, entre elas a do jogo sexual.

No entanto, as mulheres, munidas de seus próprios escudos, travam uma luta constante para fazer frente a essas práticas. Como apontado neste trabalho, elas usam a formalidade para marcar o distanciamento entre elas e os chefes com o propósito de se esquivar de interpretações equivocadas ou maldosas, se posicionam de modo a impor respeito, apostam na própria formação e levam a situação com “jeito”. Usam essas ferramentas para enfrentar a discriminação ou qualquer outro tipo de subordinação. As

suas experiências e visões de mundo levam-nas a buscar mecanismos que possam protegê-las em contextos de vulnerabilidade.

Assim, seguem resistindo e desenvolvendo estratégias de luta contra o próprio sistema, que em tese teria a função de garantir os seus direitos. Desse modo, buscam desestabilizar o discurso hegemônico e a cultura patriarcal no cenário político cabo-verdiano. Para tal, procuram explicar como as relações de gênero se desenvolvem no espaço formal e informal da política. A partir de uma leitura sobre instrumentos de poder e possibilidades de agenciamento, deslumbram-se contra-narrativas de rumores que resistem e fazem frente ao discurso hegemônico androcêntrico.

As visões das mulheres quanto à ocupação e desempenho das suas funções políticas, demonstram de forma sofisticada a competência na sua execução de cargos e inclusive a capacidade em lidar com as circunstâncias de interação de gênero em Cabo Verde. Explicitam que o bom desempenho profissional não é determinada pela condição de gênero, mas sim, está associada a capacidade técnica dos sujeitos e as condições existentes no ambiente de trabalho. A aparente abstenção ao gênero ainda que pareça paradoxo não é de toda singela. Reflete justamente a imposição do reconhecimento de suas competências na esfera público diante de uma inconfundível necessidade desconstruir as lógicas androcêntrica.

O contra-discurso repleto de denúncias, lutas e resistência desmistifica a imagem política criada por detrás dos rumores e ratifica deslocamentos na construção da imagem política feminina. Testemunham as suas lutas nas imposições de agenda ao governo, sentindo-se orgulhosas do percurso e êxitos cumpridos no desempenho dos cargos assumidos. Por fim, apontam os desafios como aprendizado para lidar com o mundo da política e continuam apostando no engajamento político das mulheres.

Neste contexto, permitiu-nos inferir, a existência de duas teses em concorrências que percorreram o trabalho. A primeira é de que apesar da cobrança moral, o que está em jogo não é se as mulheres têm relações íntimas/afetivas como estratégia de obtenção de cargo - até porque torna-se inexplicável dado que não dá para saber até onde vai, isto é, onde termina o desejo (paixão) e começa o interesse - mas sim, o facto de que elas sustentam nos cargos pelas suas próprias competências técnicas profissionais. A segunda tese trata-se, em nosso parecer, de um quadro em que se configura em Cabo verde onde as mulheres são competentes e disputam posições de elites diante dos seus adversários

masculinos, e estes últimos como estratégia de competição fazem correr rumores que desqualificam as primeiras.

Portanto, conclusão a extrair, evidencia três aspectos. Primeiro que, os homens permanecem incapazes de aceitar o desafio da competição nas regras de jogo profissional; O segundo é que mesmo que as mulheres não aceitam o jogo sexual elas são rotuladas como parte desse jogo; e por último, elas podem participar parcialmente do jogo sexual como estratégia para ter acesso a um determinado cargo, mas sem chegar as vias de fato.

Dessa perspectiva, a contribuição maior dessa tese é colocar em relevo os dilemas que perpassam a participação das mulheres na política cabo-verdiana. Portanto, uma dimensão de maior importância da tese advém das lutas informais pela ocupação de posições relevantes na política cabo-verdiana. Tema este ainda pouco estudado no contexto em questão. Ao que se articula o debate sobre uma dimensão teórica relevante quando se trata do investimento das mulheres para reverter o quadro de opressão a que estão submetidas. Sendo assim, compete indagar, o que acontece com a cultura política de um país em que as mulheres estão revertendo o processo de ocupação de cargos importantes? Como o patriarcado se altera quando as mulheres investem contra as bases desse sistema?

O levantamento etnográfico permitiu dar conta de que os homens querem contar a história mais uma vez. Querem contar que concederam cargos às mulheres por favores sexuais. Essa é a versão masculina na história de Cabo Verde! Portanto, em uma sociedade historicamente marcada pela violência sexual é preciso ver a questão de gênero em seus deslocamentos de raça e classe. E mais ainda, é preciso vê-la como um desdobramento da sociedade escravocrata onde o homem detinha o poder sobre os recursos, a política e o corpo das mulheres. Dito de outro modo, nesse contexto de subalternada a mulher carece inclusive de meio para falar e, portanto, permanecem silenciadas e sem representação.

Possibilitando uma correção de assimetrias, esta tese está desmonta a versão masculina na história de Cabo Verde, tornando possível que as mulheres se posicionam num espaço discursivo basicamente dominado por eles. O resgate das suas narrativas evidencia um campo informal de luta política de gênero em que o que está em jogo é o próprio processo de silenciamento das mulheres através de rumores. Deste modo, os

rumores constituem um campo de lutas que produz deslocamentos significativos nas relações de gênero no espaço político cabo-verdiano.

A partir dessas considerações e ciente da profundidade que a temática comporta, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para a elaboração de ações e programas governamentais capazes de incidir sobre a subordinação política das mulheres. Nesse sentido, os legados dessas mulheres ouvidos.

*Eu espero que os vossos estudos possam interagir com o CIGEF e ICIEG, para ajudar. Quer dizer, nós pusemos algumas pedras, mas, eu gostaria que esses estudos que vocês fazem ajudassem também a avançar. Que vocês também sejam intelectuais orgânicos e que não fiquem só no estudo académico. O intelectual orgânico segundo Gramsci (que estudastes) é aquele que além de estudar depois age também. Eu espero também que vocês também possam ajudar a fazer, porque nós fizemos uma parte, agora vocês têm que continuar de aqui. Eu dou sempre entrevistas, não tem problema, estou a passar o testemunho, e aqui a minha parte, agora continuem! É isso que eu quero dizer como complemento (entrevistada/ M1, Praia 2017).*

Finalmente, ponderamos pela possibilidade de rediscutir o cenário político. Isso leva também à reavaliação de determinadas agendas que financiam e incentivam a participação de mulheres na política para atender a um conjunto de exigências locais. Exigências que em Cabo Verde poderiam se expressar à luz da categoria de boa governação. Esta questão atende não só à demanda internacional, mas também a de uma classe média feminina que tem a sua própria narrativa e que historicamente participa na vida política. Um conceito de política ligado à questão da representação não é a constituição de vontade. É necessário ver como é a participação de mulheres no universo informal. Acredita-se que a participação formal encontra correspondência na compreensão das dimensões informais da política. Entre um mundo e outro há um filtro na verdade, há diversas categorias, diversos critérios, que advém de filtragem. Quais são os seus critérios? Como eles são elaborados? Como isso é aceito pelas pessoas? Tais questionamento possam constituir possibilidades de novos estudos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. Can there be a feminist ethnography? **Women & Performance: a journal of feminist theory**, v. 5, n. 1, p. 7-27, 1990.

ADAMI, Vítor Hugo. Etnografias como métodos e dados de pesquisas: as experiências etnográficas que atravessam os movimentos Hare Krishna brasileiro e espanhol. *In*: CORNEJO, Mónica; CANTÓN, Manuela; Llera, Ruy (Coord.). **Teorías y prácticas emergentes en antropología de la religión**, 2008. p. 21-3.

ALAUZIS, Adrián. El pensamiento científico frente al rumor. **Revista Ciencia Hoy**, v. 12, n. 70, p. 83-90, 2002.

ALLPORT, Gordon e Leo, POSTMAN. **The Psychology of Rumor**. New York: Renry. Rolt. 1947. Edição citada: **La Psicología del Rumor**, Editorial Psique. Buenos Aires: Edición española 1982.

ALMEIDA, M. Luisa e OJEDA, Cristina. **Análisis del Discurso del Rumor como Escenario en el contexto conformador de la opinión pública de la sociedad quiteña**. Caso: la asamblea constituyente del año 2007. Quito, 2009.

ALMEIDA, S.S. **Violência de gênero: público X privado**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Nova York: Sage, 1989.

AMORÓS, Celia. **Tiempo de feminismo**. Madrid: Cátedra, 1997.

ANDRADE, Elisa. **As ilhas de Cabo Verde: da descoberta à independência (1460-1975)**. Paris: L'Harmattan, 1996.

ANDRADE, Teobaldo. **Para Entender Relações Públicas**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

ANJOS, José Carlos dos. Da revolta de Ribeirão Manuel ao devir-mulher de um povo. **As Mulheres em Cabo Verde: Experiência e Perspectivas**. Praia, Edições Uni-CV, p. 49-65, 2011.

ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas**, v. 16, n. 2, p. 36-61, 2016.



- ARENDDT, Hanna. **The Human Condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- AUYERO, Javier. Los sinuosos caminos de la etnografía política. **Revista Pléyade**, n.10, p. 15-36, 2012.
- BABBIE, Earl. **The practice of social research**. 4. ed. Wadsworth: Belmont, 1986.
- BACK, Kurt; FESTINGER, Leon; HYMOVITCH, Bernard; KELLEY, Harold; SCHACHTER, Stanley; THIBAUT, John. **The methodology of studying rumor transmission**. *Human Relations*, v. 3, 1950. p. 307-312.
- BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 659-688, 2013.
- BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas ciências sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- BARROS, Crisanto. A ascensão dos pobres a posições de elite político-administrativa no contexto do Cabo Verde pós-independente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 1, p. 54-63, 2013.
- BARROS, Crisanto. **GÊNESE E FORMAÇÃO DAS ELITES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS CABO-VERDIANAS: 1975-2008**. 2012. Tese de Doutorado. Université Catholique de Louvain-la-Neuve.
- BENNETT, Gillian. **The vanishing hitchhiker at fifty-five**. *Western Folklore*, v. 57, n. 1, p. 1-17, 1998.
- BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, n. 34, p. 269-299, 2010.
- BOBBIO, Norberto. **State, Government and Society: Elements for a General Theory of Politics**. London: Polity Press, 1995.
- BONETTI, Alinne. Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político. **Cadernos Pagu**, n. 20, p. 177-203, 2003.
- BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião pública**, v. 11, n. 1, p. 147-168, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **El oficio de científico**. Ciencia de la ciencia y reflexividad. Barcelona: Anagrama, 2003.

- BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. *In*: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. *In*: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Orgs.). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-183.
- BRONZATTO, Maurício, *et al.* Considerações sobre a relação sujeito-objeto em Pierre Bourdieu. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 11, n. 23, p. 231-250, 2013.
- BRUNVAND, J. H. *The vanishing hitchhiker: American urban legends & their meanings*. New York: W.W. Norton & Company, 1981.
- BRUNVAND, Jean Harold. **The vanishing hitchhiker: American urban legends & their meanings**. New York: W.W. Norton & Company, 1981.
- BRYMAN, Alan. **Social Research Methods**. New York: Oxford. University Press, 2004.
- BUCKNER, H. Taylor. **A theory of rumor transmission**. **Public Opinion Quarterly**, v. 29, n. 1, p.54-70, jan. 1965.
- CAPLOW, Theodore. Rumors in War. **Social Forces**, v. 25, Issue 3, p. 298-302, mar. 1947.
- CARDOSO, Humberto. **O Partido Único em Cabo Verde: um assalto à esperança**. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993.
- CARLOTO, Maria; MARIANO, Silvana. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudos feministas**, vol. 18,n. 2, mai-ago, 2010.
- CARREIRA, António. **Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: ICL, 1983.
- CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna: para uma teoria da subalternidade e do luto cultural. *In*: ALMEIDA, Júlia; MIGLIEVICHRIBEIRO, Adelia; GOMES, Heloisa Toller (Org.). **Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas**. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Faperj, 2013. p. 55-99.

CASTELLS, Carmen. **Perspectivas feministas en teoría política**. Barcelona: Paidós Ibérico, 1996.

CASTRO, María García. Cultura Política y Representación Femenina. *In*: FLORES DÁVILA, Julia (coord). **A 50 años de la cultura cívica: pensamientos y reflexiones en honor al profesor Sidney Verba**. México: Universidad Nacional Autónoma de México. Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2011. p.157-170.

CAVEDON, Neusa Rolita. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas. **Encontro nacional dos programas de pós-graduação em administração**, v. 23, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Estado de natureza, contrato social, estado civil na filosofia de Hobbes, Locke e Rousseau. *In*: **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. p. 220-223.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CITELLI, Adilson. E PERSUASÃO. **São Paulo: Ed. Ática**, 2001.

CITELLI, Adilson. E PERSUASÃO. **São Paulo: Ed. Ática**, 2001.

COBO, Rosa. **Aproximações à Teoria Crítica Feminista**. Lima: Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM), Programa de Formação, 2014.

CONCEIÇÃO, Antônio Teorias feministas: da "questão da mulher" ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção - RBSE**, 8(24), 738-757, 2009.

CONNELL, Robert. La organización social de la masculinidad. *In*: VALDES, Teresa; OLAVARRÍA, José (edc.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. Ediciones de las Mujeres, n. 24, 1997. p. 31-48.

CONTRERAS, Orozco. Rumores: voces que serpentean. **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 40, 2001.

CORREIA E SILVA -**A sociedade Agrária: Gentes das águas: senhores, escravos e forros**. *In*: SANTOS, Maria Emília (Coord.). *Historia Geral de Cabo Verde*. Vol.2. 2ª Edição. Lisboa: ICCP, Praia: INAC, 2001.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos. Teoria Social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: UFMG, v. 1, 2006.

COSTA, Suzano. **Mulheres e participação política no Cabo Verde democrático**. Praia: Edições da UNICV, 2011.

COUTO, Felipe Fróes; FONSECA, Lorena; DE PÁDUA CARRIERI, Alexandre. O Contrato Sexual e o debate sobre a negação da esfera pública à mulher no Direito Brasileiro. **Cadernos de Dereito Actual**, n. 9, p. 189-198, 2018.

CRESWELL, John. **Projeto de Pesquisa**. Métodos qualitativos, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Pedro Lopes da. **Ideologias políticas: direita e esquerda em Cabo Verde, de 1975 a 2010**. 2012. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

DA CONCEIÇÃO, Antônio Carlos. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção – RBSE*, v. 8, n. 24, p. 738-757, 2009.

DA COSTA, Renata; SILVERA, Clara Maria; MADEIRA, Maria Zelma. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. **17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**, Brasil, dez. 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>. Data de acesso: 03 Dez. 2016.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DAHL, Robert. **La igualdad política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2008.

DARNTON, Robert. Del rumor a la imprenta. **Revista Etcétera**, p. 53-62, 2000.

DAWSON, Kipp et alii. **Kate Millett's Sexual Politics**. A Marxist Appreciation. Nova Iorque: Pathfinder Press, 1971.

DE BARBIERI, Teresita. Más de tres décadas de los estudios de género en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, n. 66, p. 197-214, oct. 2004.

DE BARBIERI, Teresita. Sobre la categoría género. Una introducción teórica-metodológica. **Debates en Sociología**, n. 18, p. 145-169, 1993.

DE BEAUVOIR, Simone. **Le Deuxième Sexe**. París, 1949.

DE SAINT MARTIN, Monique. A propos d'une rencontre entre chercheurs. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 71-72, mar. 1988. p. 129-134.

DEERE, Carmen.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELPHY, Christine. **L'ennemi principal: Économie politique du patriarcat**. Paris: Syllepse, 1998.

DELPHY, Christine. Patriarcado (Teorias do). *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; DA VÍÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em ciências humanas com ênfase em comunicação**. São Paulo: Futura, 2001.

DIFONZO, Nicholas e BORDIA, Prashant. How top PR professionals handle hearsay: Corporate rumors, their effects, and strategies to manage them. **Public Relations Review**, v. 26, n. 2, 173-190, 2000.

DIFONZO, Nicholas. **Rumorología: un psicólogo explora el extraordinario poder de rumores, habladurías y cotilleos**. Barcelona: Ediciones B, 2009.

DIFONZO, Nicholas; BORDIA, Prashant. **Rumor psychology: Social and organizational approaches**. Washington, DC: American Psychological Association, 2007.

DIFONZO, Nicholas; BORDIA, Prashant; ROSNOW, R. L. Reining in rumors. **Organizational Dynamics**, v. 23, p. 47-62, 1994.

DOS ANJOS, José Carlos. Comentários à Mesa Redonda "Mestiçagens e (Contra) Mestiçagens Ameríndias e Afro-Americanas. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 9, n. 2, jul-dez, p. 213-217, 2017.

DOS ANJOS, José Carlos. Sobre o escândalo político em Cabo Verde. **Revista Lusotopie**, v. 16, n.1, p.25-43, 2009.

ENGELS, Friedrich. **El origen de la familia, la propiedad privada y el estado**. Archivo Marx-Engels de la Sección en Español del Marxists Internet Archive, 2017.

ESPÍN, Patricia García. Etnografía y Ciencia Política: la excepcionalidad del caso español. **Política y Sociedad**, v. 54, n. 1, p. 249-269, 2017.

ESPINAL, Rosario. **Género y Cultura Política**. Santo Domingo: Colectiva Mujer y Salud, 2013.

ESTEVIÃO, João. Peuplement et phénomènes d'urbanisation au Cap-Vert pendant la période coloniale, 1462-1940. *In*: CAHEN, M. **Bourgs et Villes en Afrique Lusophone**. Paris: L'Harmattan, 1989. p. 42-59.

ÉVORA, Roselma. Um País de Mulheres Governado por Homens: Democracia e Processo Decisório em Cabo Verde. Fortes C. e Silva C.(a cura di), "As mulheres em Cabo Verde. Experiências e perspectivas», EdiçõesUnicv, Praia, p. 67-76, 2011.

ÉVORA, Roselma. **A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde**. 2001. Dissertação de Mestrado.

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. Feminismo, género y patriarcado. **Academia: Revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires**, año 3, n. 6, p. 259-294, 2005.

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. Feminismo, género y Patriarcado. *In*: LORENA, Fries; FACIO, Alda (eds.). **Género y Derecho**. Santiago de Chile: La Morada, 1999. p. 6-38.

FANON, Frantz. **Piel negra, máscaras blancas**. Madrid: Ediciones AKAL, 2009.

FARGE, Arlette. **Subversive Words: public opinion in Eighteenth-century France**. Pennsylvania State University Press, 1994.

FERNANDES, Antero. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. 2007.

FERNANDEZ PONCELA, Anna María. Psicología de masas, identidad social, epidemias y rumores: la influenza en México. **Sociológica (Méx.)**, v. 27, n. 76, p.189-230, agt. 2012.

FINE, Alan. **Manufacturing tales: sex and money in contemporary legends**. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1992.

FIRESTONE, Shulamith. **The Dialectic of Sex**. The Case for Feminist Revolution. Nova Iorque: Bantam Books, 1972.

FONTENLA, Marta. ¿Qué es el patriarcado? *In*: **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FRASER, Nancy: **La justicia social en la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación**, *Revista de Trabajo*, Buenos Aires, año 4 (6), pp. 83-99., 2008.

FURTADO, Cláudio Alves. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. *Afro-Ásia*, n. 45, p. 143-171, 2012a.

FURTADO, Cláudio. **Gênese e Reprodução da Classe Dirigente em Cabo Verde**. Praia: Instituto cabo-verdeano do Livro e do Disco, 1997.

FURTADO, Cláudio. **Gênese e Reprodução da Classe Dirigente em Cabo Verde**. Praia: Instituto cabo-verdeano do Livro e do Disco, 1997.

FURTADO, Cláudio. O rigor reflexivo e a negação das análises polares nos estudos africanos: a contribuição de Fernando Mourão. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, número especial, p. 103-116, 2012b.

FURTADO, Claudio. **Perfil dos recursos humanos da administração pública cabo-verdiana**. Praia: Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública, 2017.

GARAIZABAL, Cristina. Derechos laborales para las trabajadoras del sexo. *Mugak*, n. 23, segundo trimestre, 2003.

GARCÍA PRINCE, Evangelina. **Igualdad de género y desarrollo humano sostenible: aportes para la discusión**. Managua: INIM, 1996.

GARCÍA, Maria. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. *Cadernos de pesquisa*, n. 97, p. 64-72, 1996.

GEERTZ, Clifford. Thick description. In: GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**. London: Hutchinson, 1975.

GILBERT, L. A.; HALLETT, M.; ELDRIDGE, N. S. Gender and dual-career families: Implications and applications for the career counseling of women. In: WALSH, W. B.; OSIPOW, S. H. (Eds.). **Career counseling for women**. Hillsdale, N.J: Lawrence Erlbaum Associates, 1994. p. 135-164.

GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOLDMAN, Marcio. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de ilhéus, Bahia, Brasil. *Etnográfica*, v. 4. n. 2, p. 311-332, 2000.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018.

GOMES, Crispina . **Mulher e poder: o caso de Cabo Verde**. Praia: IBNL, 2011

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HAMMERSLEY, Martyn. **What's wrong with ethnography?** London: Routledge, 2013.

HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell University, 1986.

HARTMANN, Heidi. El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo: hacia una unión más progresista. **Cuadernos del Sur**, n. 5, p. 113-157, 1987.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. Informal institutions and comparative politics: A research agenda. **Perspectives on politics**, v. 2, n. 4, p. 725-740, 2004.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **Os filhos da terra do sol: a formação do estado-nação em Cabo Verde**. Selo Negro, 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOUNTONDJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 149-160, mar. 2008.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change around the World**. Cambridge: University Press, 2003.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento filosófico**. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1992.

JENKINS, K. G. **Report of the National Advisory Commission on Civil Disorders**. New York: Bantam, 1968.

JONASDOTTIR, Anna. **El poder del amor: Le importa el sexo a la democracia?** España: Cátedra, 1993.

JORNAL VOZ DI POVO. Acordo de independência celebrado entre o governo português e o PAIGC. Praia: GCV, agosto de 1975, p.1.



KAPFERER, J. Noël. **Rumores**. El medio de difusión más antiguo del mundo. Barcelona: Plaza y Janés, 1989.

KELLER, E. F. **Reflections on gender and science**. New Haven: Yale University, 1985.

KERNER, O. *et al.* **Report of the National Advisory Commission on Civil Disorders**. New York: Bantam, 1968.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

KNAPP, Robert H. **A Psychology of rumor**. Public Opinion Quarterly, 1944.

KNOPF, Terry. **Rumors, race, and riots**. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1975.

KOEDT, Anne; LEVINE, Ellen; RAPONE, Anita. **Radical Feminism**. Nova Iorque: Times Books, 1973.

KOENIG, Fredrick. **Rumor in the marketplace: the social psychology of commercial hearsay**. Dover, Mass: Auburn House Pub. Co, 1985.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 2001.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Revista Estudos Históricos**, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

LAGARDE, Marcela. Identidad Genérica y Feminismo. Ponencia presentada en el **XIII Congreso Internacional de Ciencias Antropológicas y Etnológicas**. C. De México, 4 de agosto de 1993.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1990.

LAMOUREUX, Diane. Público/Privado. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 208-213.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LEFEBVRE, Georges. **O Grande Medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Crítica, 1990.

LIMA, Maria Lúcia; MÉLLO, Ricardo. As vicissitudes da noção de gênero: por uma concepção estética e antiessencialista. **Gênero na Amazônia**, n. 1, jan-jun. 2012.

LOBO, Andréa. Sobre mulheres fortes e homens ausentes: pensando conjugalidades como processos em Cabo Verde. **Sociedade e Cultura**, v. 19, n. 2, p. 13-25, 2016.

LOCKE, John. **Segundo tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LODOLA, Germán. SELIGSON, Mitchell. **Cultura política de la democracia en Argentina y en las Américas, 2012**: Hacia la igualdad de oportunidades. Vanderbilt University, 2013.

LOPES, José Vicente. Cabo Verde os Bazófiós da Independência. Praia e Mindelo: Instituto Camões- Centro Cultural Português, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *In*: ESPINOSA, Yuderkys *et al.* **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 57-73.

LUGONES, María. The Coloniality of Gender. **Worlds & Knowledges Otherwise**, n. 2, p. 1-17, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATOS, Maria. História, mulher e Poder: da invisibilidade ao gênero. *In*: SILVA, Gilvan; NADER Maria; FRANCO, Sebastião (Org.). **História, Mulher e Poder**. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2006. p. 9-23.

MARCUSCHI, Antônio. Análise da conversação. São Paulo: Ática, 1986.

MAYORGA, Claudia. El tráfico de mujeres como problema. Colonialismo y patriarcado. **Revista electrónica de psicología política**, v. 7, n. 21, p. 74-102, nov-dic. 2009.

MEANA, Teresa. Palabras no se las lleva el viento... Por un uso no sexista de la lengua. Valencia: Ayuntamiento de Quart de Poblet 2004.

MEMMI, Albert. **Retrato del colonizado**. Temuko: Wallmapuwen, 2011.

MENEZES, Palloma Valles. Os rumores da 'pacificação': A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 4, p. 665-684, out. 2014.

MIGUEL, Felipe. **Carole Pateman ea crítica feminista do contrato**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 93, p. 1-17, 2017.

MILGRAM, S; TOCH, H. Collective behavior: Crowds and social movements. *In*: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (Eds.). **The handbook of social psychology**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1969. p. 507-610.

MILLETT, Kate. **Sexual Politics**. Nova Iorque: Doubleday and Company, Inc., 1969, 1970.

MINAYO, Maria; DESLANDES, Suely; NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MISHRA, Jitendra. Managing the Grapevine. **Public Personnel Management**, vol. 19, no. 2, p. 213-228, jun.1990.

MOASSAB, Andréia. Território e Identidade em Cabo Verde. *In*: LIMA, Aluísio. **Paralaxes do Contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p.141-165.

MONTEIRO, Eurídice (2009). *Mulheres, democracia e desafios pós-coloniais: uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*. Praia: Edições UNICV.

MORIN, Edgar. **O enigma do homem: para uma nova antropologia**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, 1979.

MORIN, Edgard. **El rumor de Orleáns**. París: Ediciones de Seuil, 1969.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Continuidades e Descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano**. São Paulo: Terceira Imagem, 2006.

MULLEN, Patrick. Teoría de la leyenda moderna y del rumor. *In: Narrativa Folclórica I*, editada por M. Blache. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994. p. 57-74.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

OAKLEY, Ann. **Sex, Gender and Society**. London: Temple Smith, 1972.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 305-332, jan. 2008.

OLIVEIRA, Renata. **Cultura política e gênero na América Latina**: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

OLIVEIRA, Renata. Os condicionantes da sub-representação feminina na América Latina. Trabalho apresentado no **10º Encontro Ciência Política e a política: Memória e futuro**. Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro, 2016.

ORLANDI, Nei. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes Editoras, 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. **La invención de las Mujeres**. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: Editorial en la frontera, 2017.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

PÉREZ, Verónica. “52% del electorado, 11% del parlamento”. Factores culturales y representación política femenina en Uruguay. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, n. 15, p. 67-81, 2006.

PEYRE, C. Ariès Philippe, L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime. *Revue française de sociologie*, n. 1-4. p. 486-488, 1960.

PHILLIPS, Anne. From a politics of ideas to a politics of presence?. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

- PIRES, F. **Da Cidade Velha da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde.** Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano, Séc. XV- Séc. XVIII. Praia: Edições UniCV, 2007.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. *In*: COSTA, Claudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira (Orgs.). **Poéticas e políticas feministas.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.
- POLIT, D. F.; HUNGLER, B. P. **Nursing research: principles and methods.** Philadelphia: J. B. Lippincott, 1987.
- PONCELA, Anna María. Las cuotas de género y la representación política femenina en México y América Latina. **Nueva Época**, n. 66, p. 247-274, 2011.
- PONTES, Heloisa. Modas e Modos: uma leitura enviesada de O espírito das roupas. **Cadernos Pagu**, v. 22, p. 13-46, 2016.
- PRÁ, Jussara Reis. **Mulheres, feminismo e ação política no Brasil.** Porto Alegre: Editora Cirkula LTDA, 2016.
- PRUNOTTO, M. ¿Puede la lengua ser violenta? Violencia de género, lengua y lenguaje. **Revista Especializada de la Comisión de los Derechos de la Mujer**, n.4, p.103-118, 2012.
- RAMOS, Arceolinda Monteiro. **Partidos Políticos na Democracia Cabo-verdiana: um estudo de caso (1991-2011).** 2012. Dissertação de Mestrado.
- REED, Evelyn. **Problems of Women's Liberation.** Nova Iorque: Merit Publishers, 1969.
- RIBEIRO, Ednaldo; OLIVEIRA, Renata. Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. **Revista Política Hoje**, v. 22, n. 1, p. 167-205, 2013.
- RIVERA, María-Milagros. **Nombrar el mundo en femenino.** Pensamiento de las mujeres y teoría feminista. Barcelona: Icaria, 1994.
- ROSNOW, Ralph e FOSTER, Eric. Rumor and gossip Research. **APA Psychological Science Agenda**, v. 19, n. 4, abril. 2005.
- ROSNOW, Ralph; YOST, John; ESPOSITO, James. Belief in rumor and likelihood of rumor transmission. **Language & Communication**, v. 6, n. 3, p. 189-194, 1986.

- ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, [1757], 1983.
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos**. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 1975.
- SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, Patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleith. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas sociais**, n. 2, p. 59-79, 1997.
- SALGADO, Martha. Etnografía feminista. *In*: BLAZQUEZ, Norma; FLORES, Fátima; RÍOS, Maribel (Coords.). **Investigación feminista: Epistemología, metodología y representaciones sociales**. México: UNAM, 2010. p. 217-238.
- SANJURJO, Liliana; CAMARGO Wagner; KEBBE, Victor Hugo. Etnografias: desafios metodológicos, éticos e políticos. **Revista de Antropologia da UFSCar**, n. 8. p. 1-18, 2016.
- SANTAGADA, Miguel. **El juego cooperativo que proponen las noticias no confirmadas, en papeles**. Buenos Aires: Papeles de Nombre Falso, Anuario 2006/2007, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B.S; MENESES, M.P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/CES, 2009. p. 23-71.
- SANTOS, M. C. **Trabalho Experimental na aprendizagem em Ciências**. O Desenvolvimento de Competências Científicas na disciplina de Técnicas Laboratoriais de Biologia. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1999.
- SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 1997.
- SARDENBERG, Cecília. Estudos Feministas: um esboço crítico. *In*: GURGEL, Célia (org.). **Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero**. Salvador: REDOR-NEGIF, 2004. p. 17- 40.
- SCHLOZMAN, Kay; VERBA, Sidney; BRADY, Henry. **The Unheavenly chorus – unequal political voice and the broken promise of American democracy**. Princeton University Press, 2012.

SCHLOZMAN, Kay; VERBA, Sidney; BRADY, Henry. **The Unheavenly chorus.** Unequal political voice and the broken promise of American Democracy. Princeton University Press, 2012.

SCOTT, James. **Domination and the Arts of Resistance.** New Haven and London: Yale University Press, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul/dez, 1990.

SENNETT, Richard. **The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism.** Nova Iorque: Norton, 1999.

SHIBUTANI, Tamotsu. **Improvised News: a sociological study of rumor.** New York: Bobbs-Merril Company, 1966.

SILVA, Antônio Duarte. “A Independência da Guiné Bissau e a Descolonização Portuguesa”. Porto: Afrontamento, 1997.

SILVA, Riga. **Relatório Final do Estágio na Secretária do Estado de Administração Pública.** Praia, 2012

SILVEIRA, Juliana. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no twitter.** Maringá, 2015.

SOARES, Luiz. **Antropologia e ciência política: Memória, etnografia e definição do ator social.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SOUZA, Gilda de Mello. **O espírito das roupas: a moda no século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SPENCER, Liz *et al.* **Quality in Qualitative Evaluation: A framework for assessing research evidence.** London: National Centre for Social Research, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SPRADLEY, J. **The ethnographic interview.** Fort Worth: Hancourt Brace Jovanovich College, 1979.

STACEY, Judith. Can there be a feminist ethnography? *In: Women's Studies International Forum.* Pergamon, 1988. p. 21-27.

STRATHERN, Marilyn. **The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia**. University of California Press, 1988.

TARRÉS, María Luisa. Algunos desafíos para imaginar una cultura política con perspectiva de género. **Revista de Estudios de Género, La Ventana E-ISSN: 2448-7724**, v. 2, n. 19, p. 51-71, 2004.

TÁRRES, María Luisa. Algunos desafíos para imaginar una cultura política con perspectiva de género. **La Ventana**, v. 2, n. 19, p. 51-71, 2004.

THEODORSON, George. **A modern dictionary of sociology**. London: Methuen, 1970.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: the theory in practice. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 1, p. 27-53, 2006.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 29-62, 1998.

TORO JIMÉNEZ, Juliana; OCHOA SIERRA, María. Violencia de género y ciudad: cartografías feministas del temor y el miedo. **Sociedad y Economía**, n. 32, p. 65-84, 2017.

TORRES, Lourdes; MOHANTY, Chandra; RUSSO, Ann (eds.). **Third World Women and the politics of Feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

URRUTIA, Liliana Aída Beatriz. Mujeres empoderadas: de-construyendo los estereotipos sexistas hacia un nuevo paradigma. **Inclusão Social**, v. 11, n. 2, p. 44-53, 2018.

VARELA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. Barcelona: Ediciones B, S.A, 2008.

VÉLAZ, José Ignacio. Los rumores: Barreras o medios de comunicación. **Comunicación y sociedad**, v. 6, n. 1 e 2, p. 259-267, 1993.

WARREN, Peterson e GIST, Noel. Rumor and Public Opinion. **American Journal of Sociology**, v. 57, n. 2, p. 159-167, set. 1951.

WEINTRAUB, Jeff. The Theory and Politics of thePublic/Private Distinction. *In*: WEINTRAUB, Jeff; KUMAR, Krishan (eds.). **Public and Private in Thought and Practice**. perspectives on a Grand Dichotomy. Chicago: University of Chicago Press, 1997. p. 1-42.



WINKIN, Yves. A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

ZIRES, Margarita. La dimensión cultural del rumor. De lo verdadero a los diferentes regímenes de verosimilitud. **Comunicación y Sociedad**, n. 24, p. 155 -176, 1995.

## APÊNDICE

### Apêndice A - Roteiros de entrevista

---

Entrevistada (X)

Sexo:

Ocupação:

Formação:

---

#### **Fala um pouco da sua trajetória acadêmica/profissional:**

##### Percurso profissional acadêmica

1. Onde estudou?
2. Fez outras formações?
3. Já desempenhou outros cargos?
4. O que estava na base da sua nomeação?
5. O que é necessário para desempenhar funções de direção?
6. Poderia dizer qual é ou qual foi a sua maior conquista a nível profissional?

##### Dimensões do gênero

7. Como vê o seu próprio desempenho?
8. O que acha do desempenho profissional da mulher em qualquer área?
9. Há diferença no desempenho destas funções entre homem e mulher? Quais?
10. Há diferença em exercer um cargo por concurso ou por nomeação? Por que?
11. Quais foram os principais obstáculos enfrentados desde que assumiu esse cargo?
12. Passou por algum constrangimento pelo facto de ser mulher? Que tipo?
13. Alguma vez o colega de trabalho usou da sua hierarquia para lhe subordinar?
14. Sofreu assédio moral ou sexual?
15. Do seu ponto de vista, o que os cabo-verdianos acham sobre o desempenho das mulheres em funções de direções e deliberações por nomeação.

##### Dimensões informais

16. Alguma vez enfrentou constrangimentos ou palpites insinuadores por conta da ascensão do cargo profissional (cargo atual)?
17. Notou se ao longo do seu percurso político/profissional por acaso tem ouvido rumores que desrespeitam a sua nomeação?
18. Sabe de alguma história ou comentário relacionado aos critérios informais que esteve na base da nomeação de alguma mulher?
19. Na sua opinião, qual é a imagem que se tem das mulheres que desempenharam cargos políticos por nomeação?
20. Como é construída essa imagem na sua opinião?

## ANEXO

### Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da pesquisa:  
Pesquisadora responsável:  
Telefone para contato:  
E-mail:

Prezada,

A Senhora está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada que consiste em compreender as diferentes narrativas das mulheres que desempenham(ram) cargos de decisão política por nomeações.

**Procedimentos:** A Senhora foi selecionada para participar nesta pesquisa em função do cargo que desempenhou no período a qual este estudo se propõe a investigar.

**Contribuição:** A sua participação consistirá na concessão de uma entrevista, onde a Senhora é solicitada de forma totalmente voluntaria a responder algumas perguntas previamente elaboradas. A entrevista só será gravada mediante o consentimento da entrevistada. Salienta-se que a entrevistada poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar seu consentimento, sem a possibilidade de nenhum impedimento pela parte da pesquisadora.

**Sigilo:** As informações fornecidas pela Senhora serão estritamente confidenciais e de conhecimento apenas da pesquisadora responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento e em nenhum meio de divulgação dos resultados desta pesquisa. A pesquisadora está à disposição para fornecer mais informações ou responder a qualquer dúvida sobre a pesquisa através do celular ou do e-mail.

#### Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura da entrevistada